

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

**CLÁUDIA BEATRIZ CORONEL PERILLO**

**MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTEÇÃO ANIMAL E SUA INFLUÊNCIA NA  
CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PORTO  
ALEGRE/RS**

**PORTO ALEGRE**  
**2018**

**CLÁUDIA BEATRIZ CORONEL PERILLO**

**MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTEÇÃO ANIMAL E SUA INFLUÊNCIA NA  
CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PORTO  
ALEGRE/RS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Ana Mercedes Sarria Icaza

**PORTO ALEGRE  
2018**

**CLÁUDIA BEATRIZ CORONEL PERILLO**

**MOVIMENTOS SOCIAIS DE PROTEÇÃO ANIMAL E SUA INFLUÊNCIA NA  
CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PORTO  
ALEGRE/RS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: dia, mês e ano.

Banca examinadora:

---

Prof. (titulação). (Nome do Orientador)  
Orientador  
(sigla da instituição)

---

Prof. (titulação). (Nome do membro da banca)  
(sigla da instituição)

---

Prof. (titulação). (Nome do membro da banca)  
(sigla da instituição)

Dedico este trabalho a todos aqueles que  
trabalham em prol de seus ideais.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais Eduardo e Dulce, primeiramente por me transmitirem valores de amor e cuidados com os animais, além de todo o carinho e apoio transmitido a mim ao longo da minha vida. Ao meu marido Marcos por todo suporte e apoio durante o período da graduação. À minha orientadora Ana Mercedes por quem possuo um imenso carinho e pelo seu auxílio nesta árdua trajetória de elaborar este trabalho. À Gelcira Teles e Stela Maris Fachel Nunes precursoras do movimento de proteção animal em Porto Alegre as quais tive um grande prazer em reencontrar depois de muitos anos e tiveram colaboração significativa neste trabalho com suas informações, indicações, sanaram minhas dúvidas e todo o apoio necessário para que eu pudesse resgatar o histórico da proteção animal no município. Aos meus colegas de curso por aguentarem a minha chatice nesses últimos anos de curso, com certeza sem as palavras de ânimo de vocês não teria fôlego para finalizar o curso. À Fátima Freitas Fripp por sempre se dispor a auxiliar nos meus trabalhos de faculdade respondendo as pesquisas enviadas, além de contribuir de forma significativa com informações para este trabalho. As pessoas que compuseram minhas entrevistas: Juliane Coube, Karla Fava, Juan Corvalán, Beto Moesch, Fabiane Tomazi Borba, Lourdes Sprenger, Graciela Giurni, Eliane Tavares, Regina Becker Fortunati. Ao Carlos Roberto da Costa Leite pela paciência e auxílio na coleta de dados efetuada no Museu Hipólito da Costa. Enfim à todas as pessoas que se disponibilizam a trabalhar em prol dos animais exercendo a difícil tarefa de mudar a realidade de muitas vidas.

“Quando se é capaz de lutar por animais, também se é capaz de lutar por crianças ou idosos. Não há bons ou maus combates, existe somente o horror ao sofrimento aplicado aos mais fracos, que não se podem defender.”

Brigitte Bardot

## RESUMO

Durante muito tempo os seres humanos obtiveram proveito da relação com os animais. No entanto, o engajamento dos movimentos sociais de proteção animal opera mudanças significativas na relação homem e animal. Da ação destes movimentos emerge o preceito de ética de cuidado e proteção de todas as formas de vida, que aliada ao ordenamento legislativo vigente, requisita mudanças no arquétipo de gestão pública para a criação de políticas públicas que venham atender essa nova necessidade de proteção aos animais. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivos estudar o movimento social de proteção animal de Porto Alegre, a fim de verificar sua forma de atuação, realizar sua caracterização, identificar seus atores, identificar e descrever as políticas públicas de bem-estar animal existentes no município e verificar a incidência destes movimentos no processo de formação de políticas públicas voltadas ao bem-estar animal existentes no município até a criação Secretaria Especial dos Direitos Animais (SEDA) instituída pela Lei Municipal 11.101, de 25 de julho de 2011, que atualmente passou por reformulações - após a troca de prefeitos – a SEDA perdeu a qualidade de secretaria se subordinando à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e sustentabilidade, mas permanece disponibilizando alguns serviços à população . Para este estudo foi utilizado uma abordagem metodológica exploratória.

**Palavras-Chave:** Movimentos Sociais de Proteção Animal, Políticas Públicas, Direitos Animais.

## ABSTRACT

For a long time, human beings have benefited from the relationship with animals . However, the engagement of social movements for animal protection guides significant changes in the relationship between the man and the animal. From these movements emerges the ethical concept of care and protection of all life forms, which allied with the current legislative order, it requires changes in the archetype of public management for the creation of public policies that will meet this new need for animals' protection. Hence, this study aims to understand the social movement of animal protection in Porto Alegre, in order to verify its behavior, to describe it, to identify its actors, to identify and describe public animal welfare policies that exists in the city and to verify the incidence of these movements in the process of forming public policies focused on animal welfare existing in Porto Alegre until the creation of the Secretaria Especial dos Direitos Animais (SEDA) established by Municipal Law 11,101, dated on July 25th of 2011, which is currently passing by reformulations - after the change of mayors - SEDA lost the quality of secretariat being subordinated to the Environment and Sustainability Municipal Secretariat, but it still provides some services to the population. An exploratory methodological approach was used for this study.

**Keywords:** *Keywords: Animal Protection's Social Movements, Public Policies, Animal Rights.*



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1:Ciclo de Políticas Públicas .....	23
Figura 2: Palmira Gobbi com objetos retirados de carroceiros .....	50
Figura 3:Entrega de assinaturas solicitando a Delegacia Animal.....	54
Figura 4: Fiscalização nos comércios de animais.....	55
Figura 5: Cavalo em atendimento na PAATA .....	57
Figura 6: Cães comunitários aguardam por alimento .....	59
Figura 7: Ato contra testes em animais .....	59
Figura 8: Animais à espera do sacrifício .....	62
Figura 9: Manchete sobre denúncia do canil municipal a Brigitte 13 dez 1995 .....	63
Figura 10: Reunião com o Prefeito Tarso Genro.....	64
Figura 11:Reunião no gabinete do Prefeito Tarso Genro, em que entidades de proteção cobram um novo canil. ....	65
Figura 12:Manifestação de ativistas pelo fim da eutanásia no CCZ .....	67
Figura 13:Reportagem de ZH traz o número de animais eutanasiados pelo CCZ .....	68
Figura 14: Manifestação na Câmara de Vereadores contra a extinção da SEDA .....	74
Figura 15: Organograma Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade.....	79
Figura 16: Reunião entre protetoras cadastradas e a SEDA.....	118
Figura 17: Reunião entre as protetoras cadastradas e a SEDA.....	119
Quadro 1: Resumo dos serviços disponibilizados pela SEDA em 2017 .....	81
Quadro 2: Quantidade de serviços realizados em 2017.....	83
Quadro 3: Quantidade de serviços realizados em 2016.....	83

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1.1 Justificativa</b> .....	<b>13</b>
1.1.1 Objetivo Geral .....	14
1.1.2 Objetivos específicos .....	15
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>16</b>
2.1 Definição de movimentos sociais:.....	16
2.1.1 Novos movimentos sociais .....	17
2.2 Políticas Públicas.....	18
2.2.1 Características de uma política pública .....	20
2.2.2 Tipos de políticas.....	21
2.2.3 Tipologia de Lowi .....	21
2.2.4 Tipologia de Wilson .....	22
2.2.5 Tipologia de Gormeley .....	22
2.2.6 Tipologia de Gustafsson .....	22
2.3 Ciclo de políticas públicas .....	23
2.3.1 Identificação do problema .....	24
2.3.2 Formação da agenda .....	25
2.3.3 Formulação de alternativas.....	25
2.3.4 Tomada de decisões.....	26
2.3.5 Implementação da Política Pública.....	26
2.3.6 Avaliação da política pública .....	27
2.3.7 Extinção das políticas públicas.....	28
2.4 Os atores no processo de formulação de políticas públicas.....	28
2.4.1 Categorias de atores.....	29
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>34</b>
3.2 Coleta de dados .....	35
3.3 Análise de dados .....	37
<b>4 O MOVIMENTO DE PROTEÇÃO ANIMAL ATUANTES NO MUNDO, BRASIL E EM PORTO ALEGRE</b> .....	<b>39</b>
4.1 Movimento de Proteção Animal no Mundo .....	39
4.2 Movimento de Proteção Animal no Brasil .....	42
4.3 O movimento em Porto Alegre e seus atores .....	47
4.3.1 Sociedade Protectora dos Animaes.....	48
4.3.2 Associação Riograndense de proteção aos Animais (Arpa).....	48
4.3.3 União Gaúcha de Proteção Animal (UGPA).....	52
4.3.4 Protetores e Amigos dos Animais de Tração Associados (PAATA) .....	55
4.3.5 Protetores Voluntários de Animais.....	58
4.3.6 Ativistas ou simpatizantes da causa animal.....	59
<b>5 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ATÉ A CRIAÇÃO DA SEDA</b> .....	<b>61</b>
5.1 Canil Municipal de Porto Alegre.....	61
5.2 Centro de Controle de Zoonose (CCZ) .....	65
5.3 Fórum pelo Bem-Estar dos Animais .....	68
5.4 A Coordenadoria Multidisciplinar de Políticas Públicas para os Animais Domésticos no Município de Porto Alegre (Comppad) .....	72

5.5 A Secretaria Especial dos Direitos Dos Animais (SEDA) .....	73
5.5.1 Criação e extinção da SEDA .....	73
5.5.2 Estrutura física e organizacional.....	77
6.2 Fundo Municipal dos Direitos Animais (FMDA) .....	79
5.5.3 Descrição das Políticas Públicas e Programas oferecidos .....	81
<b>6. ANÁLISE:O MOVIMENTO E SUA INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	
.....	85
6.1 Atores do movimento .....	85
6.2 Surgimento do movimento .....	86
6.3 Reivindicações do movimento .....	87
6.4 Aspectos atinentes a organização do movimento .....	89
6.5 Influência do movimento na construção de políticas públicas .....	90
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	92
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>94</b>
<b>ANEXO A – NOTA PUBLICADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1910 NO JORNAL CORREIO DO POVO PÁG.4 SOBRE A INAUGURAÇÃO DA SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAES- 1º INSTITUIÇÃO DESSE GÊNERO A SER FUNDADA EM PORTO ALEGRE.</b> .....	102
<b>ANEXO B – NOTA PUBLICADA EM 13 DE MAIO DE 1949 PÁG.5 NO JORNAL CORREIO DO POVO SOBRE ASSEMBLEIA GERAL PARA CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO LOCAL QUE ORIGINOU A ARPA. ....</b>	103
<b>ANEXO C – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.3</b> .....	104
<b>ANEXO D – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.4</b> .....	105
<b>ANEXO E – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.6</b> .....	106
<b>ANEXO F – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.8</b> .....	107
<b>ANEXO G – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.10</b> .....	108
<b>ANEXO H – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.11</b> .....	109
<b>ANEXO I – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.18</b> .....	110
<b>ANEXO J– RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.35</b> .....	111
<b>ANEXO L – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.36</b> .....	112

<b>ANEXO M – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.37 .....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO N – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG. 38 .....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO O – RELATO DA PARTICIPAÇÃO NA REUNIÃO EM QUE A COORDENADORIA-GERAL DOS ANIMAIS APRESENTA RESULTADOS DA PARCERIA COM PROTETORES .....</b>	<b>115</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A mobilização das pessoas para a proteção dos animais é um fenômeno relativamente recente, relacionada com o surgimento de movimentos preocupados com o meio ambiente, marcando uma mudança na forma como os seres humanos interagem com a natureza e, no caso específico com os animais, deixando de percebê-los apenas como instrumentos a serem utilizados e explorados.

Durante muito tempo os seres humanos obtiveram proveito da relação com os animais, sem qualquer observância de princípios éticos no tratamento dispensado a estes e a sociedade industrial potencializou o maltrato e a instrumentalização dos mesmos a fim de maximizar seus lucros. No entanto, o engajamento dos movimentos sociais de proteção animal opera mudanças significativas na relação homem e animal, fazendo com que ocorra um amadurecimento cultural da sociedade na forma de percebê-los. Da ação destes movimentos emerge o preceito de ética de cuidado e proteção de todas as formas de vida, que aliada ao ordenamento legislativo vigente, requisita mudanças no arquétipo de gestão pública para a criação de políticas públicas que venham atender essa nova necessidade de proteção aos animais.

Ruth Harrison<sup>1</sup>, foi a pioneira no debate sobre a ética da produção animal na agricultura, através do livro intitulado "*Animal Machines*" de 1964, esta obra denunciou os maus tratos a que os animais eram submetidos na criação animal confinada da Grã-Bretanha. A partir da repercussão gerada por esta publicação a sociedade britânica se mobilizou e chegou ao Parlamento inglês, que criou o comitê Brambell<sup>2</sup> a fim de verificar as denúncias contidas no livro. Este comitê, em 1965, elaborou um relatório que apontou a dificuldade em determinar o bem-estar dos animais, uma vez que não haviam parâmetros estabelecidos, e assim pôde realizar o alerta sobre a necessidade de realizar a criação de tais parâmetros. (HOTZEL; MACHADO,2004)

---

<sup>1</sup> Ruth Harisson, foi jornalista e ativista dos direitos dos animais, nasceu em 06 jun.1920 e faleceu em 13 de jun.2000.

<sup>2</sup> Comitê Brambell, em referência ao médico veterinário Rogers Brambell, encarregado de relatar tecnicamente a realidade existente a fim de verificar as denúncias contidas no livro.

PABIS (2011, p.15) nos explica de uma forma sintética como ocorreu a instauração do comitê, após a constituição de uma comissão a ser definida para este fim:

Com a intenção de criar códigos e padrões de bem-estar para os animais, estabeleceu-se em 1967 uma “Comissão de Bem-estar de Animais de produção” (*Farm Animal Welfare Advisory Committee – FAWAC*) que daria origem, em 1979, ao “Conselho de Bem-estar dos Animais de Produção” (*FAWC*). O *FAWC* ficou internacionalmente conhecido ao divulgar as chamadas Cinco Liberdades descritas por Winter (1998): “livres de fome, sede e desnutrição; de desconforto; de dor, injúria e doença; para expressar um comportamento normal; de medo e estresse negativo.

Essas cinco liberdades passam a estabelecer um ponto de partida para a referência de várias legislações e leis voltadas para a proteção dos animais. Desta forma, o movimento em prol do bem-estar dos animais obteve importantes resultados e, posteriormente, novos movimentos sociais surgem dispostos a reivindicar o direito de acesso a essas cinco liberdades para os animais. Como estes movimentos exploram outro tipo de temática que não está relacionada às reivindicações de movimentos tradicionais passam a ser classificados como novos movimentos sociais, que de acordo com Meirelles, Mocelin, Raizer (2015, p.25):

A concepção de movimento social esteve muito tempo associada aos movimentos de caráter revolucionário, mas essa leitura foi se tornando antiquada à medida que os movimentos sociais passaram a se proliferar, ganhando notável complexidade e alcance com o surgimento de organizações e coletivos que lutavam pelas causas mais diversas (Machado 2007). Surgiu, então o termo “novos movimentos” dando uma interpretação satisfatória aos coletivos

De maneira geral, os movimentos de proteção animal são um desdobramento da trajetória dos movimentos sociais em defesa do meio ambiente, da revisão ética das pesquisas envolvendo seres humanos e das militâncias em defesa dos direitos humanos do final do século XX. (MENEZES, 2013).

[...] as discussões sobre a defesa dos animais impulsionaram o surgimento de literaturas filosóficas, científicas e jurídicas sobre a temática, fóruns de

debates e, sobretudo, movimentos sociais de proteção aos animais, dentro da perspectiva de política ambiental: Basicamente, a política ambiental no Brasil se desenvolveu em resposta às exigências do movimento internacional ambientalista iniciado a partir da segunda metade do século XX, durante a década de 1960. Assim, a criação das instituições e legislações designadas especificamente concentra-se nas quatro últimas décadas do século XX (PECCATIELLO, 2011, p.71).

Sobre os objetivos buscados pelos movimentos sociais em defesa dos animais Menezes (2013, p.6) esclarece que:

As lutas sociais dos movimentos em defesa dos animais estão cada vez mais relacionadas com a demanda por políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos ambientais que beneficiam os animais no Brasil, destinados à saúde, proteção, defesa e bem-estar desses. Ainda que se constitua um desafio social superar a barreira do especismo <sup>3</sup>e trazer para a esfera das políticas públicas seres que, devido ao hábito antropocêntrico, são negligenciados em suas necessidades, a realidade de políticas públicas para proteção dos animais está cada vez mais se positivando, para além da tomada de meros discursos éticos.

Consoante ao que foi exposto acima, os movimentos sociais de proteção animal exercem um papel fundamental na luta pelos direitos dos animais engajando se na conquista de políticas públicas com negociações, pressões ou mobilizações. Por políticas públicas se entende “é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”, sendo que estas serão constituídas de dois elementos os quais sejam: intencionalidade pública e resposta a um problema público, ou seja, “a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (SECCHI,2013 p.02)

A postura perante aos animais de fato mudou, não há apenas a preocupação com problemas que envolvam valores morais, mas também com valores políticos, passando a configurar uma questão pública em diversos países e a cargo de uma exigência social por legislações que protejam os animais e de políticas públicas que garantam o compromisso do poder público.

---

<sup>3</sup> Especismo é a atribuição de valores ou direitos diferentes a seres dependendo da sua afiliação a determinada espécie. O termo é usado para se referir à discriminação que envolve atribuir a animais sencientes diferentes valores e direitos baseados na sua espécie. Disponível em <http://especismo.com.br/> > Acesso em 09 jun 2018.

Em Porto Alegre, o movimento de proteção aos animais contribuiu de forma significativa na elaboração de políticas públicas no município como resultado de seu engajamento a cidade foi a primeira no estado do Rio Grande do Sul a instituir uma secretaria criada exclusivamente com a finalidade de formular e estabelecer políticas públicas destinadas à saúde, a proteção e ao bem-estar dos animais no âmbito deste município através da Lei Municipal 11.101, de 25 de julho de 2011 em que foi estabelecida a criação da Secretaria Especial dos Direitos Animais (SEDA) no município de Porto Alegre. Contudo, com a ocasião da mudança de gestão municipal sofreu significativas alterações perdendo a qualidade de Secretaria e conseqüentemente sua autonomia administrativa, ficando subordinada à Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade como uma espécie de Coordenadoria.

Considerando o caráter pioneiro da criação da SEDA, este trabalho se propõe analisar de que forma o movimento de proteção animal de Porto Alegre influenciou seu processo de criação e as políticas implementadas. Para tanto serão estudados seus atores, ou seja, as organizações de proteção aos animais que atuam no município, ativistas e protetores – pessoas que se dedicam ao recolhimento, tratamento, amparo e doação de animais em situação de rua. Serão também estudadas algumas políticas públicas instituídas e a atuação das organizações e outros atores no seu processo de criação ou extinção.

Diante do exposto acima, afim de obter conhecimento sobre os atores que atuam no município e o papel que desempenharam, foi realizado um trabalho de verificação das legislações vigentes, bem como as políticas públicas de bem-estar animal que vêm sendo implantadas e identificando qual o papel desempenhado por estes atores dentro destas leis e políticas.

Sendo assim, o problema de pesquisa é: Como os movimentos sociais de proteção animal influenciaram as políticas públicas de bem-estar animal no município de Porto Alegre?

## 1.1 Justificativa

O Brasil é o 4<sup>o</sup> país no mundo com o maior número de animais de estimação e o 2<sup>o</sup> com maior número de cães. Segundo dados apurados pelo Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), na 1<sup>o</sup> edição da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) realizada em 2013, existem 52 milhões de cães e 22 milhões de gatos domiciliados no Brasil. Esta pesquisa demonstrou que 44,3% dos domicílios do país possuem pelo menos um cachorro, enquanto que 17,7% dos domicílios possuem pelo menos um gato. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2013, mostra que no Brasil, existem mais cachorros de estimação do que crianças. De acordo com esta pesquisa auferida pelo IBGE, havia 44,9 milhões de crianças de até 14 anos. Por outro lado, o número de animais abandonados também é significativo, a Organização Mundial da Saúde estima que haja 30 milhões de animais entre cães e gatos desamparados no país.

A situação destes animais abandonados é bastante complicada doentes e famintos - sob o sol escaldante ou frio congelante - andam pelas ruas das cidades, na maioria das vezes completamente imperceptíveis ao olhar da sociedade, rompem sacos de lixo atrás de comida, transmitem doenças e podem causar acidentes. Essa triste circunstância representa um problema de saúde pública, que durante muito tempo foi tratada com os sacrifícios destes animais maltratados e rejeitados recolhidos aos Centros de Controle de Zoonoses.

Uma amostragem realizada pela ARCA Brasil - ONG de proteção e bem-estar animal - em 2014, apontou que no Brasil apenas 10% dos cachorros e gatos são esterilizados. Este é um dado alarmante e que ajuda a justificar a quantidade de animais abandonados nas ruas, pois apenas uma cadela não castrada e seus filhotes podem gerar cerca de 60 mil outros animais em um período de seis anos. Em sete anos, uma gata não castrada e seus filhotes podem gerar cerca de 420 mil filhotes.

---

<sup>4</sup>Informações Obtidas em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-tematicas/insumos-agropecuarios/anos-anteriores/ibge-populacao-de-animais-de-estimacao-no-brasil-2013-abinpet-79.pdf>> Acesso em 09 jun de 2018. A relação de animais de estimação no Brasil é composta por cães, gatos, peixes, aves, répteis e outros pequenos mamíferos

Deste modo, fatores como controle da populacional de animais, educação a respeito da posse responsável<sup>5</sup> a fim de coibir o abandono, a coibição de conduta de maus-tratos aos animais, e o apelo à melhoria da saúde pública são justificativas consideráveis para que seja tomada uma atitude a respeito. É neste contexto que os movimentos de proteção animal surgem ,no Brasil, para reivindicar leis efetivas, políticas públicas e desenvolvem trabalhos para minimizar estas questões.

Em Porto Alegre o movimento social de proteção animal alcança significativos avanços nestas demandas relacionadas aos animais - com a sua atuação - colaborando com a edição de leis, realizando fóruns, exigindo a elaboração de políticas públicas relacionadas ao bem-estar animal, enfim conseguindo chamar a atenção e colocando em pauta a situação dos animais.

Dada a relevância social de discutirmos mais as questões relacionadas às políticas públicas de bem-estar animal -visto que afeta direta e indiretamente a vida de milhões de pessoas – o intuito deste trabalho é contribuir com a difusão de conhecimento acerca deste movimento constituído em sua grande maioria por um grupo pequeno de pessoas, mas que possuem um grande potencial e que se engajam voluntariamente em prol dos animais, bem como demonstrar a relevância ou não das políticas instituídas em Porto Alegre . Assim sendo, o conhecimento de suas estratégias, maneiras de se organizar frente ao poder público poderão auxiliar também outros movimentos sociais na luta por direitos e construção políticas públicas.

### 1.1.1 Objetivo Geral

- Verificar como os movimentos de proteção animal atuantes no município de Porto Alegre, influenciaram o processo de elaboração de políticas públicas.

---

<sup>5</sup>A Posse responsável estabelece pilares da responsabilidade dos tutores pela manutenção de cães e gatos em condições adequadas de alojamento, alimentação, saúde física e psicológica, higiene, identificação e bem-estar, bem como pela destinação adequada dos seus dejetos. Disponível em <http://sustentabilidade.com/lei-posse-responsavel-animais-domesticos/> >Acesso em 24 dez 2017.

### 1.1.2 Objetivos específicos

- Caracterizar os movimentos sociais de proteção animal atuantes em Porto Alegre;
- Identificar e descrever as políticas públicas de bem-estar animal existentes em Porto Alegre;
- Evidenciar a incidência dos movimentos sociais de proteção animal nas referidas políticas públicas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo deste capítulo é apresentar os principais conceitos e abordagens teóricas relacionados aos movimentos sociais e as políticas públicas e que darão o embasamento a este trabalho. Primeiramente, será feita uma revisão teórica acerca da conceituação de movimentos sociais e posteriormente será realizada a conceituação de políticas públicas, assim como uma abordagem sobre suas características, principais tipologias, ciclos e atores.

### 2.1 Definição de movimentos sociais:

De acordo com Meirelles, Mocelin, Raizer (2015, p.21), “Os movimentos sociais surgem como pauta de interpretação da sociologia desde os seus primórdios”. Sendo, comum durante o período do século 19 abordar as mobilizações sociais como se fossem apenas inquietações populares. Entre as análises mais antigas sobre movimentos sociais, sobressaíram-se aquelas que abordaram os movimentos operários. Segundo, Scherer-Warren (1987 apud Meirelles, MEIRELLES, MOCELIN, RAIZER, 2015, p.21)

“A expressão movimento social surgiu por volta de 1840, quando Lorens Von Stein defendeu a necessidade de uma ciência que se dedica ao estudo de revoltas sociais, tais como o emergente movimento proletário francês”. Começaram a ser identificadas como movimento sociais as mobilizações de tendência anarquista, comunista e socialista, que visavam organizar a classe operária, conferindo-lhe um papel na nova ordem social destinado a mudar a forma como haviam como haviam estabelecidos relações de propriedade e de produção, após a revolução industrial.

Os movimentos operários propunham a alteração nas relações de dominação fixadas na sociedade capitalista, através da idealização da sociedade baseada na organização coletiva e no progresso de capacidades humanas em uma direção não capitalista. No início do século XIX, Émile Durkeim (1996) ligou as mudanças sociais com períodos de acentuada agitação coletiva, estabelecendo o conceito de efervescência para descrever o processo de formação das ordens sociais divergentes,

a partir de intervalos de incertezas generalizadas. (MEIRELLES, MOCELIN, RAIZER 2015, p.22).

Também foram encarados como fontes de tensões e processos desencadeadores de revoltas sociais, assim como utilizados para identificar momentos históricos de ruptura, como é o caso da revolução industrial, movimentos nacionalistas do século XIX, revolução Russa, entre outras. No entanto, “Do ponto de vista dos atores que se mobilizam, sua causa sempre significa condição para algum tipo de revolução, pois esse significado compartilhado ajuda a fortalecer a identidade do movimento” (MEIRELLES, MOCELIN, RAIZER 2015, p.23)

A partir dos anos de 1920, a preocupação com o conhecimento dos comportamentos coletivos e suas práticas surgem com entusiasmo na sociologia norte-americana, penetrando nos interesses de pesquisa dos cientistas sociais da Escola de Chicago. “O fato é que o conceito de movimentos sociais foi historicamente sendo modificado, diante das pesquisas e legitimação desses fenômenos enquanto tema de fundo sociológico”. (MEIRELLES, MOCELIN, RAIZER, 2015, p.23)

Com relação ao conceito de movimentos sociais será utilizada a definição de Melucci (1989, p. 57) por considerá-la mais completa entre as verificadas:

Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita frequência, empiricamente associados com "movimentos" e "protesto". Além disso, os diferentes tipos de movimentos podem ser avaliados de acordo com o sistema de referência da ação (Melucci, 1980, 1982 e 1983). O que nós costumamos chamar de movimento social muitas vezes contém uma pluralidade destes elementos e devemos ser capazes de distingui-los se quisermos entender o resultado de uma dada ação coletiva.

### 2.1.1 Novos movimentos sociais

Entre as décadas de 1950 e 1960, surgem novas espécies de movimentos sociais, como dos direitos civis nos Estados Unidos, dos estudantes em alguns países europeus, das mulheres, contra a guerra do Vietnã, pela paz ecologia, movimento negro, entre outros. Em decorrência, desses movimentos há o surgimento de novos

olhares sobre a problemática, uma vez que o conceito de movimento social esteve por bastante tempo associado aos movimentos de caráter revolucionário, mas essa concepção foi tornando-se antiquada, conforme os movimentos sociais vão se difundindo e ganhando complexidade e alcance com o aparecimento de organizações e coletivos que se engajavam nas mais diversas causas. Eis, então que, na Europa, surge o termo “novos movimentos sociais” através das análises de Touraine (1987) e Melucci (1989), inaugurando um ponto de vista baseado na cultura e na identidade, negando o marxismo como paradigma exclusivo para explicar a ação coletiva da sociedade contemporânea. (MEIRELLES, MOCELIN, RAIZER 2015, p.25)

Conforme, afirma Gohn (1997 apud MEIRELLES, MOCELIN, RAIZER 2015, p.25):

Esses novos movimentos sociais se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao tradicional movimento operário-sindical, esse último organizado sob interpretação teórica marxista, tomando como referência exclusivamente o mundo do trabalho.

Desta forma, os paradigmas dos novos movimentos sociais compreendiam os movimentos em expansão da sociedade civil, como o das mulheres, ecológicos, negros, homossexuais, entre outros, se afastando do caráter classista. Os novos movimentos sociais se caracterizam por serem mais espontâneos, mais participativos, ultrapassavam a estrutura de classes opondo-se à concepção marxista da ideologia de classe como um elemento capaz de unificar a ação coletiva, possuíam caráter pacifista e antirrevolucionário, e não hierarquizado. (MEIRELLES, MOCELIN, RAIZER 2015, p.26)

## 2.2 Políticas Públicas

Conforme, Tude (2015) as principais funções do Estado durante os séculos XVIII e XIX estavam restritas à manutenção da segurança pública interna e da proteção da propriedade privada e à defesa das fronteiras em caso de ataque externo procedente de outros Estados. Porém, com o adensamento e expansão crescente da

democracia, as responsabilidades e funções do Estado se ampliaram a partir do século XX, o qual é marcado pelo surgimento de uma nova função do Estado, ou seja, a promoção do bem-estar social. Com relação a isso Tude (2015 p.11) afirma:

Essa nova demanda social, o bem-estar, requer do Estado uma atuação diferenciada e mais diretamente ligada aos problemas do cotidiano da sociedade. E nesse contexto que surgem as Políticas Públicas, com o objetivo de dar respostas a demandas específicas da sociedade.

Segundo, Dias e Matos (2012) as políticas públicas fazem parte de uma área de conhecimento inserida na Ciência Política, cuja autonomia e status científico foi adquirido a partir da metade do século XX na Europa e Estados Unidos. Na Europa os estudos produzidos nesta área tinham por objetivo analisar e explicar a função do Estado e de suas organizações mais relevantes na produção de políticas públicas. Já nos Estados Unidos, como no Brasil, o destaque foi vinculado a ação dos governos. Podem ser definidas como:

[...] são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre o Poder Público e a sociedade, mediações entre atores da sociedade civil e Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos, leis, programas, linhas de financiamento que orientam ações que envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidades entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as não ações, as omissões como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargo público. TEIXEIRA ( 2002, p.3 apud TUDE,2015, p.12)

O conceito de Política Pública pressupõe a existência de uma esfera da vida que não é privada ou somente individual, mas que possui algo em comum com outras pessoas. Essa esfera comum qualificada como propriedade pública, não pertence a ninguém em particular e é controlada pelo Estado para desígnios públicos, sendo:

A sua localização na esfera pública é a condição de tornar-se objeto de política pública. É nesse âmbito que as decisões são tomadas pelo público, para tratar de questões que afetam as pessoas em comunidades; todos os tipos de outras decisões são feitas em empresas, nas famílias e em outras organizações que não se consideram pública. A esfera pública pode ser

pequena como uma vila ou do tamanho de um país. Qualquer que seja a escala, as políticas públicas remetem a problemas públicos, em oposição aos privados. A administração pública surgiu como um instrumento do Estado para defender os interesses públicos ao invés dos privados. Enquanto há aqueles que acham que somente os mercados podem equilibrar os interesses públicos e privados, outros entendem que a administração pública é o meio racional de promover o interesse público. Dias e Matos (2012, p.11)

Portanto, a Administração Pública é a principal gestora de recursos e garantirá a ordem e a segurança providos pelo Estado. Dessa forma, será obrigada a atender e resolver os problemas, bem como, colocar em prática, o processo de planejamento, elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas que sejam necessárias ao cumprimento, de modo coordenado e permanente, dessa incumbência que lhe transferiu a sociedade. (DIAS e MATOS, 2012)

### 2.2.1 Características de uma política pública

Conforme Dias e Matos (2012 apud BUCCI 2008, p.254) as políticas públicas materializam os direitos codificados nas leis de um país. Contudo, a constituição federal não contém políticas públicas, mas direitos cuja concretização se dará através de políticas públicas. O mesmo ocorrerá com as constituições estaduais e as leis orgânicas municipais, que exibem disposições jurídicas onde estão compilados direitos de toda espécie, e não políticas públicas. Estas terão o papel de efetivar aqueles direitos junto à comunidade a que se referem, assim:

Uma política pública implica o estabelecimento de uma ou mais estratégias orientadas à solução de problemas públicos e/ou à obtenção de maiores níveis de bem-estar social. Resultam de processo de decisão surgido no seio do governo com participação da sociedade civil, são estabelecidos os meios, os agentes e fins das ações a serem realizadas para que se atinjam os objetivos estabelecidos. Outro fator relevante é que não existe política pública "ideal" ou "correta", pois elas são respostas contingentes à situação de uma cidade, região ou país. Ou seja, o que pode funcionar em dado momento da história, em um determinado país, pode não dar certo em outro lugar, ou no mesmo lugar em outro momento. Em alguns casos, certas características de lugar em outro momento. Em alguns casos, certas características de sua implementação podem ser tão importantes quanto a orientação geral dessa política, como, por exemplo, aspectos como a coerência com que se executou

a política, qual o órgão encarregado de fazê-lo, a forma como a política foi encaminhada (ou não) com outros objetivos de política e quão previsível seria o futuro da política.(DIAS e MATOS,2012,P.15)

Deste modo, para que uma política de governo se transforme em uma política pública, é indispensável que se fundamente em programas concretos, critérios, linhas de ação, previsão orçamentária, humanas e matérias, também podendo incluir as disposições constitucionais, assim como, leis, decretos, entre outras.

### 2.2.2 Tipos de políticas

De acordo com Rua e Romani (2013) como há um vasto universo de políticas públicas de diferentes gêneros e modelos, foram criadas algumas tipologias a fim de lidar com tal complexidade para interpretar os dados para análise das políticas públicas. Essas tipologias vão nos permitir enquadrar as políticas em uma ou outra moldura, a respeito das tipologias de políticas públicas Secchi (2013, p.24) define:

Uma tipologia é um esquema de interpretação e análise de um fenômeno baseado em variáveis e categorias analíticas. Uma variável é um aspecto discernível de um objeto de estudo que varia em quantidade e qualidade. Uma categoria analítica é um subconjunto de um sistema classificatório usado para identificar as variáveis em quantidade ou qualidade de uma variável. Portanto, as tipologias de políticas públicas são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos e as instituições dentro de um processo de política pública.

### 2.2.3 Tipologia de Lowi

Esta tipologia baseia-se no critério de impacto esperado na sociedade, segundo esse critério, foi formulada por Theodore J. Lowi, em 1964, segundo o qual existem quatro tipos de políticas públicas: regulatórias, distributivas, redistributivas, constitutivas (DIAS E MATOS, 2012, p.18).

#### 2.2.4 Tipologia de Wilson

Esta tipologia foi formulada por James Quinn Wilson, cujo autor adota critérios de distribuição dos custos e benefícios da política pública na sociedade. Segundo o qual existem quatro tipos de políticas. A saber: políticas clientelistas, de grupos de interesse, empreendedoras, majoritárias (SECCHI 2012, p. 27)

#### 2.2.5 Tipologia de Gormeley

Segundo Secchi (2012, p.28) está tipologia está baseada no nível de saliência, que se refere a capacidade de afetar e chamar a atenção do público em geral, e no nível de complexidade, que se refere a necessidade de conhecimento especializado para sua formulação e implementação. Conforme Gormley (1986, apud SECCHI 2012, p.28):

Um assunto é saliente quando “afeta um grande número de pessoas de modo significativo” e é complexo de modo significativo quando “levanta questões fatuais que não podem ser respondidas por generalistas ou amadores”

#### 2.2.6 Tipologia de Gustafsson

Esta tipologia distingue as políticas públicas em reais, simbólicas, pseudopolíticas, e política sem sentido. De acordo com Secchi (2012, p.29) “as políticas reais são aquelas que agregam a intenção de resolver um problema público com o conhecimento para resolve-las”.

Com relação as políticas simbólicas são aquelas em que os agentes possuem os meios para a realização da sua elaboração, mas não há interesse em coloca-las

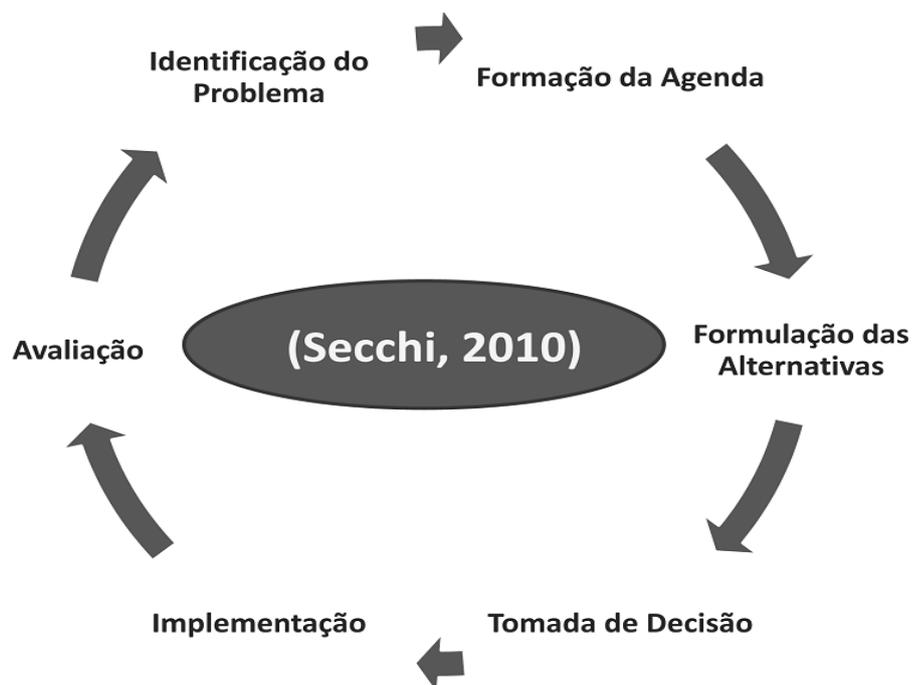
em prática, conforme Secchi (2012, p.29) estas políticas “são mais voltadas para o ganho de capital político do que para o enfrentamento efetivo do problema público”

Já nas pseudopolíticas os agentes têm interesse em ver sua política funcionando, mas não dispõem de conhecimento para construí-la de forma adequada. E por fim a política sem sentido, a qual é elaborada sem conhecimento específico sobre o problema ou sem as alternativas de solução para o problema. ( SECCHI 2012, p.30).

### 2.3 Ciclo de políticas públicas

De acordo com Secchi (2012, p.43) “O ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequencias e interdependentes”. Há várias versões criadas, mas abordarei a apresentada por Secchi, cujo modelo apresenta sete fases. Tais como: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação, extinção.

**Figura 1:Ciclo de Políticas Públicas**



Fonte: Secchi (2010)

### 2.3.1 Identificação do problema

Conforme Secchi (2012, p.44) “um problema é a discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que se fosse a realidade pública”. Como exemplos de problemas públicos temos: uma catástrofe natural que pode passar a afetar a vida das pessoas, congestionamento nas cidades, assim como pode estar presente por muito tempo sem receber a atenção suficiente uma vez que a coletividade já apreendeu a conviver com ele, como é o caso da favelização das periferias.

Para Sjoblom (1984 apud Secchi 2012, p.45) a identificação do problema público irá envolver:

- A percepção do problema: um problema público não existe senão na cabeça das pessoas. Um problema público, portanto, é um conceito subjetivo, ou, melhor ainda, intersubjetivo. Uma situação pública passa a ser insatisfatória a partir do momento que afeta a percepção de muitos atores relevantes.
- A definição ou delimitação do problema: a delimitação do problema envolve definir quais são seus elementos e sintetizar em uma frase a essência dele. No momento de delimitação de um problema, também são criados os norteadores para as definições do conjunto de causas, soluções, culpados, obstáculos, avaliações. Exatamente, por isso a delimitação de um problema é politicamente crucial no processo de elaboração de uma política pública.
- Avaliação da possibilidade de solução: costuma-se dizer que um problema sem solução não é um problema. É claro que nem sempre as políticas públicas são elaboradas para resolver completamente um problema, e sim apenas mitigá-lo ou diminuir suas consequências negativas.

Conforme Secchi (2012, p.45) “Os partidos políticos, os agentes políticos e as organizações da sociedade civil são alguns dos atores que se preocupam em identificar problemas públicos”. Com o problema identificado pelo ator e este tendo interesse na sua solução poderá empenhar-se para que o problema entre na lista de prioridades de atuação. Sendo que, esta lista de prioridades é denominada de agenda.

### 2.3.2 Formação da agenda

De acordo com Secchi (2012, p.46) “A agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes”. Podendo tomar a forma de um programa de governo, um planejamento orçamentário, entre outros. Segundo, Cobb e Elder (1983, apud Secchi,2012, p.46) existem dois tipos de agenda:

- Agenda política: também conhecida como agenda sistêmica, é o conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública.
- Agenda formal: também conhecida como agenda institucional, é aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar.

Eles citam apenas duas classificações, mas ainda há uma terceira classificação de agenda, denominada da agenda mídia, a qual refere-se ao conjunto de problemas que recebe uma atenção especial dos meios de comunicação. “O poder que a mídia possui sobre a opinião pública é tamanho, que não raras vezes, a agenda da mídia condiciona as agendas políticas e institucionais.” Secchi (2012, p.46)

Há três premissas para que um problema entre na agenda política, segundo Cobb e Elder (1983 apud Secchi 2012, p.47):

- Atenção: diferentes atores cidadãos, grupos de interesses, mídia, etc.) devem entender a situação como merecedora de intervenção
- Resolutividade: as possíveis ações devem ser consideradas necessárias e factíveis.
- Competência: o problema deve tocar responsabilidades públicas.

### 2.3.3 Formulação de alternativas

É nesta etapa que são programados os métodos, programas, estratégias ou ações que poderão atingir os objetivos traçados. Conforme, Secchi (2012, p.48)

Para que cada alternativa nasça, faz-se necessário um esforço de inspiração, e posteriormente, de imaginação de contornos e detalhes práticos da proposta. Cada uma das alternativas vai requerer diferentes recursos técnicos, humanos, materiais financeiros. Cada uma das alternativas terá chances diferentes de ser eficaz.

#### 2.3.4 Tomada de decisões

Esta etapa se representa o momento em que os interesses dos atores são analisados e o propósito de enfrentamento de um problema público são explicitados. Conforme, Secchi (2012, p.51) existem três formas de entender a dinâmica de escolha de alternativas de soluções para os problemas públicos:

- 1) Os tomadores de decisão têm problemas em mãos e correm atrás de soluções; a tomada de decisão ad hoc com base no estudo de alternativa, ou seja, toma-se o problema já estudado, os objetivos já definidos e então se busca escolher qual alternativa é mais apropriada em termos de custo, rapidez, sustentabilidade, equidade ou qualquer outro critério para a tomada de decisão.
- 2) Os tomadores de decisão vão ajustando os problemas às soluções, e as soluções aos problemas: o nascimento do problema, o estabelecimento de objetivos e a busca de soluções são eventos simultâneos que correm em um processo de comparações sucessivas limitadas (Lindblom, 1959 apud Secchi 2012, p.51)
- 3) Os tomadores de decisão têm soluções em mãos e correm atrás de problemas: um empreendedor de política pública já tem predileção por uma proposta de solução existente, e então luta para inflar um problema na opinião pública e no meio político de maneira que sua proposta se transforme em política pública.

#### 2.3.5 Implementação da Política Pública

Com a implementação da política pública, regras, rotinas e processos sociais serão transformados em ações. Será constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo, assim dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para execução da política. (SARAIVA e FERRAREZI, 2007)

Para Secchi,(2012,p.57) “a fase de implementação é aquela em que a administração pública reveste-se de sua função precípua: executar as políticas públicas”.

### 2.3.6 Avaliação da política pública

Trata-se do processo de julgamento determinado sobre a validade de propostas para a ação pública, assim como sobre o sucesso ou falha de projetos que foram colocados em prática. Secchi (2012, p. 62) afirma que:

A avaliação é a fase do ciclo de políticas públicas em que o processo de implementação e desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado política e o nível de redução do problema que gerou. É o momento-chave para a produção para a produção de feedback sobre as fases antecedentes.

A avaliação de política pública compreende a critérios, indicadores e padrões, sendo que por critério entende-se mecanismos lógicos que servem como base para escolhas ou julgamentos e se respaldam em entendimentos valorativos da realidade e fornecem ao avaliador indicadores para que se julgue se uma política pública funcionou bem ou mal. São estabelecidos os seguintes critérios de avaliações:

- Economicidade: refere-se ao nível de utilização de recursos (inputs)
- Produtividade: refere-se ao nível de saídas de um processo produtivo (outputs)
- Eficiência econômica: trata da relação entre “outputs” (produtividade) e inputs (recursos utilizados)
- Eficiência administrativa: trata do seguimento de prescrições, ou seja, do nível de conformação da execução a métodos preestabelecidos
- Equidade: trata da homogeneidade de distribuição de benefícios ou punições) entre os destinatários de uma política. (SECCHI,2012,P.62)

### 2.3.7 Extinção das políticas públicas

Após finalizar a avaliação de uma política pública, há necessidade de se realizar uma tomada de decisão que consiste em três possibilidades: sua continuidade, reestruturação ou extinção. A esse respeito, Dias e Matos (2012, p.90) nos esclarecem:

A continuidade da política pública ocorrerá se os problemas que surgiram no processo de implementação forem muito pequenos e não afetarem a essência do que se pretendia.

Outra possibilidade é a reestruturação da política pública em virtude de problemas surgidos durante seu processo de implementação, pois alguns problemas, embora não sejam graves, demandam ajustes.

O caso limite de extinção da política pública ocorre “nos casos em que o problema público foi resolvido, ou quando os problemas de implementação são insuperáveis, ou quando a política pública se torna inútil pelo natural término do problema.”

### 2.4 Os atores no processo de formulação de políticas públicas

No cenário político representado pelo Estado e órgãos de governo em qualquer de suas áreas de atuação sempre haverá indivíduos, grupos, organizações, movimentos, partidos políticos que influenciam as políticas públicas em qualquer que seja a fase do seu ciclo.

Estes influenciadores são intitulados atores, e sua incumbência é justamente influenciar de alguma maneira as políticas governamentais, resguardando seus interesses próprios ou dos grupos que representam. Entre os meios utilizados para defender seus interesses: greves, mobilizações, participação em reuniões, etc., essas manifestações se dão de tal maneira que as políticas públicas instituem o resultado das medidas tomadas pelos atores que influenciam o processo de formulação das políticas públicas.

Desta forma, a inserção de uma política pública dependerá da convergência de forças entre os diferentes grupos abrangidos e que dispõem de representação política, seja na esfera do governo ou com atuação política a partir da sociedade civil, como os movimentos sociais. Cabe ressaltar que os atores políticos ao desempenharem suas funções, mobilizam os recursos necessários para a promoção das políticas públicas, influenciando assim de forma direta ou indireta, tanto o teor a

implementação, quanto os resultados gerados por essas políticas públicas. (DIAS e MATOS, 2012)

#### 2.4.1 Categorias de atores

Conforme Secchi (2012, p.100) "A categorização de atores serve para agregar aqueles que possuem características em comum e distinguir aqueles com características diferentes". Logo podem ser divididos em atores individuais e coletivos, ou seja, os atores individuais são pessoas que agem em uma determinada arena política. Enquanto que os atores coletivos são os grupos e as entidades, associações, entre outros que agem em uma determinada arena política.

Alguns atores podem surgir em uma mesma categoria, mas isto não quer dizer que possuam comportamento ou interesses em comum. Um determinado ator pode ter diferentes interesses em distintos cenários ou em diferentes fases do processo de elaboração da política pública, do mesmo modo que atores de mesma categoria podem ter interesses e atuações conflitantes. A seguir serão expostas algumas categorias de atores:

##### 1) Políticos

Os políticos são atores indispensáveis no processo de políticas públicas, pois quando estão investidos em cargos dos poderes executivos ou legislativos, possuem a peculiaridade para sugerir e fazer acontecer políticas públicas de impacto social. Além disso os políticos executam funções educativas e informativas, formando opiniões e estabelecendo assentimento em torno de causas éticas ideológicas. Há três características que lhe são próprias e os distinguem de outras categorias de atores, são elas:

- Representam interesses da coletividade: tendo legitimidade para emitir opiniões, agir e resguardar interesses em nome de seus representantes.

- Portadores de autoridade: a eles são atribuídos autoridade institucionalizada de tomada de decisão, todavia essa autoridade é temporária (enquanto durar seu mandato) e restrita a observância da lei.
- Símbolos: operam como pessoas públicas em funções cerimoniais, representam o território pelo qual foram eleitos e são mensageiros da sociedade e do estado.

Os políticos são representantes de seus próprios interesses, interesses dos seus partidos, de grupos de pressão, de uma determinada territorialidade geográfica e interesses gerais da coletividade e não raramente há interesses conflitantes entre esses representados. Já quando exercem funções legislativas possuem vantagens em relação a aprovação de orçamentos e na sugestão de prioridades para os gastos públicos. Também no legislativo, possuem a prerrogativa de controlar a execução orçamentária efetuado pelo Executivo.

No Executivo, os políticos são responsáveis pela administração burocrática, isso ocorre por meio de nomeações em que são indicados para exercer funções de ministros, secretários, diretores e gerentes de órgãos públicos. (SECCHI, 2012)

## 2) Partidos Políticos

São definidos como uma associação de pessoas engajadas por um mesmo interesse possuindo como intuito principal a realização do exercício do poder político. Sendo está uma característica que os diferencia de outros atores, pois existem para conquistar o poder. Além disso, os partidos políticos exercem também a incumbência de mediar determinadas questões entre o Estado e Sociedade Civil, conduzindo as demandas da população aos órgãos de governo e se constituem em atores-chave do processo de formulação de políticas públicas. (DIAS e MATOS 2012)

## 3) Mídia

A mídia possui o papel de propagador de informações, mantendo a sociedade informada. Dessa forma, contribui para que a cidadania exerça controle social sobre

a atuação da administração pública, além disso possuir a capacidade de mobilizar outros atores e formular uma opinião pública sobre determinados temas.

São através de reportagens, denúncias de corrupção, valorização de melhores práticas que a mídia exerce seu papel de controle sobre ações da administração pública e da esfera política. Sendo que nas etapas de construção de agenda e de avaliação das políticas públicas a mídia tem uma atuação mais relevante, já que são fases que envolvem diretamente a participação da opinião pública.

Desta forma, as notícias geradas pelos canais de mídia sobre o desempenho da administração pública e das políticas públicas podem ser consideradas no momento de tomada de decisão dos eleitores, dos políticos e dos governantes. Assim, a mídia exerce influência na construção de consensos a respeito da continuação, correção ou extinção de uma política pública. (DIAS e MATOS, 2012)

#### 4) Organizações do terceiro setor

Segundo Secchi (2012, p.116) “As organizações do terceiro setor são organizações privadas sem fins lucrativos que lutam por algum interesse coletivo”.

Essas organizações agem em esferas sociais em que a intervenção estatal é deficiente ou nula, tais como saúde, meio ambiente, cultura, entre outras e se diferenciam dos grupos de pressão por que não articulam suas ações buscando atender interesses próprios ou que beneficiem apenas um grupo, mas sim em prol de uma coletividade.

Já em relação ao termo “terceiro setor” Secchi (2012) nos esclarece que este termo se refere à complementação do que seria o primeiro setor, ou seja, o Estado e o segundo setor, as organizações empresariais. Como exemplos de organizações deste tipo estão as fundações privadas e entidades filantrópicas.

As organizações do terceiro setor vão ao encontro de uma nova tendência no campo da gestão de políticas públicas é a chamada governança pública que conforme Secchi (2012, p 116) “é entendida como um modelo de interação horizontal entre atores estatais e não estatais no processo de construção de políticas públicas”. E o papel das organizações do terceiro setor é transformar recursos públicos e privados em serviços e projetos de caráter social.

Nesse sentido a governança pública se efetivará através de parcerias público-privadas, coordenação interorganizacional de implementação de políticas públicas com mecanismos participativos de deliberação e avaliação das políticas públicas. (SECCHI,2012).

#### 5) Organismos internacionais

Há inúmeros organismos internacionais que fornecem auxílio aos países em áreas de políticas como: educação, saúde, cultura, meio ambiente, entre outras. O auxílio advém da contribuição para a formulação de políticas, através de diretrizes, elaboração de regulamentos e normas que num momento posterior poderão ser implementadas pelos Estados nacionais, além disso os organismos internacionais também auxiliam com contribuição financeira para o desenvolvimento de determinados projetos para que sejam desenvolvidos. Neste sentido, os órgãos vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU) são os que mais elaboram diretrizes para as principais áreas de políticas públicas, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUMA), UNESCO entre outros.

Quanto ao financiamento de políticas, são as entidades financeiras como: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que geralmente disponibilizam o capital necessário para o desenvolvimento das políticas públicas mediante o financiamento de projetos e programas. Em alguns casos, o financiamento é acompanhado de apoio técnico, não apenas na fase inicial das atividades, mas também na análise das dificuldades e no reconhecimento de políticas alternativas. Sendo assim, estas entidades se configuram essenciais atores no processo de formulação de políticas. (DIAS e MATOS, 2012)

#### 6) Grupos de pressão

Os grupos de pressão ou de interesse são formados por pessoas que buscam interceder por certos interesses ou causas comuns junto aos órgãos governamentais,

para isso utilizam os meios plausíveis que estiverem ao seu alcance. Distinguem-se dos partidos políticos por não ambicionarem o poder político e por defenderem assuntos bem específicos.

Com relação a ação desses grupos sobre os órgãos governamentais pode ocorrer de várias maneiras. Ou seja, por persuasão (quando um grupo espera conseguir apoio do governo à custa da qualidade de informação que fornece), a ameaça (de sabotagem, greve, de chantagem), a utilização de dinheiro (pode ser empregado para conseguir apoio dos homens públicos, seja por meio de contribuições aos partidos políticos, seja pela corrupção de membros do governo ou dos funcionários), entre outras. (DIAS e MATOS, 2012)

## 7) Movimentos Sociais

São grupos de ação com um determinado propósito e intensa mobilização, com a utilização de vários recursos para poder alcançar os objetivos aos quais se propuseram. Em razão disso, apresentam forte capacidade para influenciar as políticas públicas e incluir temas a agenda política. (DIAS e MATOS 2012)

Assim, a perspectiva das políticas públicas que assumimos, pressupõe um importante componente de participação da sociedade, nas diferentes fases do seu ciclo. Os movimentos sociais e organizações da sociedade civil assumem um papel cada vez mais importante. No Brasil, a participação popular em políticas públicas e seu reconhecimento teve um momento de ampliação com a redemocratização e ficou consignada na Constituição. Os movimentos sociais foram atores fundamentais na procura por um Estado mais democrático. Mesmo sendo clara a incidência dos MS nas políticas públicas, esta relação é complexa, especialmente e merece análise.

### 3 METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho, optamos pela pesquisa exploratória, visto que de acordo com Selltiz (1967, p.63 apud Gil 2002, p.41) tem como objetivo:

(...) proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão".

Assim realizamos inicialmente um vasto levantamento bibliográfico e documental sobre os atores do movimento de proteção animal atuante em Porto Alegre, bem como das políticas públicas de bem-estar animal existentes. Posteriormente, realizamos uma série de entrevistas, que serão detalhadas mais adiante, considerando o exemplo do caso de Porto Alegre, um caso importante que permite compreender melhor o tema em estudo.

Além disso a abordagem do trabalho é de caráter qualitativo, uma vez que, não há o intuito de enumerar ou medir eventos, nem tampouco utilizar a teoria para desenvolver hipóteses, mas, compreender os movimentos sociais de proteção animal e como se desenvolvem os seus mecanismos de articulação frente ao poder público a fim de garantir a sua influência na construção de políticas públicas. Sobre a abordagem de pesquisa qualitativa Alves et alia (1991 apud Terence e Filho 2006, p 02 afirmam:

Na abordagem qualitativa, o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social – interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. Assim sendo, a interpretação, a consideração do pesquisador como principal instrumento de investigação e a necessidade do pesquisador de estar em contato direto e prolongado com o campo, para

captar os significados dos comportamentos observados, revelam-se como características da pesquisa qualitativa.

Desta forma, este tipo de pesquisa auxiliará nas interpretações de fenômenos que ocorrem por meio da relação entre a observação e formulação conceitual entre a pesquisa empírica e o desenvolvimento teórico.

Sendo assim, a pesquisa qualitativa se mostra mais apropriada para satisfazer os objetivos gerais e específicos propostos neste trabalho.

### 3.2 Coleta de dados

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009) “A coleta de dados compreende o conjunto de operações por meio das quais o modelo de análise é confrontado aos dados coletados”, sendo que estes dados coletados serão examinados em uma etapa futura.

Deste modo, a coleta de dados deverá considerar três indagações: O que coletar? Com quem coletar? Como coletar? Conforme, Gerhardt e Silveira (2009, p.57) essas indagações consistiram em:

O que coletar? Os dados a serem coletados são aqueles úteis para testar as hipóteses. Eles são determinados pelas variáveis e pelos indicadores. Podemos chamá-los de dados pertinentes.

Com quem coletar? Trata-se a seguir de recortar o campo das análises empíricas em um espaço geográfico e social, bem como num espaço de tempo. De acordo com o caso, o pesquisador poderá estudar a população total ou somente uma amostra representativa (quantitativamente) ou ilustrativa (qualitativamente) dessa população.

Como coletar? Esta terceira questão refere-se aos instrumentos de coleta de dados, que comporta três operações: Conceber um instrumento capaz de fornecer informações adequadas e necessárias para testar as hipóteses; por exemplo, um questionário ou um roteiro de entrevistas ou de observações. Testar o instrumento antes de utilizá-lo sistematicamente para se assegurar de seu grau de adequação e de precisão. Colocá-lo sistematicamente em prática e proceder assim à coleta de dados pertinentes.

Portanto, para dar conta dos objetivos do trabalho, utilizamos os seguintes procedimentos de coleta de dados:

- Pesquisa documental em fontes de primeira mão, realizada em documentos oficiais, contratos, assim como uma pesquisa eletrônica para extrair do site da prefeitura e portal da transparência de Porto Alegre informações necessárias para a identificação das políticas públicas de bem-estar animal existentes no município.

Do mesmo modo, realizamos também pesquisa documental para caracterizar os movimentos sociais de proteção animal atuantes em Porto Alegre e primeira e segunda mão, foram realizadas visitas ao Museu da Comunicação Hipólito da Costa, onde foi possível encontrar periódicos e revistas que traziam informações acerca dos primeiros movimentos de proteção animal organizados em Porto Alegre, outro local visitado com este objetivo foi o arquivo de periódicos do Jornal Correio do povo.

- A realização de 12 entrevistas, para melhor compreender a relação das organizações do movimento de proteção animal nas políticas públicas de bem-estar animal. Estas entrevistas foram efetuadas com atuantes dos movimentos sociais de proteção animal de Porto Alegre. Havia uma expectativa inicial em realizar entrevistas com integrantes da atual gestão da extinta Secretaria Especial de Direitos Animal (Seda), mas infelizmente essa expectativa foi frustrada. Contatei a atual coordenadora Viviane Diogo em 4 oportunidades, das quais em nenhuma delas tive a negação expressa de não colaboração com o trabalho, no entanto os encontros marcados eram posteriormente cancelados. Diante de tal situação protocolei 4 pedidos de informação através do serviço de acesso a informação no site da prefeitura de Porto Alegre pelos protocolos números 000238-18-94000273-18-05000274-18-53 e portal da transparência na câmara de vereadores número 212 dos quais mesmo expirando o prazo não obtive retorno as informações, conforme perguntas que constam no Anexo O deste trabalho.

Com relação as pessoas que compuseram a coleta de dados estas são: a) 2 vereadores, b) 1 deputada, c) 3 representantes de entidades de proteção, d) 3 ativistas simpatizantes da causa animal, 1) Médica veterinária que atuou como estagiária no Centro de Controle de Zoonoses, d) 2 protetoras voluntárias. Apenas 3 pessoas terão suas identidades reveladas, as demais serão preservadas e nos trechos em que seus comentários forem utilizados seus nomes serão identificados por letras e a informação a respeito de sua qualificação será colocada em nota de rodapé.

- Outra técnica de coleta utilizada foi a observação participante, que possibilitou conhecimento maior da forma de atuação dos movimentos sociais de proteção animal junto ao principal órgão articulador de políticas públicas de bem-estar animal. Em 03 de abril de 2018 observei a reunião realizada entre SEDA e entidades protetoras dos animais e protetoras independentes cadastradas junto à Unidade de Saúde Animal Victória (Usav). A reunião tinha como finalidade apresentar o novo sistema de atendimento clínico, assim como demonstrar os resultados das parcerias com a rede de proteção animal. Tomei conhecimento do evento a partir de informação disponibilizada por um ativista e resolvi ir até o local para ver se poderia participar. A descrição completa deste evento está disposta no Anexo O.

### 3.3 Análise de dados

De acordo com Yin (2001) “A análise de dados consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas ou, do contrário, recombinar as evidências tendo em vista proposições iniciais de um estudo”. Já, segundo Gil (2002, p.125):

O processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Após, ou juntamente com a análise, pode ocorrer também a interpretação dos dados, que consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente. Embora todos esses procedimentos só se efetivem após a coleta dos dados, convém, por razões de ordem técnica ou econômica, que a análise seja minuciosamente planejada antes de serem coletados os dados.

Está pesquisa terá uma natureza qualitativa e a respeito do tipo de análise de dados para este tipo de pesquisa Teixeira (2003, p194.) afirma:

As pesquisas de natureza tipicamente qualitativa geram um enorme volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos, requerendo assim

um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado. Esse processo é complexo, não-linear e implica um trabalho de redução, organização e interpretação dos dados que se inicia já na fase exploratória e acompanha todo o ciclo da investigação. Observa-se, entretanto, que a maioria das técnicas de análise procura seguir os padrões da análise quantitativa, ou seja, tem o propósito de contar a frequência de um fenômeno e procurar identificar relações entre os fenômenos, com a interpretação dos dados recorrendo a modelos conceituais definidos a priori. O conjunto destas técnicas vem sendo denominado análise de conteúdo.

Sendo assim, as informações coletadas foram organizadas para poder apresentar os atuantes do movimento, verificar como se inicia o processo de formação do mesmo, o que o motiva e principalmente verificar como é o relacionamento entre os movimentos sociais e o poder público dentro dos ciclos de políticas públicas para então concluir se há ou não interferência dos movimentos nesses processos. As entrevistas foram separadas em trechos de acordo com os temas abordados afim de facilitar a organização e compreensão.

## **4 O MOVIMENTO DE PROTEÇÃO ANIMAL ATUANTES NO MUNDO, BRASIL E EM PORTO ALEGRE**

O movimento de proteção animal é fruto de uma série de mudanças e se estrutura de maneira diversa, sempre pressionando por políticas públicas – e até executando-as. Porto Alegre tem uma configuração particular, mas é claro o que aqui acontece está em relação com a história do que vem acontecendo no mundo e no Brasil. Por isso, neste capítulo apresentaremos as primeiras entidades de proteção animal que se formaram no mundo e no Brasil, assim como alguns desdobramentos de suas ações que resultam em legislações, normas ou políticas públicas para posteriormente adentrarmos na atuação do movimento no município de Porto Alegre.

### **4.1 Movimento de Proteção Animal no Mundo**

A primeira moção de lei que se tem registro para impedir maus-tratos a animais é datada de 1800 e refere-se à proibição de apresentações de lutas de cães e touros exibida na Câmara dos Comuns na Inglaterra. Antes disso alguns esportes com animais já haviam sido censurados por grupos religiosos, mas não especificamente pelo sofrimento que esses esportes infligiam aos animais e sim pela prática esportiva ser considerada pecaminosa. Progressivamente outras limitações de ações envolvendo animais vão surgindo na Inglaterra assim como proibição de apedrejamento de galos, açulamento de touros, rinhas de galo e o hábito da caça passa a ser questionado. (SINGER,2012 apud Lima 2012, p. 41)

Segundo Aparato Filho (2010) os primeiros movimentos de proteção animal surgiram também na Inglaterra, mas especificamente em 1824 com a criação da Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals (entidade mais antiga do gênero e ainda em atividade). Em 1830 esta instituição travou uma jornada no Parlamento Britânico, que durou 9 meses para proibir o uso de cães como animais de tração de veículos.

Mesmo sob protestos de criadores e comerciantes o Parlamento inglês outorgou aquela que seria a primeira lei de proteção a uma espécie animal,

inicialmente a prática foi proibida em Londres e em 1855 passou a vigorar em todo o país. A partir de então, Estados Unidos e outros países europeus seguiram o exemplo da Inglaterra criando suas legislações e organizações em prol dos animais.

Hoje existem grandes instituições de proteção animal que atuam de forma internacional dedicando-se à preservação do meio ambiente e dos animais, auxiliam os países na implantação de projetos e construção de políticas públicas como é o caso das organizações não governamentais WWF, WSPA, Greenpeace, mas cabe ressaltar que há outras centenas de organizações com este caráter espalhadas pelo mundo. Sobre estas organizações citadas farei uma breve explanação apenas para que tenhamos uma noção acerca da sua atuação, já que propriamente não são objetos do presente estudo.

A WWF (World Wide Fund For Nature" ou "Fundo Mundial para a Natureza") é uma organização não governamental criada em 1961, nas últimas décadas, a Rede WWF se consolidou como uma das mais respeitadas redes independentes de conservação da natureza. Com sede na Suíça, a Rede WWF é composta por organizações e escritórios em diversos países que têm como característica a presença tanto local quanto global e o diálogo com todos os envolvidos na questão ambiental: desde comunidades como tribos de pigmeus Baka nas florestas tropicais da África Central, até instituições internacionais como o Banco Mundial e a Comissão Européia.

Com quase cinco milhões de associados distribuídos em cinco continentes, a Rede WWF é a maior organização do tipo no mundo, atuando ativamente em mais de cem países, nos quais desenvolve cerca de 2 mil projetos de conservação do meio ambiente. Hoje, a instituição pode afirmar confortavelmente que teve um papel crucial na evolução do movimento ambientalista mundial. Desde 1985, o WWF investiu mais de US\$1,165 milhões em mais de 11 mil projetos em 130 países.

O Greenpeace é uma organização não governamental que atua internacionalmente em questões relacionadas à preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, com campanhas dedicadas às áreas de florestas (Amazônia no Brasil), clima, nuclear, oceanos, engenharia genética, substâncias tóxicas, transgênicos, agrotóxicos e energia renovável de proteção ao meio ambiente.

Sendo fundada em 1971 no Canadá por um canadense e imigrantes americanos, sua sede é em Amsterdão, nos Países Baixos, além disso possui escritórios espalhados em mais de 41 países.

A forma de atuação da organização ocorre por meio da sensibilização da opinião pública através de atos, publicidades e outros meios. Sua atuação é baseada nos pilares filosófico-morais da desobediência civil e tem, como princípio básico, ação direta pacífica. Atualmente possui cerca de três milhões de colaboradores em todo o mundo, que doam quantias mensais que variam de acordo com o país, essas doações são utilizadas para custear suas ações.

A WSPA ( World Society for the Protection of Animals) é uma organização internacional sem fins lucrativos, dedicada ao bem-estar animal - é a única entidade deste tipo a obter o status de consultora da ONU<sup>6</sup> - criada em 1981 a partir da fusão de outras 2 instituições. Está presente em 142 países no mundo, através de 663 membros-associados. No Brasil, possui 53 entidades de proteção como membros, com as quais atua auxiliando na elaboração de projetos, programas, entre outras ações.

Iniciou suas atividades no país em 1989, quando apoiou organizações de Santa Catarina na luta contra a Farra do Boi<sup>7</sup> e divulgou internacionalmente essa prática cruel. Em 1991, instalou seu primeiro escritório no país, quando a médica-veterinária francesa Claudie Dunin, uma das pioneiras na luta pela proteção animal no Brasil, e presidente da primeira ONG parceira no país (Sociedade Zoófila Educativa), doou à World Animal Protection um escritório em São Paulo. Em 1994, implantou em Porto Alegre a Clínica PAATA, pioneira no atendimento gratuito de equídeos de tração. Em

---

<sup>6</sup> O Status de consultora da ONU foi obtido em 2013, isto permite a instituição opinar de forma mais ampla nas questões do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), além de participar de reuniões de órgãos subsidiários e eventos especiais da Presidência da Assembléia Geral da ONU. Informações obtidas pelo site <http://blogs.diariodonordeste.com.br/bemestarpet/geral/onu-reconhece-valor-do-bem-estar-animal-e-concede-status-a-wspa/> Acesso em 05 jun de 2018

<sup>7</sup>A farra do boi é uma festa que ainda ocorre em algumas cidades do país principalmente em Santa Catarina. Neste evento um boi é solto no meio de uma multidão, que tenta, usando paus, chicotes e objetos cortantes, vencer o animal pelo cansaço ou feri-lo de morte. O festival foi proibido por decisão do Supremo Tribunal Federal em junho de 97, mas continua sendo praticado. Informações obtidas pelo site <http://www.avozdocidadao.com.br/agentesdecidadania/ong-internacional-wspa/> Acesso em 05 jun 2018.

1995, a entidade organiza a I Conferência Internacional em São Paulo, tornando-se importante marco na história da proteção animal no Brasil. Pela primeira vez no país foi discutida e divulgada a metodologia do controle humanitário de populações de cães e gatos, preconizada pela Organização Mundial de Saúde. Um dos frutos do projeto foi a implementação dessa nova metodologia, incluindo programa de esterilização e de educação em guarda responsável, pela Dra. Rita Garcia, no Centro de Controle de Zoonoses de Taboão da Serra.

Uma conquista importante no cenário internacional é a Declaração Universal dos Direitos dos Animais proclamada em Bruxelas, na Bélgica, pela UNESCO em 1978. Foi o primeiro documento internacional a reconhecer que os animais possuem direitos e devem ser respeitados e protegidos pelo homem. Esta Declaração foi proposta pelo cientista Georges Heuse, secretário geral do Centro Internacional de Experimentação de Biologia Humana. A carta proclama 14 princípios que os países signatários, como o Brasil, devem seguir ao editar suas leis, mas por si só não tem força de lei.

#### 4.2 Movimento de Proteção Animal no Brasil

No Brasil, a compreensão sobre proteção animal e movimentos ligados a essa temática surgiram tardiamente se comparado a outros países como os citados acima. Apenas em 1895 foi fundada, na cidade de São Paulo<sup>8</sup>, a União Internacional Protetora dos Animais (UIPA), sendo que nos primeiros anos de sua atuação as atividades elaboradas por ela ficaram restritas exclusivamente a cães. A partir de 1870 a cidade de São Paulo transformou-se em um dos principais polos de atenção nacional e internacional, devido ao desenvolvimento das culturas de café que estimulou também a expansão ferroviária, assim como o advento de indústrias levando a cidade a experimentar modificações na sua estrutura urbana, ecológica, sociocultural e político-econômica. Essas mudanças provocaram um crescimento

---

<sup>8</sup> São Paulo foi a primeira cidade do Brasil a sediar uma instituição de proteção aos animais.

populacional, se em 1860 a cidade abrigava 20 mil pessoas, conforme aponta o geógrafo Aroldo de Azevedo, já existiam 31 mil habitantes.

Daí por diante o crescimento foi exponencial: em 1890 dobrou para 64.934; em 1900 atingiu 239.820; em 1920: 579.033; em 1940 passou de 1 milhão, chegando à cifra de 1.318.539 pessoas; e, em 1950, duplicou novamente para um total de 2.198.096 habitantes. Seguido deste crescimento populacional, ocorreu também significativo aumento do número de cães na cidade e sobretudo vivendo nas ruas. A solução encontrada pela prefeitura da cidade naquela época para controlar o crescimento populacional era a morte dos animais por envenenamento, como podemos ver na Resolução Nº 62 de 1875 Código de Posturas da Camara Municipal da Imperial Cidade de S. Paulo.

**§ Unico.** - Encontrado um animal solto, ou em disparada, será logo conduzido pelo Fiscal ou qualquer do povo ao deposito publico e entregue ao dono, depois do prévio pagamento da multa e despesas do deposito.

**Art. 53.** - Só é permittido ter-se solto nas ruas da Cidade e outras povoações do Municipio, os cães de raça e que forem mansos, cujos donos tenham pago licença á Camara, uma vez que tragão colleira com o numero que lhe fôr indicado na mesma licença e sejam competentemente açaimados.

**§ 1.º** - Os outros animaes que forem encontrados soltos, serão recolhidos ao deposito publico, e se dentro de 48 horas não apparecer o dono para tiral-os, pagando a multa, serão postos em hasta publica e o seu producto recolhido aos cofres municipaes, para ser entregue a quem de direito fôr, deduzindo-se a multa e mais despesas. Se por occasião da praça apparecer o dono de taes animaes, será a mesma suspensa, caso queira satisfazer todas as despesas.

A multa de que trata este paragrapho é de 5\$ por cabeça.

**§ 2.º** - Os cães não comprehendidos na excepção do artigo antecedente serão mortos pelo Fiscal ou seu agente com bolas envenenadas. ( São Paulo, 1875)

Esta prática é posta ao fim em 1899 quando Antônio da Silva Prado<sup>9</sup>, assumiu a gestão da prefeitura da cidade de São Paulo, e em uma das suas primeiras medidas resolve acabar com ela, justificando em seu primeiro relatório, como prefeito da

---

<sup>9</sup> Antônio da Silva Prado tomou posse como intendente da cidade de São Paulo, no dia 7 de janeiro de 1899. A título de nomenclatura oficial e registro, ele se tornou a primeira pessoa a receber o título de Prefeito. Permaneceu no cargo por 12 anos, encerrando seu longo mandato no dia 15 de janeiro de 1911. Esse feito o torna o prefeito que mais tempo conduziu São Paulo em toda a história da cidade. Para alguns historiadores, seu mandato é considerado a terceira fundação da cidade de São Paulo, tamanhas foram suas realizações. Informações disponíveis em <http://www.saopauloinfoco.com.br/primeiro-prefeito-de-sao-paulo/> Acesso em 10 mai de 2018.

cidade, o que pensava a respeito :“Eram gerais e justíssimas as queixas contra o bárbaro sistema de matança de cães, por meio de bolas envenenadas, distribuídas nas ruas centrais e dos arrabaldes”, pois além de atingir os animais abandonados está prática também atingia os animais domiciliados que porventura andarilhassem nas ruas, assim como crianças pobres e filhos de escravos que em dada situação consumiam as bolas envenenadas. A partir de então as questões relacionadas a animais abandonados passam a ter um caráter sanitarista, cabe esclarecer que isso ocorre em razão das zoonoses (doenças transmissíveis dos animais para os homens como raiva, leishmaniose, entre outras).

Todavia o controle populacional de animais permaneceu sendo efetuado através da morte, porém não mais pelas bolas de veneno. Em 21 de março de 1899 foi elaborada pelo então prefeito e aprovada pela câmara a Lei 390, a qual previa a criação de depósitos de animais, veículos e mercadorias apreendidas por infrações penais de leis de polícia municipal e organizar o serviço de extinção de cães.

O cidadão Antônio da Silva Prado, prefeito da cidade de São Paulo, faz saber que a Camara, em sessão de 4 corrente do corrente mez,decretou a lei seguinte:

Art. 1º. – Fica o prefeito autorizado a instituir um ou mais depositos de animaes,vehiculos ou quaesquer especies de generos e mercadorias apprehendidos por infracção de leis de Policia Municipal,regularizando o modo do seu funcionamento.

Art.2º.- O Prefeito também organizará o serviço de extinção de cães vagabundos<sup>10</sup> e sem donos, de modo a evitar o systema até agora em uso, de applicar veneno àquelles animaes por meio de bolas, em qualquer parte em que são encontrados.

Art. 3º. Para execução desta lei, poderá o Prefeito entrar em accordô, si lhe parecer conveniente com a Sociedade União Protectora dos Animaes, confiando-lhe uma parte ou todos os serviços

A alternativa encontrada por Antônio Prado, diante da complexidade do problema e dificuldade em resolvê-lo, é aproximar-se da UIPA e delegar-lhe a responsabilização pela segurança e alimentação de todos os animais abrigados no deposito municipal, bem como a apreensão e o sacrifício dos mesmos, mediante a

---

<sup>10</sup> Os cães sem raça, que vagavam pelas ruas foram taxativamente qualificados de “vagabundos”, uma forma de diferenciá-los dos “cães de raça especial” de propriedade da elite econômica paulistana.

assinatura de um contrato de prestação de serviços. Sobre este contrato expedido pelo Regulamento n. 36 de 22 de maio de 1899 Antônio da Silva Prado esclarece:

“encontrareis em anexo, contratei, a 16 de outubro, o serviço, tanto da apreensão, como da extinção, com a Sociedade Protetora dos Animais, a qual se esforça por bem cumprir as estipulações, a que se obrigou, e de cujas vantagens ainda parece cedo para julgar, não cessando a Prefeitura de reclamar-lhe toda atividade. (...) Havendo a associação, a que me referi, começado os seus trabalhos em meados de novembro último, pode-se calcular o quanto tem feito, considerando-se que até à presente data foi de 2.551 o total de cães apreendidos dos quais mataram-se 2.313, entregara-se aos respectivos donos 72 e venderam-se 166. Não julgo, portanto, difícil dentro em breve vermos a cidade livre do perigo que constantemente ameaçava os transeuntes e o qual, não há dúvida, já diminui de modo considerável.”

A questão com os cães chegou a um ponto em que, pelas leis, são estes os únicos animais mencionados nos itens referentes às obrigações da entidade para com a prefeitura. Depois de 12 anos à frente da prefeitura de São Paulo Antônio da Silva Prado encerra sua atuação como prefeito em 1911 sem conseguir efetivamente resolver os problemas relacionados a grande população de cães vagando pelas ruas. ( APARATO FILHO, 2010)

O município de São Paulo é trazido como exemplo em razão de ter sido o primeiro município do Brasil a tentar instituir uma política pública para animais (mesmo não sendo de cunho bem-estarista, já que a principal motivação era o extermínio de animais a fim de diminuir o controle populacional de animais), bem como a primeira cidade a acolher uma instituição de proteção animal a qual permanece em atividade atualmente. Desenvolvendo o trabalho de recolhimento e adoção de animais e disponibilizando uma clínica veterinária para atendimentos em que toda a receita arrecadada é revertida para a manutenção das suas atividades.

A UIPA contribuiu de forma significativa na incorporação de políticas públicas através de edições de leis protetivas e outras medidas tais como: a redação do artigo 32 da Lei Federal Nº9605/98, que tornou crime ambiental a prática de maus-tratos a animais e pelo Decreto Federal nº24.645/34 (Estabeleceu medidas de proteção aos animais); fundou o Movimento Antivivissecionista Brasileiro, que contesta o uso de animais vivos para testes, pesquisa e ensino; criou o Conselho de Proteção e Defesa Animal do Município de São Paulo; elaborou a tese de inconstitucionalidade da

eliminação de cães e gatos saudáveis pela Administração Pública, o que deu amparo à aprovação da Lei Estadual Paulista nº 12.916/ 2008, proibitiva de tal eliminação, cujo projeto de lei foi também redigido pela entidade, e já se tornou lei em outros cinco Estados ( Entre eles o Rio Grande do Sul através da Lei Nº13.13 de 30 de junho de 2009 a qual veda o extermínio de animais nos centros de controles de zoonoses e limita as situações de eutanásia); entre outras ações.

O Decreto Federal Nº 24.645 de 10 de julho de 1934 foi a primeira espécie de legislação a contemplar medidas de proteção aos animais e a estabelecer que a tutela de todos os animais existentes no país é do Estado, além de especificar 21 condutas caracterizadas como maus-tratos. Através deste decreto o Estado invoca para si a responsabilização no cuidado com os animais, mas delega essa responsabilidade para as sociedades protetoras conforme o que é estabelecido no Art1º- § 3º: Os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais e pelos membros das Sociedades Protetoras de Animais e Art. 16 - As autoridades federais, estaduais e municipais prestarão aos membros das sociedades protetoras de animais a cooperação necessária para fazer cumprir a presente Lei.

Este decreto deixa de vigorar a partir da vigência da Lei Federal Nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, que além de abranger os dispositivos do Decreto Federal Nº 24.645 incorpora sanções penais e administrativas a atividades lesivas ao meio ambiente.

Outro dispositivo jurídico de destaque é a Lei Federal Nº 13.426 de 30 de março de 2017 a qual dispõe sobre a política de controle de natalidade de cães e gatos. Sendo sancionada após 14 anos de tramitação no congresso nacional, através dela se determina:

Art. 1º O controle de natalidade de cães e gatos em todo o território nacional será regido de acordo com o estabelecido nesta Lei, mediante esterilização permanente por cirurgia, ou por outro procedimento que garanta eficiência, segurança e bem-estar ao animal.

Art. 2º A esterilização de animais de que trata o art. 1º desta Lei será executada mediante programa em que seja levado em conta:

I - o estudo das localidades ou regiões que apontem para a necessidade de atendimento prioritário ou emergencial, em face da superpopulação, ou quadro epidemiológico;

II - o quantitativo de animais a serem esterilizados, por localidade,

necessário à redução da taxa populacional em níveis satisfatórios, inclusive os não domiciliados; e

III - o tratamento prioritário aos animais pertencentes ou localizados nas comunidades de baixa renda.

Art. 3º O programa desencadeará campanhas educativas pelos meios de comunicação adequados, que propiciem a assimilação pelo público de noções de ética sobre a posse responsável de animais domésticos. Dada a importância do tema, pois o controle populacional de animais domésticos é um problema em grande parte dos centros urbanos.

A sanção deste dispositivo jurídico foi muito comemorada pelas entidades de proteção e pessoas engajadas com a proteção dos animais, por que ele é o reconhecimento da necessidade de se estabelecer políticas públicas e mecanismos para o controle populacional de animais, num país com 30 milhões de animais abandonados pelas ruas, esta medida vem colaborar com a redução da natalidade sem agredir os direitos e bem-estar animal.

#### 4.3 O movimento em Porto Alegre e seus atores

O movimento de proteção de animais está integrado por 3 tipos de atores, a saber: a) entidades privadas sem fins lucrativos, b) os protetores voluntários, c) os simpatizantes da causa animal também denominados apenas como ativistas. Os primeiros se formam a partir da união de um grupo de pessoas dispostas a trabalhar por um mesmo objetivo que no caso dessas associações de proteção operam em prol dos animais fazendo ações em comunidades carentes, trabalhando a conscientização sobre a importância de esterilizar animais a fim de conter a população de animais abandonados nas ruas, algumas delas recolhem, tratam e doam animais e outras se engajam mais diretamente com a introdução do tema bem-estar animal na agenda ou outras fases do ciclo de políticas públicas. Já os protetores voluntários se caracterizam como indivíduos que trabalham de forma isolada exercendo atividades similares as entidades, porém em menor proporção, alguns também possuem maior envolvimento com a elaboração de políticas públicas. A última categoria dentro do movimento é o de ativistas ou simpatizantes que se envolvem mais diretamente com manifestações a fim de pressionar as fases de consecução das políticas públicas, trabalhando mais as questões relacionadas a conscientização e a concepção acerca

dos direitos dos animais. A partir destes tópicos passaremos ao detalhamento dos atores sociais que atuam no município.

#### 4.3.1 Sociedade Protectora dos Animaes

Em 26 de novembro de 1910<sup>11</sup>, Alfredo Osório e Affonso Helbert fundaram a primeira organização de proteção aos animais em Porto Alegre. Da qual não se tem maiores informações acerca de sua atuação e tampouco período de vigência, além do que foi publicado em nota pelo Correio do Povo (Anexo A), ou seja, construção de bebedouros para animais. Sobre os fundadores, foi possível apurar de acordo com Diefenbach<sup>12</sup> (2008) que Affonso Helbert foi um Porto Alegrense ilustre e de bastante influência, além de maçom, era engenheiro e arquiteto, tendo a colaboração no projeto de diversas obras como o Palácio do Governo, Arquivo Público do Estado, Projeto para fundação e andaime do Monumento Dr Júlio de Castilhos, Projeto do Edifício da Biblioteca Pública do Estado, entre outras.

Já em relação a Alfredo Osório não foi possível localizar maiores informações sobre sua vida.

Sobre esta entidade, cabe salientar que mesmo não tendo uma atuação expressiva ou até mesmo relevante no que tange a proteção dos animais a sua menção se faz necessária em razão de ter sido a primeira instituição de proteção animal criada em Porto Alegre.

#### 4.3.2 Associação Riograndense de proteção aos Animais (Arpa)

Em 13 de maio de 1949<sup>13</sup> realizou-se às 20h no auditório da Casa do jornalista, localizado na avenida Borges de Medeiros,915 junto ao Viaduto Otávio Rocha, uma

---

<sup>11</sup>Informações obtidas no jornal Correio do Povo de 26 de nov de 1910.

<sup>12</sup>Diefenbach,S,S. defendeu dissertação ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura com um trabalho, em julho de 2008, com um trabalho que se propunha investigar a arquitetura produzida pelo poder público do Rio Grande do Sul durante os primeiros anos da República em Porto Alegre, através das obras do arquiteto Affonso Helbert.

<sup>13</sup> Informações disponibilizadas no Anexo B.

assembleia geral para a constituição de uma associação local que tivesse como finalidade a proteção aos animais e fizesse cumprir os dispostos do Decreto-lei Nº 24.645 de 10 de julho de 1934. Nesta assembleia foram designadas comissões para a elaboração do Estatuto e a eleição da primeira diretoria.

A partir destes trabalhos foi constituída a segunda entidade com viés protetional na cidade de Porto Alegre a Associação Riograndense de Proteção aos animais a qual permanece em funcionamento até os dias atuais e está sediada na rua Professor Freitas de Castro, 172 no bairro Azenha em um terreno cedido pela prefeitura de Porto Alegre. Com relação aos membros de sua primeira diretoria não foi possível resgatar as informações, estive na sede da associação em busca desta informação, mas a atual presidente da instituição não soube passar os detalhes. O único nome certo é o de Palmira Gobbi que constava na relação de pessoas presentes na reunião de fundação da Arpa e foi designada Diretora-Presidente estando a frente da instituição por 30 anos<sup>14</sup>.

De acordo com entrevista concedida por Palmira Gobbi a revista do Globo<sup>15</sup>, foi com base no discurso proferido pelo vereador Bonorino Butelli na Câmara de vereadores de Porto Alegre, em que advogando sobre a criação de uma sociedade de proteção aos animais a quem ficasse delegado o poder de zelar pelo decreto Nº24.645, que ela passou a buscar pessoas para a constituição da associação que originou a Arpa.

A primeira sede da associação localizou-se na sala 23<sup>16</sup> da galeria municipal (Mercado Público), neste local era feito o recebimento de denúncias de maus-tratos para posterior averiguação, prestavam-se informações das mais variadas, além de atendimento veterinário (a instituição dispunha de um auxiliar veterinário, que realizava aplicação de vacinas). Além do espaço cedido no mercado público, também era disponibilizado um telefone funcional, e mais 2 policiais militares eram mantidos a disposição da instituição para auxiliar nas verificações de maus-tratos, para este mesmo fim haviam pessoas voluntárias que se cadastravam na associação para

---

<sup>14</sup> Em 10 de novembro de 1989 Frika Hanssen Madaleno escreveu uma matéria "Dez anos sem Palmira Gobbi" em que relata o período o qual Palmira Gobbi esteve no comando da instituição Arpa

<sup>15</sup> Informações obtidas de uma entrevista realizada com Palmira Gobbi pela Revista Do Globo edição Nº644 de 20 de agosto de 1955.

<sup>16</sup> Informações obtidas de uma entrevista realizada com Palmira Gobbi pela Revista Do Globo edição Nº644 de 20 de agosto de 1955.

auxiliar nas verificações eram conhecidos como “os fiscais da Palmira”. Com relação ao financiamento das ações, ficava a cargo de 55 colaboradores que auxiliavam com donativos.

Nesta época a instituição realizava campanhas de desarmamento de carroceiros, para impedir que os animais de tração fossem maltratados com açoites de relhos e chicotes e o recolhimento de animais.

**Figura 2: Palmira Gobbi com objetos retirados de carroceiros**



Fonte: Revista Do Globo 05 de janeiro de 1963

Apesar desta entidade ter atuação pioneira no município de Porto Alegre desenvolvendo atividades e ações voltados a proteção dos animais também realizou

métodos um tanto contraditórios para uma entidade deste viés. Assim como a UIPA também realizou sacrifícios<sup>17</sup> de animais. Em torno de 5 animais por dia eram mortos em câmaras de éter, desde que apresentassem algum tipo de doenças, ou que não fossem doados a alguém.

Atualmente esta entidade exerce atividades bem diversas das que eram realizadas no início de sua fundação, restringindo suas atividades a adoção de alguns animais que estão sob sua tutela e atendimento veterinário de baixo-custo de castrações e consultas ofertadas a população em geral.

Eliane Tavares atual presidente da entidade esclarece que a Arpa não realiza mais o recolhimento de animais, no entanto existem ainda 28 cães e 14 gatos sob a tutela da associação em razão de terem sido abandonados na porta ou nas adjacências da Arpa. Mesmo após a instalação de câmeras de monitoramento na frente do estabelecimento ainda ocorrem abandonos e a instituição se vê obrigada a ampara-los.

Além dos dirigentes a associação conta com a colaboração de 3 funcionários, sendo 2 secretárias administrativas e 1 exclusivo para a limpeza e tratamento dos animais, possui voluntários esporádicos que realizam passeios com os cães e dão atenção aos demais animais abrigados pela associação e 4 veterinários para a realização dos procedimentos como consulta, castrações e cirurgias. Não há qualquer colaboração da prefeitura ou convênios com empresas ou outras entidades para o custeio das atividades da associação, ela se auto sustenta com os valores cobrados pelos procedimentos veterinários ofertados, dispondo um percentual dos procedimentos realizados aos veterinários.

Com relação ao número de procedimentos e ações realizados pela associação, são efetuados em torno de 100 consultas por semana. Dos quais são organizados da seguinte forma: segunda e sábado se distribuem 10 fichas para consulta e de terça a sexta são distribuídas 20 fichas, as segundas-feiras também se distribuem 12 fichas para atendimentos especializados como ortopédicos, retiradas de tumores, entre outros. Já as castrações ocorrem de terça a sábado, em que se efetuam em média por semana 50 procedimentos de esterilizações em cães e 150 em gatos. Aos domingos a instituição realiza ações sociais através da disponibilização de 30

---

<sup>17</sup> Essas informações estão disponíveis na Revista Do Globo de 05 de janeiro de 1963 edição Nº 840 e foram extraídas de uma entrevista concedida pela própria Palmira Gobbi.

castrações gratuitas a protetores voluntários que realizam resgates de animais em situação de rua e que oferecem lar temporário. Conforme explicado por Eliane, esses protetores são escolhidos de acordo com a assiduidade em levar grande números de animais a Arpa para realização de procedimentos veterinários ou em determinadas ações que estes realizam em comunidades carentes e solicitam auxílio da instituição.

#### 4.3.3 União Gaúcha de Proteção Animal (UGPA)

A União Gaúcha de Proteção Animal<sup>18</sup> foi criada em 4 de outubro de 1984 por um grupo de pessoas, entre estas haviam alguns dissidentes da Arpa, pessoas que por algum motivo possuíam alguma divergência com a forma de atuação da instituição. A partir de 30 de agosto de 1995 ocorre uma alteração de estatuto e passa a denominar-se União de Defesa da Vida Animal (UDEVA) tendo suas atividades encerradas em 2005. A UGPA foi idealizada com uma proposta inovadora para a época a de fundar uma instituição de proteção animal sem uma sede. Cabe explicar que isso era incomum, pois as associações de proteção da época faziam o recolhimento dos animais e os mantinham-nos alojados em verdadeiros depósitos.

Até mesmo as entidades de proteção animal não levavam em consideração o bem-estar e a qualidade de vida destes animais, desde que fossem retirados de circulação das ruas. Esta é uma concepção que foi sendo construída e alterada com o passar dos anos.

Pela forma diferenciada de atuar da UGPA, ela teve relevante participação na construção de políticas públicas na cidade de Porto Alegre. Suas atividades consistiam em trabalhar a conscientização da população em relação aos benefícios da castração nos animais; maus-tratos; feira de adoção<sup>19</sup> de animais que até 1998

---

<sup>18</sup> As informações referentes a União Gaúcha de Proteção Animal me foram disponibilizadas por Gelcira Teles e Stela Maris Fachel Nunes em entrevistas não estruturadas. Ambas foram membros desta associação.

<sup>19</sup> Os animais doados nas feiras de adoção da UGPA eram resgatados pelos membros da associação, mantidos em suas próprias casas, já que não dispunham de uma sede e em dia de feiras de adoção cada membro levava o seu resgatado para ser doado. As adoções eram feitas mediante um contrato de adoção em que haviam obrigações que o adotante se comprometia a cumprir, como zelar pela saúde do animal, não infringir maus-tratos e uma série de outras obrigações.

ocorriam no Brique da Redenção aos domingos e posteriormente passaram a ocorrer no parque Harmonia; concedeu certificados<sup>20</sup> de tutela.

Como forma de incentivar a castração de animais essa entidade distribuía vales de castrações as pessoas que se disponibilizavam a adotar animais, está ação era possível dado os convênios realizados com clínicas veterinárias parceiras da associação. Durante o período em que manteve suas atividades vigentes viabilizou 3.432 procedimentos de esterilizações entre cães e gatos.

Está entidade teve participação nas manifestações que deram origem a Lei Municipal N°6.946 de 27 de novembro de 1991 regulando o comércio de animais nos estabelecimentos e proibindo a comercialização de animais em feiras livres; atuou em mobilizações que ocorreram para a construção de um novo espaço para o canil municipal; além disso em 1996 recolheu 3 mil assinaturas das quais foram entregues ao Chefe de Polícia do Estado solicitando a implementação de uma delegacia para averiguação de situação de maus-tratos aos animais, porém nesta empreitada não obtiveram sucesso.

Em 1999 realiza uma parceria com o CCZ afim de efetuar o cadastramento de cães através de placas de identificação, também atendia denúncias de maus-tratos sendo essas demandas captadas através de contato telefônico, fax, caixa postal ou diretamente nas feiras o contato da entidade era divulgado nos eventos realizados por ela.

Está entidade averiguou 655 casos de denúncias de maus-tratos, dos quais se se davam no sentido de dar esclarecimentos ao infrator sobre a legislação de proteção e buscar uma solução no sentido de cessar as práticas de crueldade, inclusive neste ponto da entrevistada, Stela ressalta que para esta tarefa era importante uma certa habilidade de constranger o infrator, uma vez que a entidade não possuía o poder de executar algum tipo de punição desta forma a primeira forma de contato acontecia por telefone, posteriormente era notificado por carta e não cessando as condições denúncias ocorria a fiscalização pessoalmente e nos casos mais graves era realizado

---

<sup>20</sup> Certificado de tutela era um documento disponibilizados por associações ou entidades de proteção que garantiam o direito de manter um animal em apartamento. Eram muito comuns as convenções de condomínio proibirem animais em apartamento, então mediante algumas condições como atestado de saúde e carteira de vacinação era emitido este certificado. Se convencionou a partir da década de 90 a emissão desses certificados com base em jurisprudência gerada de ações por parte de pessoas que não aceitavam a proibição de não ter animais em seus apartamentos.

um boletim de ocorrência pela entidade para que ocorresse a instauração do processo e posterior apreensão do animal.

A UGPA/Udeva também se mobilizou para pressionar a Câmara Municipal de Vereadores para aprovar o projeto de lei 447/1 que visava proibir animais em circo, participou de reuniões no gabinete do prefeito e com a EPTC para tratar a questão de maus-tratos a cavalos que circulavam com carroceiros pelas avenidas da capital, além de efetuarem fiscalizações em estabelecimentos comerciais de animais, fiscalizações na ruas a fim de coibir a conduta de maus-tratos aos cavalos por parte dos carroceiros, entre outras ações praticadas pela entidade até encerrar as suas atividades em 2005. Abaixo seguem algumas imagens que trazem reportagens de atuações realizadas pela UGPA.

**Figura 3: Entrega de assinaturas solicitando a Delegacia Animal**



Fonte: Arquivo pessoal Stela Maris Fachel Nunes

Figura 4: Fiscalização nos comércios de animais



Fonte: Arquivo Pessoal Gelcira Teles

#### 4.3.4 Protetores e Amigos dos Animais de Tração Associados (PAATA)

No início da década de 1990, a situação dos cavalos no município era tão degradante que Porto Alegre ficou conhecida como a “capital das carroças”. Na época, circulavam cerca de 5 mil veículos de tração animal (conforme dados levantados pela entrevistada junto à Empresa Pública de Transportes e Circulação - EPTC). Os acidentes de trânsito eram diários e, mensalmente, em média, 25 cavalos eram encaminhados ao Hospital Veterinário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), devido a maus tratos, acidentes.

Em 1993, a UGPA recebeu a visita de Arlete Meynard, voluntária da World Society for the Protection of Animals (WSPA, hoje World Animal Protection) que além de visitar outras ONGs de proteção animal, como a Arpa e a Associação Pró Direito dos Animais (Aprodan) buscou conhecer as instalações do canil municipal de Porto Alegre.

Perante a complicada situação dos cavalos no município, essa representante da WSPA solicitou a UGPA que fizesse um projeto para ser levado para a WSPA, esta missão foi assumida por Gelcira Teles que em um mês realizou o levantamento de dados junto à UFRGS, EPTC, Secretaria Municipal de Saúde e outros órgãos da

prefeitura e elaborou o projeto. Passados três meses, Porto Alegre recebeu a visita de um fotógrafo inglês e do diretor de projetos da WSPA, Neil Trent, que vieram verificar os dados apresentados do projeto para relatar à WSPA. Mais uns meses se passaram, e Marco Ciampi, presidente da Associação dos Amigos do Golfinho Flipper (entidade que deu origem à ARCA Brasil), veio a Porto Alegre tratar dos aspectos legais e administrativos da operação, com o apoio técnico e financeiro da WSPA, para fundação de uma clínica para os cavalos de carroça.

A partir disso são realizadas reuniões com representantes da prefeitura, UFRGS e com o governador em exercício na época Alceu Collares, que inclusive oferece espaço junto à Ceasa, em razão do grande número de carroceiros no local coletando alimentos.

Em julho de 1994, foi inaugurada a Paata (Protetores Amigos dos Animais de Tração Associados), considerada até hoje primeira clínica gratuita para cavalos de tração da América Latina. Os equinos – mal alimentados, doentes e carregando peso acima das suas capacidades – passavam por exame clínico, recebiam vermífugos, remédios e vacinas, sendo que àqueles que precisem de diagnósticos mais complexos eram encaminhados à UFRGS, que oferecia desconto de 50%. Durante as consultas, os carroceiros recebiam um folder e orientação sobre como cuidar dos animais. Ao longo dos três anos de funcionamento, atuaram na clínica oito veterinários, 40 estagiários de Medicina Veterinária de quatro universidades do RS e dois voluntários. Conforme relatos de Gelcira Teles:

“No início, eles pareciam não acreditar que os cavalos seriam atendidos gratuitamente, mas começaram a confiar em nós e no tratamento” Depois de um tempo, já contavam seus problemas pessoais e nos traziam frutas de presente, pois em alguns dias ficávamos das 7h às 15h, sem almoço”.

A média mensal de atendimentos era de cerca de 180 cavalos, embora a média diário fosse de 9 atendimentos diários houve dias em que a clínica chegou a contabilizar 25 atendimentos diários, pois os surtos de infecção respiratório nos cavalos quase triplicavam os atendimentos. O fato dos atendimentos ocorrerem ao ar livre diminuía o número de consultas em dias de chuva. O número total de equinos atendidos pela PAATA ao longo de sua existência foi de 4956, provenientes de Porto

Alegre e Região Metropolitana. Apesar de todos os esforços realizados para captar recursos e o apoio constante da imprensa, o projeto encerrou suas atividades 3 anos após a sua implantação. Entre os fatores elencados por Gelcira sobre a falta de apoio para manter o projeto estão: ausência de visão política ou mesmo a ignorância dos governantes e empresários para apoiar uma iniciativa voltada a uma parcela marginalizada da população; a falta de planejamento da entidade internacional envolvida para amparar a PAATA na elaboração de um projeto a médio e longo prazos; além de considerar que a PAATA como uma iniciativa de vanguarda, pioneira na América Latina - pois além de oferecer atendimento gratuito aos cavalos também trabalhava a educação ambiental - foi avançada demais até para os protetores de animais dos anos 90, que não deram apoio ao projeto e a criticavam por desempenhar este trabalho em parceria com os carroceiros.

**Figura 5: Cavalo em atendimento na PAATA**



Fonte: Arquivo Pessoal Gelcira Teles

#### 4.3.5 Protetores Voluntários de Animais

Não são apenas as entidades de proteção como Ongs, associações e fundações que constituem os movimentos de proteção aos animais, há também os protetores de animais voluntários. São indivíduos desvinculados de Ongs ou associações que realizam atividades e ações similares aos prestados pelas entidades, porém de forma isolada.

Esses indivíduos efetuam o recolhimento, tratamento e adoção de animais, desempenham trabalhos de conscientização a maus-tratos principalmente em comunidades carentes, pois são os locais de maior incidência de casos, viabilizam esterilizações de animais a pessoas que não possuem meios econômicos para fazê-lo, além de manter tratamentos e alimentação de animais comunitários<sup>21</sup> pelas regiões que atuam.

Geralmente seus trabalhos são custeados com a venda de rifas, vakinhas<sup>22</sup> virtuais, com a realização de brechós<sup>23</sup> e parcerias de amigos. Alguns realizam parcerias com as entidades de proteção justamente por serem um elo entre a comunidade a qual pertencem e os serviços que essas entidades oferecem. Os protetores voluntários costumam agir dentro dos bairros em que residem ou nas suas proximidades.

Com relação ao perfil dos protetores voluntários é composto predominante por mulheres das mais variadas idades e classes sociais.

---

<sup>21</sup> O conceito de animal comunitário está incluído na Lei Nº 13.193, de 30 de junho de 2009. Art.4º § 2º - Para efeitos desta Lei, considera-se animal comunitário aquele que estabelece com a comunidade em que vive laços de dependência e de manutenção, ainda que não possua responsável único e definido. Disponível em : [http://www.tramandai.rs.gov.br/download/lei\\_estadual\\_13193\\_2009.pdf](http://www.tramandai.rs.gov.br/download/lei_estadual_13193_2009.pdf) >Acesso em 03 jun de 2018. Basicamente o animal comunitário é aquele que vive em situação de rua, mas é assistido por um grupo de pessoas. Esta lei assegura a sua proteção desde que não tenha histórico de mordeduras seja esterilizado e vacinado.

<sup>22</sup> Vakinha virtual é um site que possibilita o recolhimento de valores para uma determinada ação. Disponível em <https://vakinha.zendesk.com/hc/pt-br/articles/205110385-Como-funciona-o-site-do-Vakinha->> Acesso em 06 jun 2018

<sup>23</sup> Os Brechós são eventos muito comuns onde se vendem objetos usados como roupas, calçados, livros, entre outros.

**Figura 6: Cães comunitários aguardam por alimento**



Fonte: Própria Autoria

#### 4.3.6 Ativistas ou simpatizantes da causa animal

Os ativistas ou simpatizantes são aquelas pessoas que se ocupam mais com protestos, eventos e ações voltadas a conscientização a respeito da sentiência animal – capacidade de sentir dor, medo, alegria, estresses entre outros sentimentos – e para tanto são sujeitos de direitos. Alguns ativistas também realizam o acolhimento de animais de rua e outras atividades como as executadas pelos protetores voluntários, mas este não é o seu foco. O objetivo central destas pessoas é educar e informar as sobre questões de combate a crueldade com animais e meio ambiente.

**Figura 7: Ato contra testes em animais**



Fonte: Arquivo Pessoal Juliane Coube

Entre suas práticas comuns estão as intervenções artísticas que consistem em atos onde são efetuadas encenações sobre abusos, maus-tratos, testes em animais entre outros; campanhas de boicote de produtos que fazem testes em animais, manifestações, divulgam o veganismo<sup>24</sup>; participação em eventos e audiências públicas em defesa os animais; realização de encontros e refeições veganas, atividades eventos palestras educativas. Seus principais meios de comunicação são os blogs, sites, Whatsapp e Facebook o qual é o meio mais utilizado. É neste último canal que se efetuam a divulgação de eventos, inclusive elaboram um calendário anual com uma programação de atos a serem realizados. Os locais de execução desses eventos são em praças, feiras, sempre dão prioridade aos lugares com grande concentração de pessoas, a não ser que seja algo específico como protesto em frente a empresas, Câmara de Vereadores, entre outros.

Com relação ao perfil dos ativistas, são indivíduos com um nível cultural mais elevados se comparados com os outros atores e de idades variadas, neste segmento os homens estão mais presentes. Possuem um maior entendimento de leis, uma conduta mais pacifista justamente para serem capazes de ensejar debates e despertar reflexões a favor do bem-estar animal.

---

<sup>24</sup> Veganismo é uma forma de viver que busca excluir, na medida do possível e do praticável, todas as formas de exploração e de crueldade contra animais, seja para a alimentação, para o vestuário ou para qualquer outra finalidade. Informações obtida no site: <https://www.sejavegano.com.br/>> Acesso em 07 jun 2018.

## 5 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ATÉ A CRIAÇÃO DA SEDA

A seguir algumas políticas públicas relacionadas aos animais que vigoraram em Porto Alegre. Estas políticas foram motivos de protestos por parte de defensores dos animais e motivaram a organização de um movimento de proteção em defesa dos mesmos e suas ações desencadeiam a criação da Secretaria Especial dos Direitos dos Animais no município.

### 5.1 Canil Municipal de Porto Alegre

O Código de Posturas de Porto Alegre instituído pela Lei Complementar Nº 12 de 07 de janeiro de 1975 dispunha dentro do capítulo IX Art.69, desta lei que:

Os animais abandonados nos logradouros públicos serão recolhidos ao depósito do Município.

§ 1º Tratando-se de cão, será o mesmo sacrificado se não for retirado dentro do prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis, mediante o pagamento das despesas efetuadas com a manutenção e transporte do animal.

§ 2º Poderá o Município, a seu critério, agir de conformidade com o que estipula o art. 69 desta Lei.

§ 3º Todo o cão capturado deverá ser vacinado ou revacinado no ato do resgate.

§ 4º Os cães capturados com suspeita de doença transmissível, a critério de médico veterinário, não poderão ser resgatados pelo proprietário devendo ser submetidos a isolamento e observação.

É obrigatória a vacinação anual dos cães. A infração do disposto neste artigo acarretará para o proprietário a multa de dois décimos a um salário mínimo.

Art. 70 É obrigatória a vacinação anual dos cães. A infração do disposto neste artigo acarretará para o proprietário a multa de dois décimos a um salário mínimo.

Art. 71 Tratando-se de outros animais, como equinos, bovinos, ovinos, caprinos, etc., não retirados no prazo de 15 (quinze) dias, deverá o Município efetuar a sua venda em leilão.

No que se refere ao local destinado ao depósito municipal foi possível apurar por meio de entrevistas realizadas, com pessoas ligadas a UGPA ( ex- membros) que este deposito localizou-se nas dependências do Campus central da UFRGS.

Para obter a informação exata sobre a localização do depósito busquei por funcionários mais antigos desta instituição a fim de que pudessem confirmar o local exato das instalações. As instalações dos canis destinados aos animais recolhidos se

localizaram no atual estacionamento ao lado do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ICBS), situado na Rua Sarmiento Leite, número 500.

De acordo com os entrevistados ligados aos movimentos sociais de proteção esses animais ficavam empilhados em pequenos canis e sem condições de higiene, espaço físico adequado, e alimentação apropriada, já que eram alimentados com as sobras de alimentos provenientes dos restaurantes universitário. Depois de mortos os corpos destes animais eram utilizados em estudos e experiências do ICBS.

**Figura 8: Animais à espera do sacrifício**



Foto: Acervo Fotográfico da Coordenação de Comunicação Social - Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo/Crédito do fotógrafo

Essas circunstâncias motivam inúmeras queixas e através de mobilização dos movimentos de proteção animal como UGPA e PAATA que pleiteiam junto a Administração Pública um novo local onde esses animais pudessem ser alojados de maneira mais digna e obter um tratamento melhor, além de implementação de condutas humanitárias para o sacrifício destes animais recolhidos. O caso ganhou

notoriedade com o envolvimento da ex-atriz e ativista pelos direitos animais Brigitte<sup>25</sup> Bardot, que tomando conhecimento<sup>26</sup> da situação do canil encaminha uma carta ao presidente em exercício Fernando Henrique Cardoso solicitando providências.

Figura 9: Manchete sobre denúncia do canil municipal a Brigitte 13 dez 1995



Fonte: Arquivo Pessoal de Stela Fachel Nunes

<sup>25</sup> Brigitte Bardot é francesa, ex- atriz de cinema, e atualmente ativista pelos direitos dos animais. Ao encerrar sua carreira de atriz em 1973 passa a se dedicar ao ativismo. Entre algumas de suas ações em 1977 atraiu atenção mundial para sua causa ao denunciar in loco o massacre de bebês-foca no norte do Canadá. Em 1986, ergueu uma fundação, Fondation Brigitte-Bardot, declarada de utilidade pública pelo governo francês em 1992, e que em 1995 nomeou o Dalai Lama como seu membro honorário. Entre 1989 e 1992 apresentou na tv francesa uma série chamada S.O.S. *Animaux*, copatrocinada por sua fundação. Entre outras causas, ela atuou e liderou campanhas contra a caça das baleias, as experiências em laboratório com animais, pela proibição de brigas autorizadas entre cães e contra o uso de casacos de pele. Informações obtidas em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Brigitte\\_Bardot](https://pt.wikipedia.org/wiki/Brigitte_Bardot)>Acesso em 03 de jun de 2018.

<sup>26</sup> Brigitte toma conhecimento da situação em que os animais eram mantidos no canil municipal através do envio de uma carta a sua fundação. Está denúncia foi realizada pela dona de casa Vera Lúcia Peroni, uma defensora dos animais.

Foram realizadas inúmeras reuniões, manifestações e cobranças junto a administração pública e até mesmo participação no orçamento participativo<sup>27</sup> a fim de obter a verba para a construção de um novo local que pudesse acolher os animais de forma que pudessem garantir alguma integridade a estes animais.

**Figura 10: Reunião com o Prefeito Tarso Genro**



Fonte: Arquivo Pessoal de Stela Fachel Nunes

<sup>27</sup> Sobre a participação no orçamento participativo, conforme relatos de Gelcira, as plenárias ocorriam no auditório da Secretaria Municipal de educação e demandas como compra de remédios, construção de creches, construção de postos de saúde eram debatidas não havia espaço para questões relacionadas aos animais. A estratégia encontrada por ela para levar a demanda a respeito da construção de um novo espaço para os animais, foi apoiar a demanda de outras pessoas. Conforme ela foi participando foi conhecendo outras lideranças e realizando a troca de apoio mútuo. Até que a demanda de um novo espaço também se tornou demanda da Secretaria Municipal de Saúde, sendo então votada e aprovada a verba para construção de um novo local.

**Figura 11: Reunião no gabinete do Prefeito Tarso Genro, em que entidades de proteção cobram um novo canil.**



Fonte: Arquivo pessoal Stela Fachel Nunes

## 5.2 Centro de Controle de Zoonose (CCZ)

Em Porto Alegre o Centro de Controle de Zoonoses foi estabelecido a partir da Lei Ordinária Nº 5933 de 15 de julho de 1987 e sua principal atribuição era o controle de animais domésticos, insetos, roedores e outros animais que poderiam atuar como portadores ou transmissores de doenças ao homem, conforme redação estabelecida no parágrafo único. Com isto o recolhimento dos animais em situação de rua passa a ser competência do CCZ.

A partir de 1996 o código municipal de saúde convencionado a partir da lei complementar Nº 395 de 26 de dezembro de 1996, passa a vincular o Centro de Controle Zoonoses a Secretaria Municipal de Saúde Municipal. Com a conclusão das instalações pleiteadas pelos movimentos de proteção animal tanto o canil municipal de Porto Alegre como o CCZ passam a alojar-se na Estrada Bérico José Bernandes, 3489 Lomba do Pinheiro.

Neste local o tratamento dispensado aos animais mudou, as condições<sup>28</sup> de alojamento assim como os cuidados já eram melhores. A nova estrutura passa a contar com 3 veterinárias concursadas, 9 estagiários de veterinária e em torno de 15 funcionários terceirizados para realizar a limpeza das baias e manejo dos animais. Entre 2003 e 2004<sup>29</sup> alguns dos animais recolhidos passam a ser castrados e disponibilizados para adoção, as veterinárias realizavam triagem nos animais aqueles que eram considerados com mais possibilidades de adoção são salvos da eutanásia e encaminhados a feiras de adoção realizadas no Brique da Redenção pelo próprio CCZ. Nesta época outras ações também passam a ser realizadas como castrações de animais em comunidades carentes conforme relato da entrevistada X:

“Eram realizadas parcerias com agentes de saúde das comunidades carentes que cadastravam pessoas para que seus animais fossem esterilizados, então o CCZ buscava os animais com a carrocinha esterilizava e depois devolvia para o dono. Essas ações eram realizadas 2 vezes por semana e se castrava em média 8 animais a cada visita”

O CCZ também realizava cadastramento de protetores para que esses tivessem seus animais resgatados esterilizados, além disso efetuava vacinação e aplicação de ivermectina em animais de comunidades carentes e fiscalização de

---

<sup>28</sup> As informações prestadas sobre o modo de atuação do CCZ foram prestadas por uma entrevistada que não terá sua identidade revelada. A pessoa será identificada como entrevistada X, estudou medicina veterinária na UFRGS e foi estagiária extracurricular do CCZ entre os anos de 2002 a 2003 regressando a partir de 2004 para prestar estágio curricular. Nessa função realizou procedimentos veterinários como castrações e tratamentos veterinários, fez acompanhamentos em ações efetuados em comunidades carentes, participou de reuniões com a responsável pelo centro, inclusive reuniões do Fórum pelo Bem-estar dos Animais em que a responsável pelo era constantemente chamada a Câmara de Vereadores para prestar esclarecimentos sobre denúncias de maus-tratos no local realizados por protetores e entidades de proteção aos animais.

<sup>29</sup> O entrevistado não se recorda data exata

canis. Contudo, mesmo apresentando significativo avanço nas ações realizadas pelo CCZ em relação aos animais a questão da eutanásia dos animais recolhidos ainda era um ponto controverso. Cabe salientar que a lei a qual criou o CCZ impunha o recolhimento de todo animal ao qual fosse solicitado até mesmo os domiciliados em que as pessoas não os quisessem mais, então a solução encontrada durante muito tempo pela Administração Pública foi a eutanásia. Isto até os movimentos sociais de proteção começaram a se articular e procurar a imprensa e vereadores para tentar mudar a realidade destes animais.

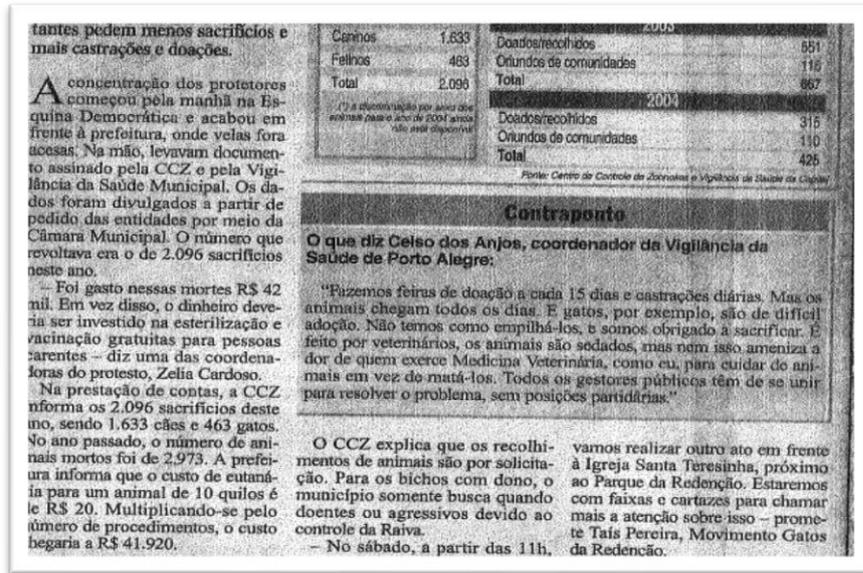
**Figura 12:Manifestação de ativistas pelo fim da eutanásia no CCZ**



Fonte: Arquivo pessoal Eliane Tavares Tavares

O jornal Zero Hora em uma das suas manchetes do dia 01 de outubro de 2004 publicou matéria a respeito de uma das mobilizações realizadas por protetores e entidades contrárias aos sacrifícios de animais realizados pelo CCZ e demonstrou um balanço do número de eutanásias efetuadas entre os anos de 2003 e 2004.

Figura 13: Reportagem de ZH traz o número de animais eutanasiados pelo CCZ



Fonte: Arquivo Pessoal Eliane Tavares

### 5.3 Fórum pelo Bem-Estar dos Animais

O Fórum pelo Bem-estar dos Animais era promovido pela Comissão de Saúde e Meio ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre, foi criado entre o final 2001 início de 2002<sup>30</sup>. A iniciativa de constituir este fórum partiu do presidente da Cosmam em exercício vereador Beto Moesch, tendo como objetivo organizar melhor as demandas e sugestões de Organizações não governamentais (Ongs) e pessoas engajadas com a causa animal. Suas reuniões ocorriam uma vez por mês e eram abertas ao público.

Ao que se refere a Cosmam, ela vem a ser uma das 6 comissões permanentes pertencentes ao legislativo municipal de acordo com o que está previsto no inc. VI, do artigo 30, do regimento interno. Já suas funções gerais estão dispostas no artigo 35 o qual dispõe, entre outras, discutir e votar parecer às proposições que lhes forem distribuídas, realizar reuniões com entidades da sociedade civil, bem como audiências públicas; convocar Secretários e dirigentes de órgãos da administração indireta e qualquer servidor público municipal para prestar informações sobre assuntos

<sup>30</sup> O entrevistado Y não se recorda a data exata de sua criação

inerentes às suas atribuições; receber petições, representações ou reclamações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, acompanhar e apreciar programas de obras, planos de desenvolvimento; exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo; estudar qualquer assunto compreendido na sua esfera através de conferências, exposições, palestras ou seminários; dar pareceres, podendo apresentar substitutivos ou emendas à projetos de lei e elaborar proposições de interesse público solicitadas pela comunidade ou decorrentes de indicação da Câmara.

Com relação ao funcionamento do Fórum, os assuntos abordados nas reuniões geralmente eram sugeridos pelos participantes e de acordo com que era debatido novas proposições de leis e ações surgiam. A LEI Nº 9.945, de 27 de janeiro de 2006 que Instituiu o Programa de Proteção aos Animais Domésticos no Município de Porto Alegre, estabelecendo dentro de seus dispositivos jurídicos o estímulo a posse responsável, para evitar a procriação desordenada, a eutanásia e o sacrifício de animais domésticos. Também era feita a esterilização gratuita de animais para as pessoas que comprovadamente não tivessem condições de arcar com os custos dos procedimentos, além de mencionar os motivos em que a eutanásia seria admitida os quais são conforme Art. 7 incisos I - doença comprovada ou potencial transmissor à saúde pública ou para outros animais; II – perigo comprovado à integridade física de pessoas ou de outros animais; III – situação comprovada de sofrimento ou estado terminal. A partir desta lei já há uma significativa conquista dos movimentos de proteção animal, pois não mais se admite o sacrifício dos animais recolhidos e todo animal recolhido seja por intermédio de Ongs ou prefeitura deverá ser esterilizado e encaminhado para adoção.

Outro preceito jurídico que encontrou respaldo a partir de debates realizados pelo Fórum é a LEI Nº 10.531, de 10 de setembro de 2008 a qual prevê o Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana, sendo seu projeto de elaboração proposto pelo vereador Sebastião Melo. As discussões efetuadas pelo Fórum colocaram frente a frente defensores do bem-estar animais e carroceiros pela primeira vez em 30 de outubro de 2006, cada qual com seus argumentos.

De acordo com Scomazzon (2006) os protetores manifestaram apoio ao projeto e reclamaram dos maus-tratos impostos aos cavalos quando utilizados nas carroças, enquanto que os carroceiros alegavam que necessitam das carroças para fazer a coleta de material reciclado para sua subsistência. Porém o ponto de vista em comum entre ambos os debatedores era em relação a ausência do executivo no debate e para encaminhamento de algumas medidas, já que os manifestantes ligados a proteção animal acusavam o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) de delegar a coleta de lixo seco aos carroceiros, enquanto que carroceiros se queixavam da indisponibilidade de veterinários ligados ao município para a prestação de auxílio veterinário para os cavalos.

Depois de 2 anos de embates e discussões proferidos entre defensores do bem-estar animal e carroceiros a Lei é sancionada. Entre os principais dispositivos desta lei estão previstos:

**Art. 2º** O Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal e de Veículos de Tração Humana estabelecerá:

I – o prazo para a realização, pelo Executivo Municipal, do cadastramento social dos condutores de Veículos de Tração Animal (VTAs) e dos condutores de Veículos de Tração Humana (VTHs); e

II – as ações que viabilizarão a transposição dos condutores de VTAs e dos condutores de VTHs para outros mercados de trabalhos, por meio de políticas públicas de transposição anual que contemplem todos os condutores de VTAs e todos os condutores de VTHs identificados e cadastrados pelo Executivo Municipal.

Parágrafo único. Dentre as ações de que trata o inc. II do art. 2º desta Lei, estarão aquelas que qualifiquem profissionalmente os condutores de VTAs e de VTHs identificados e cadastrados pelo Executivo Municipal para o recolhimento, a separação, o armazenamento e a reciclagem do lixo, observando-se as políticas públicas de educação ambiental.

**Art. 3º** Fica estabelecido o prazo de 8 (oito) anos, para que seja proibida, em definitivo, a circulação de VTAs e de VTHs no trânsito do Município de Porto Alegre .

§ 2º Fica proibido:

I – condução de VTAs e de VTHs por menores de 18 (dezoito) anos de idade;

II – condução de VTAs e de VTHs por pessoa não-habilitada, conforme legislação vigente;

III – trânsito de VTAs e de VTHs não-registrados, conforme legislação vigente; e

IV – condução de VTAs e de VTHs em zona urbana, exceto as previstas nos incs. I e IV do § 1º deste artigo.

Uma questão amplamente discutida nos fóruns foi a esterilização de animais, já que até o ano de 2006 os animais que fossem recolhidos das ruas ainda eram sacrificados como medida de contenção a população de animais em situação de rua e a esterilização massiva era vista pelos representantes de organizações não-governamentais e voluntários que atuavam na defesa do bem-estar animal como uma alternativa aos sacrifícios. Visto que a intenção com os sacrifícios era diminuir a população de animais abandonados e a implantação, no município, de um programa de esterilização cumpriria esse objetivo.

Ainda sobre este tema foi sugerido um mutirão de esterilização de cães e gatos, a criação de um fundo municipal a fim de que se obtivesse recursos para investimentos em políticas públicas destinadas ao bem-estar animal, a criação de um núcleo ligado a Secretaria do Meio Ambiente( Smam) responsável pelas políticas públicas de bem-estar animal desvinculando-o do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ). Este órgão fazia o recolhimento de animais domésticos abandonados nas ruas da cidade, e estava vinculado à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) tendo a missão de cuidar da saúde humana, então era necessário um órgão específico para tratar assuntos relacionados ao bem-estar animal.

O CCZ também suscitou constantes debates no fórum tanto em razão dos sacrifícios realizados como pelos possíveis maus-tratos a que os animais eram submetidos e que constantemente era denunciado por representantes de Ongs e protetores.

Em 29 de maio de 2006 o vereador Cláudio Sebenelo coordenador do Fórum e vice-presidente da Cosmam anuncia no encontro a decisão do prefeito em exercício José Fogaça que se compromete a apresentar um projeto que permita criar um núcleo vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Smam), responsável pelas políticas públicas de defesa do bem-estar dos animais, sendo a proposta apresentada dentro de um mês. No entanto este núcleo nunca foi criado, mas a promessa é cumprida em 2009 com o estabelecimento da Coordenadoria Multidisciplinar de Políticas Públicas para os Animais Domésticos no Município de Porto Alegre (Comppad).

Atualmente não são realizadas mais reuniões pelo Fórum. Com relação ao fim de suas atividades não foi possível resgatar, as pessoas entrevistadas não se recordam as datas, a fim de averiguar esta informação fiz uma solicitação via portal

da transparência da Câmara de Vereadores através do protocolo Nº 212, porém não recebi as informações.

#### 5.4 A Coordenadoria Multidisciplinar de Políticas Públicas para os Animais Domésticos no Município de Porto Alegre (Comppad)

A Coordenadoria Multidisciplinar de Políticas Públicas para os Animais foi criada a partir do Decreto Nº 16.295 de 14 de maio de 2009. Sua instituição tinha como objetivo fortalecer as iniciativas de promoção e incentivo à qualidade de vida animal, especialmente nas comunidades carentes. As competências desta coordenadoria estão dispostas no artigo 5º tais como:

- I - desenvolver políticas públicas e ações de proteção aos animais domésticos, em especial aos pertencentes a pessoas carentes e aqueles em estado de vulnerabilidade;
- II - exercer o poder de polícia administrativa através da fiscalização;
- III - buscar parcerias e firmar convênios com instituições de ensino, clínicas e hospitais veterinários, fundações, órgãos da administração pública municipal, estadual e federal, ONGs, OSCIPs, e iniciativa privada, com o objetivo de obter recursos financeiros e humanos, para sua estruturação, manutenção e desenvolvimento de atividades;
- IV - elaborar diagnósticos e publicações referentes aos animais domésticos;
- e
- V - desenvolver projetos de educação, que conscientizem da responsabilidade individual humana pela sustentabilidade ambiental da coexistência entre os seres humanos e os animais domésticos, no Município.

No tocante à sua composição era formada por representantes de 12 secretarias e órgãos municipais, sendo que o grupo de trabalho será coordenado pelo gabinete do vice-prefeito para desenvolver programas de proteção aos animais, a partir de ações de fiscalização e da divulgação de diagnósticos e publicações referentes ao tema.

A Coordenadoria se manteve vigente por 2 anos, até a criação da Secretaria Especial Dos Direitos dos Animais (SEDA), que assume suas competências a partir de 2011. Sobre algumas de suas realizações podemos citar: a participação em negociações ocorridas em 2010 para que a Associação de Transporte Público (ATP) doasse um ônibus para o programa de castração de animais de rua, o qual passou por uma adaptação para a instalação de um bloco cirúrgico, possibilitando a partir

disso que esterilizações fossem efetuadas no interior do ônibus. Em 2011 firma mais uma parceria desta vez com a Carris para doação de um novo ônibus que seria adaptado com gaiolas e faria o transporte de animais para a esterilização até as clínicas veterinárias licitadas, firmou parceria com o Ministério Público para permitir à realização de um projeto piloto de ressocialização para um grupo de cães agressivos que viviam nos canis do Centro de Controle de Zoonoses para que pudessem ser encaminhados a adoção, entre outras ações.

## 5.5 A Secretaria Especial dos Direitos Dos Animais (SEDA)

O órgão criado para a articulação de políticas públicas de bem-estar animal, bem como sua estrutura e as políticas públicas que permanecem vigente. Cabe salientar que a secretaria passou por um processo de extinção em 2017, até o momento não há uma definição clara de que espécie de órgão da administração pública a SEDA se tornou, pois não há decreto fazendo esta especificação e em alguns momentos no site da prefeitura é chamada de Coordenadoria Especial dos Animais. Contudo o nome SEDA permanece sendo utilizado.

### 5.5.1 Criação e extinção da SEDA

A iniciativa de criar a Secretaria Especial dos Direitos Animais partiu de um projeto de lei proposto pelo Executivo e que posteriormente foi aprovado pela câmara Municipal de Porto Alegre. Através da Lei 11.101 de 25 de julho de 2011 e regulamentação do Decreto 17.190 de 08 de agosto de 2011 ficou estabelecido a sua criação com a finalidade de estabelecer e executar políticas públicas destinadas à saúde, proteção, defesa e bem-estar animal. A criação deste órgão representou um grande avanço para as políticas públicas e foi recepcionado com muito entusiasmo por parte de atuantes do movimento de proteção animal, que por 15 anos empreenderam-se em uma longa jornada de ações e reivindicações para que houvesse um órgão específico para discutir e elaboração de políticas, assim como pela própria população.

No entanto ao haver uma troca de gestores municipais em Porto Alegre é encaminhado pelo gestor atual, Nelson Marchezan Jr., um Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/16 a câmara municipal em que é proposta uma reforma administrativa a qual prevê a extinção de 16 secretarias municipais entre elas a Seda, outras medidas também foram sugeridas como de criação de nove secretarias que absorveriam as que fossem extintas e se estabeleceria por este projeto as finalidades e competências dessas novas pastas. A proposta foi a votação em 02 de janeiro de 2017 em uma sessão que durou 8 horas e foi marcada por conflitos entre manifestantes e seguranças da Câmara Legislativo. Com relação a Seda foi proposta uma emenda pelo vereador Rodrigo Maroni a qual excluía do projeto o item que previa a extinção da mesma. No entanto a emenda foi derrotada por 17 votos a 14, com cinco abstenções, provocando muitos protestos de militantes da defesa animal que acompanharam em grande número a sessão.

**Figura 14: Manifestação na Câmara de Vereadores contra a extinção da SEDA**



Fonte: Maia Rubim/Sul21

Com o projeto de lei aprovado pela câmara municipal de Porto Alegre ficou instituído pela Lei Complementar Nº 810, de 04 de janeiro de 2017 a criação e extinção secretarias municipais, estabelecendo suas finalidades e competências e revogando as legislações sobre o tema. O artigo 3º desta lei estabelece no seu Inciso III a criação

da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (Smams) entre suas atribuições concedeu-lhe a promoção a proteção, a defesa e o bem-estar dos animais em Porto Alegre, estas atribuições faziam parte do escopo da Seda e foram delegadas a essa nova secretaria.

- a) planejar, coordenar, articular e controlar as políticas voltadas para as áreas de proteção ambiental do Município de Porto Alegre, com atuação na prevenção e na conservação do ambiente natural;
- b) conceder licenciamento ambiental;
- c) manter e conservar parques, praças e balneários;
- d) promover, implantar e conservar espaços verdes urbanos;
- e) promover a saúde, a proteção, a defesa e o bem-estar dos animais no âmbito do Município de Porto Alegre; e
- f) promover o desenvolvimento urbano envolvendo o controle do uso do solo, a viabilidade e o impacto de obras e empreendimentos, a fiscalização da correta aplicação da legislação pertinente e outras questões vinculadas à gestão da evolução física sustentável do Município de Porto Alegre.

Outra alteração desta lei na estrutura da Seda está descrita no Art. 13 inciso X, é a revogação do art. 5º da Lei nº 11.101, de 25 de julho de 2011, o qual estabelece a criação do cargo de Secretário Municipal da Seda.

Já a Lei Complementar Nº 817, de 30 de agosto de 2017 reorganizou a Administração Pública após extinguir as secretarias e órgãos municipais e incorporou suas competências às secretarias municipais criadas pela Lei Complementar nº 810, de 2017; revogando as legislações sobre os temas das secretarias extintas; e deu outras providências. Serão trazidas aqui apenas aquelas providências citadas em artigos atinentes a Seda. A redação do artigo citado abaixo, mantém os cargos dos quadros de funcionários das secretarias extintas.

Art. 16. A extinção das secretarias municipais referidas nos incisos do art. 13 desta Lei Complementar não acarreta a extinção dos cargos efetivos ou em comissão e das funções gratificadas que foram, expressamente por lei, criados, transferidos ou lotados nelas ou em órgãos ou gabinetes a elas vinculados.

Com a redação do artigo 17 inciso III é delegado a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade as atribuições da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Secretaria Especial dos Direitos Animais.

III – Smams, criada nos termos dos arts. 3º, inc. III, e 4º, inc. III, da Lei Complementar nº 810, de 2017, as competências anteriormente atribuídas às secretarias municipais extintas pelos incs. IX e X do art. 13 desta Lei Complementar, bem como parte das competências anteriormente atribuídas à secretaria municipal extinta pelo inc. VIII desse artigo, na forma do inc. III do art. 4º da Lei Complementar nº 810, de 2017

Já o artigo 28 revoga XI – os Artigos 1º, 2º, 3º e 4º da Lei nº 11.101, de 25 de julho de 2011, dos quais tratam:

**Art. 1º** Fica criada a Secretaria Especial dos Direitos Animais (SEDA) no âmbito da Administração Centralizada do Executivo Municipal.

**Art. 2º** A SEDA é o órgão central de formulação e estabelecimento das políticas públicas destinadas à saúde, à proteção, à defesa e ao bem-estar dos animais no âmbito do Município de Porto Alegre.

**Art. 3º** Compete à SEDA, no âmbito de suas atribuições, para o cumprimento de suas finalidades: I – planejar, coordenar, desenvolver, articular, implementar, gerenciar, controlar e executar ações voltadas à efetivação das políticas sob sua responsabilidade; II – articular e promover políticas para os animais, mediante interlocução com a sociedade civil, com agências nacionais e internacionais e com os demais Poderes e esferas da Federação; III – promover e acompanhar a execução dos contratos e dos convênios, bem como dar continuidade aos acordos vigentes. IV – promover e organizar seminários, cursos, congressos e fóruns periódicos, com o objetivo de discutir diretrizes para as políticas públicas a serem desenvolvidas e implantadas, inclusive em parceria com entidades representativas, organizações não governamentais e órgãos públicos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas esferas municipal, estadual e federal. V – fortalecer e apoiar as ações voltadas aos movimentos e às organizações não governamentais; VI – planejar e adotar as providências necessárias à garantia do cumprimento da legislação, no âmbito de suas atribuições; VII – organizar, gerenciar e capacitar grupo de voluntários, para dar suporte a projetos relacionados à causa animal. VIII – exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Prefeito Municipal; IX – realizar convênio com clínicas veterinárias que possuam atendimento 24 (vinte e quatro) horas para animais de rua, abandonados, perdidos ou que pertençam a pessoas com renda de até 3 (três) salários mínimos e tenham sofrido alguma forma de trauma, como atropelamento ou maus-tratos; e X – fiscalizar maus-tratos aos animais.

**Art. 4º** Todas as atividades públicas municipais referentes aos animais domésticos passam a ser administradas pela SEDA, respeitadas e mantidas as competências da Equipe de Vigilância de Zoonoses (EVZ), da Coordenadoria-Geral de Vigilância em Saúde (CGVS), da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), compreendendo-se, ainda, nas atividades da SEDA, as seguintes: I – o monitoramento dos animais de rua, visando ao seu bem-estar, bem como à segurança da população;

.....  
 ” (NR) *Redação dada pela Lei nº 11385 de 2012.*  
 II – o licenciamento e a fiscalização de estabelecimentos destinados à criação, ao comércio, à hospedagem, ao transporte, ao alojamento, às feiras e à prestação de serviços envolvendo ou utilizando animais; e .III – a notificação à EVZ de todos os casos de animais que estejam envolvidos em agravos de mordeduras com possível exposição a vírus rábicos, após laudo veterinário emitido pela SEDA. **Parágrafo único.** O disposto no inc. II do *caput* deste artigo não se aplica aos estabelecimentos considerados de interesse à saúde como consultórios, clínicas, hospitais e laboratórios veterinários que permanecerem sob a responsabilidade da EVZ.

### 5.5.2 Estrutura física e organizacional

Para compor este item foram utilizadas algumas informações dispostas no Anexos C e D. A Seda dispõe de uma unidade de medicina veterinária, nomeada como Unidade de Saúde Animal Victória<sup>31</sup> (USAV) localizada na estrada Bérico José Bernardes, 3489- parada 19 da Lomba do Pinheiro. Esta unidade possui uma área total construída de 1.694,00 m<sup>2</sup>, divididos em salas para triagem, ambulatório, bloco cirúrgico, recuperação, administração, laboratórios e estacionamento com capacidade para 28 automóveis e 8 motos.

Há também 2 estruturas volantes<sup>32</sup>, constituídas por ônibus adaptados. Sendo um deles adaptado com bloco cirúrgico e funciona como clínica itinerante para atendimento veterinário e para realização de procedimentos cirúrgicos de esterilização de cães e gatos, enquanto o outro é utilizado para transporte e logística de cães e gatos de famílias em situação de vulnerabilidade social, tendo capacidade para transportar 50 animais para esterilização.

As instalações da Seda também são compostas por canis e gatis dispostas próximas ao Usav, a qual se destinam aos animais que a prefeitura é obrigada a recolher. De acordo com Martins (2015) por determinação de sentença proferida pela juíza Nadja Mara Zanela da 10<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública do Foro Central da

---

<sup>31</sup> A Unidade de Saúde Animal possui o nome de Victória em homenagem a filha do empresário Alexandre Grendene, uma vez que a construção desta unidade foi realizada mediante a doação de 7 milhões efetuados a prefeitura de Porto Alegre pelo empresário para este fim. Informações disponíveis no site [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=190456&UNIDADE+DE+SAUDE+ANIMAL+E+INAUGURADA+NA+LOMBA+DO+PINHEIRO](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=190456&UNIDADE+DE+SAUDE+ANIMAL+E+INAUGURADA+NA+LOMBA+DO+PINHEIRO) >Acesso em 19 mai 2018.

<sup>32</sup>A explicação a respeito do funcionamento das estruturas volantes está disponibilizada em [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/seda/default.php?p\\_secao=69](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/seda/default.php?p_secao=69) >Acesso em 19 mai 2018

capital a Brigada Militar e a SEDA são obrigados a recolher cães bravios ou soltos em via pública da capital sempre que forem acionados. Sendo que havendo comprovado descumprimento da medida, foi arbitrado uma multa no valor de R\$5 mil, cujo destino da multa será o Fundo Municipal de Defesa ao Meio Ambiente.

Há também um Centro de Fiscalização<sup>33</sup> formado por 9 agentes de fiscalização, divididos em 5 equipes de atuação, sendo: 4 equipes formadas por dois fiscais, que atuam na averiguação de denúncias que envolvem maus tratos, falta de higiene, excesso de animais, equinos em áreas privadas, bravio mal domiciliado, denúncias de estabelecimento comercial irregulares, reclamações e informações; e, 1 equipe formada por um fiscal uma médica-veterinária, responsáveis pelas demandas que referentes a acumuladores de animais e bravio solto em vias públicas.

Algumas informações não foram possíveis apurar<sup>34</sup>, tais como: a área total disponibilizadas por todas as instalações da SEDA situados na Estrada Bérico José Bernardes 3489, assim como a quantidade de animais que se encontram albergados, se o Centro de Projetos Especiais e de Apoio Administrativo- Financeiro<sup>35</sup> permanece em atividade e qual a destinação dada ao espaço das antiga Unidade de Medicina Veterinária, desativada com a inauguração da nova USAV. Foram encaminhados 3 pedidos de informações através do serviço de acesso ao cidadão números 000238-18-94000273-18-05000274-18-53 dos quais mesmo expirando o prazo não obtive retorno.

Abaixo segue o organograma da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade a qual a SEDA está vinculada atualmente, após perder o status de Secretaria. Se formos verificar a mesma não está disposta na relação e há uma indefinição de que tipo de órgão se tornou, se é uma coordenadoria, departamento.

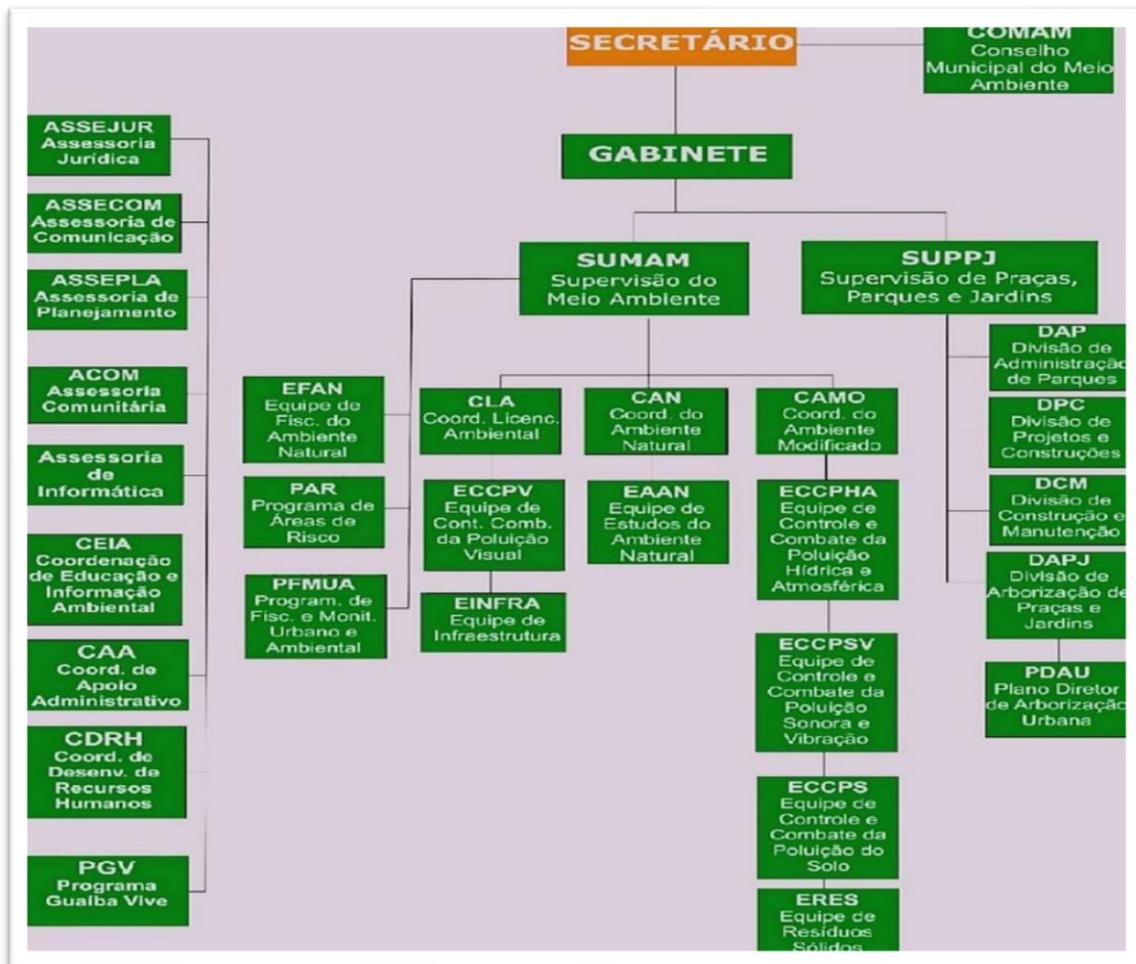
---

<sup>33</sup> Informações a respeito do Centro de Fiscalização foram obtidas pelo site : [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/seda/default.php?p\\_secao=76](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/seda/default.php?p_secao=76) Acesso em 19 mai 2018

<sup>34</sup> Foram feitas inúmeras tentativas de contato com a atual Coordenadora da SEDA Viviane Diogo, em que em um primeiro momento se disponibilizou em realizar entrevistas comigo e passar todas as informações de que eu disponibilizasse, mas posteriormente não atendeu as minhas solicitações. Após esse contato frustrado encaminhei a solicitação dessas dúvidas através de protocolo ao serviço de informação ao cidadão.

<sup>35</sup> O Centro de Projetos de Pesquisa e Centro de Apoio Administrativo- Financeiro conforme consta no Anexo C, faziam parte da estrutura da SEDA até 2016 ( Gestão do Prefeito José Fortunati).

Figura 15: Organograma Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade



Fonte: site da Prefeitura de Porto Alegre

Essa indefinição e até mesmo confusão em relação a nomenclatura do tipo de órgão que a SEDA se tornou está colocada no site da prefeitura de Porto Alegre, pois lá em alguns momentos é chamada de Coordenadoria Especial dos Animais e em outros de SEDA, porém cabe salientar que não há decreto algum a definindo como coordenadoria.

## 6.2 Fundo Municipal dos Direitos Animais (FMDA)

O Fundo Municipal dos Direitos Animais foi instituído através da Lei Complementar nº 696, de 4 de junho de 2012 com o objetivo de gerenciar

receitas e meios para o desenvolvimento e a execução de ações voltadas à saúde, à proteção, à defesa e ao bem-estar animal no Município de Porto Alegre, ficando este vinculado à Seda.

Esta lei também definia como seriam compostas as receitas que proveriam o fundo tais como: de doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências, bem como de aplicação de multas e penalidades, convênios e dotação orçamentária do Município, entre outras fontes de recursos. Além de criar um Conselho Gestor nomeado por Decreto do Executivo, para mandato de quatro anos, seria composto por um integrante do Gabinete do Prefeito (GP), um técnico da área contábil-financeira da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), um procurador da Procuradoria-Geral do Município (PGM), um representante da Secretaria Especial dos Direitos Animais (Seda) e um representante de, pelo menos, uma entidade da sociedade civil com atuação reconhecida na proteção de animais, tendo como finalidade a estabelecer diretrizes e fixar critérios para priorização de linhas de ação e alocação de recursos do FMDA, aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas, anuais e plurianuais, dos recursos do FMDA, entre outras atividades.

No entanto com o estabelecimento da Lei Complementar Nº 817, de 30 de agosto de 2017 ocorre uma alteração em relação ao Fundo, ele deixa de estar vinculado a Seda para vincular-se a secretaria que assumiu suas atribuições, ou seja, Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade conforme previsão do artigo:

Art. 19. Os conselhos, os fundos e os programas dos órgãos e das secretarias municipais extintos terão sua vinculação administrativa estabelecida por meio de decreto.

Parágrafo único. Até que ocorra a publicação do decreto referido no caput deste artigo, os conselhos, os fundos e os programas das secretarias municipais e dos órgãos extintos ficarão vinculados à secretaria municipal ou ao órgão ao qual a respectiva competência tenha sido incorporada.

Até o presente momento não ocorreu a regulação prevista por decreto especificada no Art. 19 da Lei Complementar Nº 817, de 30 de agosto de 2017 em relação ao FMDA. Cabe salientar que tentei buscar informações a respeito de quanto o FMDA teria arrecadado para a SEDA durante a sua vigência, mas não localizei esta informação no portal da transparência e tampouco me foi encaminhada através de

solicitação no portal. Essa informação se fazia relevante para que se pudesse avaliar o quanto este fundo contribui com o financiamento de ações e políticas públicas.

### 5.5.3 Descrição das Políticas Públicas e Programas oferecidos

Quando a Seda<sup>36</sup> era organizada como uma secretaria, possuía a missão de promover e executar políticas públicas destinadas a saúde, proteção, e bem-estar animal em Porto Alegre. A fim de assegurar o cumprimento desta missão estabeleceu os seguintes objetivos estratégicos: Coibir os maus tratos aos animais através de campanhas de conscientização nas comunidades e escolas da rede pública; conscientizar sobre a guarda responsável, promover a adoção, e reduzir a população de animais domesticados.

Para alcançar estes objetivos efetuava uma série de ações<sup>37</sup> que atualmente não são mais oferecidas como: esterilização através da Unidade Móvel em vilas da capital; fórum anual de debates sobre políticas públicas para animais; esterilização de cães e gatos, priorizando famílias em vulnerabilidade social, através do Projeto Bicho Amigo; campanha com distribuição de material informativo; veiculação de campanhas publicitárias que atinjam a população como um todo; realização de cursos e atividades de educação humanitária nas escolas da rede municipal; campanhas educativas com divulgação de cartazes em linhas de ônibus e lotações. Abaixo segue a relação de serviços e ações<sup>38</sup> que permanecem sendo oferecidas pelas SEDA:

**Quadro 1: Resumo dos serviços disponibilizados pela SEDA em 2017**

<b>Serviço e ações</b>	<b>Descrição</b>
Esterilizações	O serviço de esterilização de animais é oferecido para pessoas cadastradas no programa bolsa-família. O cadastramento para a realização do procedimento é realizado a cada 3 meses.

<sup>36</sup> Informações dispostas no Anexo

<sup>37</sup> Informações extraídas do site

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/seda/default.php?p\\_noticia=153453&DIREITOS+ANIMAIS+DEFINE+DOCUMENTO+DE+ATUACAO+ESTRATEGICA#](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/seda/default.php?p_noticia=153453&DIREITOS+ANIMAIS+DEFINE+DOCUMENTO+DE+ATUACAO+ESTRATEGICA#) >Acesso em 15 mai 2018.

<sup>38</sup> As informações aqui dispostas estão disponíveis pelo site

[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/seda/default.php?p\\_secao=79](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/seda/default.php?p_secao=79) >Acesso disponível em 06 jun 2018.

Serviços de emergência	Este serviço é prestado para animais sem tutor no qual a pessoa solicitante do atendimento deverá atestar se tratar de animal em situação de rua e se comprometerá a receber o animal.
Atendimento clínico-veterinário	Para pessoas com bolsa-família ou animais sem tutor, no qual a pessoa solicitante do atendimento deverá atestar se tratar de animal em situação de rua e se comprometerá a receber o animal após o atendimento é assegurado o atendimento cirúrgico, após uma avaliação clínica.
Atendimento a protetores e entidade cadastradas	Em parceria com protetores e Entidades Protetoras de animais atuantes no Município de Porto Alegre, residentes ou com sede na Capital, realiza um cadastramento a fim de viabilizar para estes os serviços oferecidos pela USAV durante um período de 12 (doze) meses, através de duas modalidades de serviços: Modalidade I: Atendimento Médico-Veterinário; e, Modalidade II: Participação no evento Brechocão <sup>39</sup> .
Atendimento a acumuladores <sup>40</sup>	São realizados atendimento médico-veterinário aos animais que se encontram em posse de acumuladores, realizando o cadastramento, esterilização, vacinação e vermifugação, com a finalidade de manter o controle do número de animais nestas residências, bem como manter a saúde dos mesmos até que possam ser encaminhados para adoções responsáveis. Além do atendimento aos animais é realizado um acompanhamento psicológico com essas pessoas.
Fiscalização	A fim de realizar a verificação de denúncias de maus-tratos a animais viabiliza um canal por meio do Sistema Fala Porto Alegre – 156 ou através de protocolos de solicitação encaminhados aos seguintes órgãos: Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, do

<sup>39</sup> Brechocão é um evento realizado pela SEDA no Brique da Redenção sempre no último domingo do mês. Este evento possibilita que as entidades e protetores de animais cadastrados possam comercializar objetos, roupas usadas, calçados entre outros produtos a fim de angariar recursos para suas ações.

<sup>40</sup> Acumuladores são pessoas que sofrem do transtorno de acumulação, é um padrão de comportamento que se caracteriza pelo excesso de aquisição de itens, e uma incapacidade ou relutância para o descarte da grande quantidade de objetos que cobre as áreas de estar da casa e causam significantes estresse e perda de função. Definição disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Acumula%C3%A7%C3%A3o\\_compulsiva](https://pt.wikipedia.org/wiki/Acumula%C3%A7%C3%A3o_compulsiva) >Acesso em 07 jun 2018. Neste caso acumulam animais, essas pessoas mantêm em suas casas mais animais do que tem condições de cuidar. Condicionando-os a uma vida de estresse em ambiente superlotado e inadequado. Muitos animais também passam fome e apresentam doenças, além de serem confinados em condições insalubres. Desde 2015 há uma pesquisa sendo realizada pela Faculdade de Psicologia da PUC-RS, com objetivo de traçar o perfil de acumuladores, apurando transtornos de personalidade e psicopatológicos e identificar o tipo de atendimento psicológico e/ou psiquiátrico necessário este trabalho vêm sendo desenvolvido com os acumuladores de animais cadastrados na SEDA.

	Ministério Público Estadual, da Polícia Civil e da Brigada Militar.
Programa de adoção	Através do projeto Me Adota? são realizadas campanhas de adoção dos animais que se encontram albergados na Unidade de Medicina Veterinária.

Fonte: Própria autoria

Para que seja possível avaliar a efetividade dos serviços prestados pela SEDA apresento alguns números que foram possíveis apurar. Estas informações dispostas abaixo foram obtidas na reunião em que estive presente como observadora, esses dados foram demonstrados em uma exibição de Power Point no que se refere ao atendimento aos animais de protetores, os outros valores referidos estão dispostos em informativo da Câmara de Vereadores e reproduzem o número de serviços prestados no ano de 2017.

**Quadro 2: Quantidade de serviços realizados em 2017**

Esterilizações	4800
Intervenções cirúrgicas não- eletivas	480
Consultas clínicas	5280
Atendimentos aos animais de protetores	1147

Fonte: Autoria Própria

Os dados abaixo referem-se ao número de serviços prestados no ano de 2016, este relatório com tais informações foi obtido com o gabinete da deputada Regina Becker Fortunati, pois não mais disponível para consulta no portal da transparência.

**Quadro 3: Quantidade de serviços realizados em 2016**

11.1 Em 2016, a SEDA promoveu em sua Unidade de Medicina Veterinária:

<b>Ações, Programas e Projetos</b>	<b>Números Alcançados entre 01 a 12/2016</b>
Esterilizações	5189
Intervenções Cirúrgicas não eletivas	965
Consultas Clínicas	7386
Atendimentos aos animais de protetores cadastrados	1229

Fonte: Relatório de atividades da Seda 2016

Como podemos perceber já há uma significativa redução nos serviços prestados à população de 2016 a 2017. Se partirmos do pressuposto que em Porto Alegre há uma população estimada de 1.484.941 habitantes<sup>41</sup>, sendo que destes números há 612841 indivíduos cadastrados no programa bolsa-família levando em conta que se cada uma destas pessoas possui no mínimo um animal o número de esterilizações da SEDA se mostrará totalmente incapaz de cumprir com o objetivo estratégico de reduzir a população de animais domesticados - mesmo que venhamos considerar apenas a população de cadastradas no programa bolsa-família - já que apenas está é atendida pelas esterilizações. Dividindo o número de esterilizações, ou seja, 4800 pelo número de cadastrados no programa bolsa-família 612841, a prefeitura levaria 127 anos para concluir a demanda, e isto considerando apenas 1 animal por cadastrado, é claro que há cadastrados que não possuem nenhum animal, mas em compensação haverão aqueles que terão 5 animais.

Mesmo com todos os esforços dos atuantes do movimento de proteção aos animais, as políticas que hoje estão instituídas em Porto Alegre são meramente simbólicas. Conforme a tipologia de Gustafsson estas políticas são mais voltadas para o ganho político do que necessariamente para o enfrentamento do problema, já que para que se houvesse a efetividade na política de controle de natalidade de animais no município de Porto Alegre - levando em consideração apenas o número de pessoas cadastradas no programa bolsa-família - deveria ser de 172.800 esterilizações ao ano para que em uma gestão de 4 anos essa população viesse a ser atendida.

Com relação a USAV, desde a gestão anterior foi anunciada como um hospital veterinário público que prestaria atendimento aos animais da população em geral, mas não tem capacidade para operar como tal, em razão de falta de verbas para investir em pessoal e se restringe a realização de poucos atendimentos diários, e sem muita complexidade, pois não há pessoas especializadas para operar os equipamentos doados pelo empresário Alexandre Grendene, atendendo somente os animais das pessoas cadastradas em programas sociais como o programa bolsa-família.

---

<sup>41</sup> Informações obtidas em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama> Acesso em 07 jun de 2018.

## 6. ANÁLISE: O MOVIMENTO E SUA INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

No capítulo anterior foram apresentadas algumas entidades que dão origem ao movimento de proteção aos animais, assim como outras categorias de atores sociais deste ramo que atuam em Porto Alegre. Outro tópico abordado e que se relaciona com o primeiro são algumas políticas públicas e órgãos não mais existentes no município que motivaram a organização destes atores em um movimento de proteção aos animais.

As informações que serão aqui dispostas para a análise foram extraídas de 12 entrevistas produzidas com atuantes deste movimento e das percepções obtidas após participar apenas como observadora de uma reunião com a Coordenadoria- Geral dos Animais<sup>42</sup> e protetores. O detalhamento desta reunião está contemplado no Anexo O.

### 6.1 Atores do movimento

Já falamos anteriormente que uma análise das organizações que fazem parte do movimento de proteção de animais mostra o mesmo sendo integrado por 3 tipos de atores, a saber: a) entidades privadas sem fins lucrativos, b) os protetores voluntários, c) os simpatizantes da causa animal também denominados apenas como ativistas. Neste sentido, a análise mostra que o movimento é diverso.

Não é possível mensurar formalmente a quantidade<sup>43</sup> de organizações existentes no município nem tampouco a quantidade de protetores voluntários

---

<sup>42</sup> Após a extinção da Secretaria Especial dos Direitos animais está coordenadoria assume suas atribuições, ainda que não se tenha elaborado um decreto contemplando essas definições. Essa nomenclatura só aparece em informativos disponibilizados no site da Prefeitura de Porto Alegre.

<sup>43</sup> Conforme pesquisa realizada no Cadastro Nacional de Entidades Sociais Disponível em <http://www.justica.gov.br/central-de-atendimento/entidades/cnes> >Acesso em 03 jun 2018, não temos entidades de proteção animal cadastradas como Organizações da Sociedade Civil (Oscips), tampouco há registro na Associação Brasileira de Ongs (Abong) Disponível em <http://www.abong.org.br/associadas.php> > Acesso em 03 jun de 2018. e <https://www.risu.com.br/> Acesso em 03 jun 2018

atuantes por que não há um cadastro específico para isso. Realizando uma breve pesquisa em sites ou redes sociais é possível inferir que existam em torno de 50 entidades deste tipo atualmente. Há uma gama grande de associações que operam sem documentação ou com documentos desatualizados, algumas se dissipam mesmo antes de começar a operar. Elas simplesmente criam um fanpage no facebook ou em outras mídias sociais para divulgar seus trabalhos, acabam atuando na ilegalidade pela dificuldade em constituir estatuto e obter os valores para arcar com os tramites legais. Com relação as particularidades de seus integrantes, é basicamente constituído por mulheres das mais variadas faixas de idade e de distintos grupos sociais abrangendo donas de casa, aposentadas, estudantes, funcionárias públicas.

## 6.2 Surgimento do movimento

Ao iniciar o trabalho partimos da prerrogativa que os movimentos sociais de proteção animal eram um desdobramento do movimento ambientalista, mas ao realizar a pesquisa de campo para a coleta de dados essa hipótese não se confirmou pelo menos na formação do movimento em Porto Alegre.

Até início dos anos 90 existiam apenas 3 entidades de proteção animal em Porto Alegre: Arpa, Associação Pró Direitos dos Animais ( APRODAN) e UGPA, sendo que destas 2 delas faziam um trabalho muito semelhante, ou seja, o recolhimento de animais. A UGPA foi a entidade que deu novos rumos a proteção de animais em Porto Alegre, fazendo com que a proteção não se restringisse apenas ao recolhimento de animais das ruas, mas que houvesse um entendimento sobre a necessidade de se estabelecer políticas públicas a fim de mudar as condições em que se encontravam os animais .

As entidades e simpatizantes pelos direitos dos animais começam a se articular como movimento em Porto Alegre a partir da década de 90, quando passam

a questionar o recolhimento de animais de rua pelas carrocinhas<sup>44</sup>, seus métodos violentos empregados na captura dos animais, as condições de alojamento dos animais capturados e a eutanásia daqueles que não fossem reclamados durante o prazo de 4 dias. Inclusive este serviço não era bem quisto pela população em geral, conforme relatos coletados nas entrevistas, quando as carrocinhas chegavam aos bairros moradores saíam rua afora atrás dos cães que não se encontrassem em seus pátios, havia muita gritaria, os funcionários responsáveis pela captura dos animais eram xingados e até apedrejados por crianças.

As reivindicações tomam repercussão internacional com o envolvimento da organização internacional World Society for Protection of Animal (Sociedade Mundial para a Proteção Animal) que em visita a capital toma conhecimento das condições e faz uma visita ao canil municipal, e a carta de Brigitte Bardot ao presidente Fernando Henrique Cardoso cobrando providências. Inclusive quando o governador em exercício Antônio Britto faz uma visita a Paris para dar seguimento a negociações para a instalação da Fábrica da Renault no estado do Rio Grande do Sul é recebido com protestos por parte de ativistas ligados a fundação da atriz. A partir desses fatos começam a ocorrer articulações entre entidades e pessoas que simpatizavam com as questões em prol ao bem-estar dos animais na capital, a fim de buscar soluções para minimizar os problemas que acometem a integridade dos animais.

### 6.3 Reivindicações do movimento

Entre as pautas que foram sendo reivindicadas por esse grupo ao longo dos anos estão: adoção de medidas para melhorias na estrutura e no trato com os animais

---

<sup>44</sup> Carrocinha era o nome dado ao veículo que passava semanalmente pelos bairros da cidade fazendo o recolhimento de animais que estivessem vagando pelas ruas. Estes animais eram levados ao depósito municipal localizado nas dependências da escola de Medicina, atual instituto de ciências básicas (ICBS) e se não fossem reclamados por seus donos dentro de um prazo de 4 dias eram eutanasiados. Este foi um serviço prestado pela administração pública como o propósito de conter a população de animais de rua numa tentativa de evitar a transmissão de doenças que poderiam ser transmitidas pelos animais ao homem.

recolhidos ao canil municipal ,adoção de meios de sacrifício humanizado<sup>45</sup>, colocação para adoção dos animais recolhidos pelo CCZ , fim do sacrifícios realizados pelo CCZ, castração de animais de rua, criação de um órgão específico para tratamento de políticas públicas voltadas ao bem-estar animal, fim da circulação de carroças na cidade, criação de fundo municipal para a obtenção de recursos para investimentos em políticas públicas destinadas ao bem-estar animal cobranças de leis e medidas mais rígidas com condutas de maus- tratos e atualmente as manifestações e queixas ocorrem por conta do sucateamento dos serviços prestados pela SEDA, inclusive pela perda de autonomia já que não é mais uma secretaria e está subordinada à Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade. Cabe ressaltar que ao longa da trajetória do movimento não há um projeto sociopolítico bem definido, como uma reivindicação clara de direitos pelos quais o movimento luta ou quais as mudanças sociais desejam alcançar, conforme foram surgindo as demandas relacionadas aos animais as pessoas foram se engajando para tentar resolver aquela determinada situação. Outra questão indefinida é em relação aos adversários e opositores do movimento poderíamos supor que seria o Estado por não dispor de políticas públicas adequadas para os animais sem que haja a direta interferência do movimento. Pela ausência de elementos que caracterizam um movimento social, conforme definido por Melucci há uma dificuldade inicial em realizar essa aproximação pondo em dúvida se o fenômeno estudado realmente poderia ser caracterizado como um movimento social, mas é a capacidade em influenciar as políticas públicas e incluir temas na agenda política que irá diferencia-los dos grupos de pressão e os afirmara como um movimento legítimo.

O movimento ganha efervescência com as demandas do canil municipal e centro de controle de zoonoses, questões relacionadas aos cavalos e atingem o seu ápice com as participações realizadas pelo Fórum pelos Direitos dos Animais até a criação da SEDA, quando passa a perder força como movimento e alguns ativistas do movimento passam a ser cooptados pela Administração Pública ao se submeterem ao cadastramento para a utilização de serviços prestados pela SEDA. Deixando de

---

<sup>45</sup> O sacrifício humanizado de animais: constitui-se na aplicação de métodos de eutanásia que não cause sofrimento ao animal.

exercer a relação conflituosa com o Estado passando a exercer uma relação de parceria e não mais desafiando as políticas ou propostas existentes.

#### 6.4 Aspectos atinentes à organização do movimento

Sobre os aspectos atinentes à sua organização é um conjunto de indivíduos e entidades sem liderança definida o que em alguns momentos dificulta a tomada de decisão do grupo, pois cada participante segue de acordo com o seu interesse particular sem levar em conta os interesses da coletividade. O senso de coletividade é completamente inexistente, isto foi possível perceber a partir da reunião detalhada no Anexo O, qual me fiz presente como observadora e tive a oportunidade de verificar a atuação destes militantes junto a atual gestão da SEDA. Desta experiência consegui avaliar alguns aspectos falta de uma pauta com demandas e como as pessoas estavam mais preocupadas em resolver alguma situação particular e pontual. Em relação à liderança a pessoa que seria mais indicada para exercer esta liderança, em razão de sua diplomacia, conhecimento, interação com organismos internacionais não se posiciona como tal e tampouco é reconhecida como líder pelos demais militantes e os motivos disto não cabe aqui elencar. Inclusive não há um reconhecimento por parte dos atuantes como pertencentes a um movimento social. Se identificam como participantes da causa animal, avaliando as definições da palavra causa entre elas encontramos “ o conjunto de ideias e princípios defendidos por alguém” que neste caso seria os animais, mas vemos isso não é propriamente um projeto sociopolítico é amplo demais e não estabelece qual mudanças sociais pretende atingir.

No que refere a seus principais meios de comunicação para divulgação de seus atos, atualmente, são os grupos criados em redes sociais, onde são programados atos e manifestações, campanhas de conscientização como por exemplo: campanhas a favor da castração, divulgação de adoção de animais, informações a respeito de posse responsável no princípio a comunicação era realizada através de colunas ou notas de jornais.

Há divergências e conflitos entre seus atuantes o que os faz perder o foco sobre a definição de uma pauta de reivindicações, entre os conflitos podemos citar: problemas pessoais entre eles, a falta de unanimidade em praticar o veganismo, pois para os grupos veganos é incoerente fazer a defesa apenas de alguns animais.

### 6.5 Influência do movimento na construção de políticas públicas

A partir do instante em que entidades e simpatizantes pelos direitos dos animais começam a se articular em um movimento social através de reivindicações relacionadas ao canil municipal é o momento em que demandas sobre o bem-estar dos animais passam a fazer parte da formulação de políticas públicas de bem-estar animal. Importante frisar que o problema já estava posto na agenda, visto que o recolhimento de animais e a implementação de um canil (depósito) e o extermínio já era uma política pública que visava conter a população de animais abandonados, bem como a proliferação de zoonoses. No entanto além de cruel essa prática se mostrou ineficaz, enquanto alguns animais eram exterminados numa ponta outros tantos nasciam na outra, já que não havia programas de esterilização a fim de evitar a proliferação de animais em situação de rua e conscientização sobre a importância de se esterilizar os animais ou de trabalhar a questão contra o abandono.

O Fórum pelo bem-estar dos animais foi um instrumento significativo de debates entre entidades, pessoas engajadas com a proteção dos animais e Administração Pública representada pelos vereadores. Através das discussões que ali foram realizadas projetos, leis e ações foram determinadas. Entre os quais podemos citar: os mutirões de castrações para animais de comunidades carentes, fim da eutanásia dos animais recolhidos pelo CCZ, lei que instituiu o fim das carroças no município, criação da COMPPAD do FMDA e da própria SEDA. Esse espaço possibilitou que os atuantes do movimento de proteção tivessem significativa influência na identificação do problema, na elaboração e implementação das políticas públicas para animais que foram construídas no município até a criação da secretaria. Contudo mediante a instituição desta o movimento perde espaço, se enfraquece e perde o poder de

persuasão na construção de políticas. Atribuo esses fatos a falta de elaboração de um conselho em que membros da proteção se articulariam junto com representantes da SEDA para contribuir com o processo de decisão e melhoramentos das políticas públicas, além de realizar o processo de fiscalização das ações realizada pela secretaria. Chegou-se a cogitar a possibilidade de criação de um conselho, mas segundo uma das minhas entrevistadas não houve interesse do Poder Executivo de colocar em prática sua instituição. Alguns atuantes foram cooptados pela administração, enquanto outros não aceitaram essa agregação, não tiveram suas expectativas alcançadas em relação a maneira como essas políticas eram oferecidas a população e se tornaram ferrenhos críticos da secretaria.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito ao presente estudo, entre os seus objetivos abrangeu-se caracterização dos movimentos sociais de proteção animal atuantes em Porto Alegre; a identificação e descrição de políticas públicas de bem-estar animal existentes em Porto Alegre; procurou-se evidenciar a incidência dos movimentos sociais de proteção animal nas referidas políticas públicas. Pode-se concluir em relação aos itens estudados que essa influência começa a se dar a partir das reivindicações por melhores condições aos animais recolhidos pelo canil municipal, a partir de então é praticamente impossível dissociar essa relação entre os movimentos sociais e a influência no desenvolvimento de leis, ações e políticas públicas de bem-estar animal, isto até a criação da SEDA quando este movimento enfraquece e alguns grupos são cooptados pela Administração Pública é como se após a criação da SEDA não houvesse mais demandas para ser reivindicadas. Os movimentos sociais de proteção animal são os responsáveis por difundir a importância de se colocar em pauta o desenvolvimento de políticas públicas de bem-estar animal no município.

Já em relação as políticas públicas estabelecidas são meramente simbólicas em razão de não contribuírem significativamente para o que se propõe redução da significativa da população de animais abandonados, consolidação da guarda responsável, redução de maus-tratos, a proposição de um hospital público veterinário.

Ainda há muito o que ser feito para que as políticas públicas se consolidem de maneira mais eficiente, no entanto o principal órgão que foi criado especificamente com este objetivo está passando por um processo de extinção demonstrando que ao invés de avançar nesse âmbito está ocorrendo um retrocesso. No que diz respeito aos movimentos é como se estivessem passando por um período latente, inicialmente fizeram uma movimentação contrária a extinção da secretaria, mas posteriormente não houveram outras ações ou pressão junto ao poder público para reverter a situação e a cada dia que passa os programas e ações voltados aos animais em Porto Alegre estão mais frágeis à espera do golpe de misericórdia que venha dar fim ao que tanto foi almejado pelos movimentos de proteção animal, ou seja um órgão capaz de gerir políticas e ações para os animais.

No tocante ao estudo realizado tentou-se abordar a importância dos movimentos sociais de proteção animal na construção das políticas públicas no município de Porto Alegre até a criação da SEDA, visto que tudo que se alcançou até então é fruto da perseverança destas entidades e outros atores. Acredito que a criação de um conselho em que os atuantes do movimento pudessem voltar a dialogar com o poder público seria fundamental para as articulações das políticas públicas, avanço das mesmas e uma forma de tentar barrar a desarticulação dos movimentos e a diminuição dos serviços oferecidos aos animais.

## REFERÊNCIAS

APROVATO FILHO, N, A. **Fidelidade e traição entre cães e seres humanos.** Revista Scientific American Brasil, São Paulo, edição 92, janeiro de 2010. Disponível em [http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/fidelidade e traicao entre caes e seres humanos\\_2.html](http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/fidelidade_e_traicao_entre_caes_e_seres_humanos_2.html) >Acesso em 07 mai 2018.

AMARAL, R. **Sancionado o Fundo Municipal dos Direitos Animais.2012.** Disponível em [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/seda/default.php?p\\_noticia=152593&SANCCIONADO+O+FUNDO+MUNICIPAL+DOS+DIREITOS+ANIMAIS](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/seda/default.php?p_noticia=152593&SANCCIONADO+O+FUNDO+MUNICIPAL+DOS+DIREITOS+ANIMAIS) >Acesso em 15 mai 2018.

**Bolsa Família em Rio Grande do Sul.** Dados de referência de 2015. Disponível em <https://www.bolsa-familia.com/cidades/rio-grande-do-sul/14/1/1>> Acesso em 07 jun de 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 24.645, de 10 de julho de 1934.** Disponível em <http://funed.mg.gov.br/wp-content/uploads/2010/05/Decreto-lei-24645-34-maus-tratos-animais.pdf> >Acesso em 02 jun 2018.

BRASIL. **Lei Nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm) >Acesso em 02 jun 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.426, de 30 de março de 2017.** Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13426-30-marco-2017-784551-publicacaooriginal-152274-pl.html>> Acesso em 02 jun de 2018.

**Brasil têm 30 milhões de animais abandonados.** 2013. Disponível em Informações obtidas em <https://anda.jusbrasil.com.br/noticias/100681698/brasil-tem-30-milhoes-de-animais-abandonados>> Acesso em 09 de jun de 2018.

**Brasileiros têm 52 milhões de cães e 22 milhões de gatos, aponta IBGE.**2015. Disponível em <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2015/06/brasileiros-tem-52-milhoes-de-caes-e-22-milhoes-de-gatos-aponta-ibge.html> > Acesso em 09 jun de 2018.

CARNEIRO, C. **Serviço de saúde animal pode ser ampliado por PPP.**2018. Disponível em: <http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/servico-de-saude-animal-pode-ser-ampliado-por-ppp>> Acesso em 01 jun de 2018

**Carris vai doar ônibus para transporte de animais.**2011. Disponível em [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=139706&VILA+CHOCOLATAO:ACAO+PARA+CONTROLE+POPULACIONAL+DE+ANIMAIS](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=139706&VILA+CHOCOLATAO:ACAO+PARA+CONTROLE+POPULACIONAL+DE+ANIMAIS) > Acesso em 29 mai 2018.

**Como Surgiu a Preocupação com o Bem-Estar Animal.** Disponível em: <http://ruralcentro.uol.com.br/analises/como-surgiu-a-preocupacao-com-o-bem-estar-animal-3641>> Acesso em 06 out.2017.

**Cosmam apresenta relatório de atividades de 2017.**2017. Disponível em <http://camarapoa.rs.gov.br/noticias/cosmam-apresenta-relatorio-das-atividades-de-2017> >Acesso em 21 mai 2018

**Da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, à Rio-92: agenda ambiental para os países e elaboração de documentos por Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-das-nacoes-unidas-para-o-meio-ambiente-humano-estocolmo-rio-92-agenda-ambiental-paises-elaboracao-documentos-comissao-mundial-sobre-meio-ambiente-e-desenvolvimento.aspx>. >Acesso em 25 dez 2017.

**Declaração Universal dos Direitos dos Animais.**1978. Disponível em: <http://www.ufmt.br/ceua/arquivos/020837aa54abaf904c43b3d101734cba.pdf>>Acesso em 12 mai de 2018.

DIAS, E, C. **A Defesa dos animais e as conquistas legislativas do movimento de proteção no Brasil.** v.2, n.2,2007 Disponível em <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10297/7357> >Acesso em 07 mai 2018.

DIAS, R; Matos F;. **Políticas Públicas.**1º ed.São Paulo:Atlas,2012

DIEFENBACH, S.S. **Afonso Helbert: Ecletismo Republicano no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre.2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14974> >Acesso em 02 mai.2018.

**Doação: Ônibus ajudará na castração de animais de rua.**2010. Disponível em [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=134894](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=134894) >Acesso em 29 mai 2018.

FABRI, A. **A evolução do pensamento ambientalista desde suas origens até a proposta contemporânea da sustentabilidade**.2014.Disponível em <file:///C:/Users/claud/Downloads/Adriano%20Fabri.p> >Acesso em 25 dez.2017

FONSECA, M, S. **Movimento Ambientalista e Desenvolvimento Sustentável: um breve histórico**. Recife .1999.Disponível em: [http://ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/iii\\_en/Mesa8/6.pdf](http://ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/iii_en/Mesa8/6.pdf) > Acesso em 25 dez.2017.

GERHARDT, T,E;SILVEIRA,D,T. **Métodos de Pesquisa**.1º ed. Porto Alegre:UFRGS,2009.Disponível em <https://www.passeidireto.com/arquivo/37585579/livro-gil-1996-metodo-de-pesquisa> >Acesso em 01 jan 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GOULART, A. **Os 70 anos da Casa do jornalista**. Disponível em <https://ariimprensa.wixsite.com/ari2/casa-do-jornalista?idConteudo=412> Acesso em 09 mai 2018.

**Greenpeace**. 2018.Disponível em :<https://pt.wikipedia.org/wiki/Greenpeace> >Acesso em 11 mai 2018

HOTZEL, M. J; MACHADO, L. C.F. **Bem-Estar Animal na Agricultura do século XXI**. Revista de Etologia 2004, Vol.6, N°1, 03-15. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/reto/v6n1/v6n1a01.pdf> Acesso em 06 out.2017

KAMEL, K. **Cultura Compartilhada em Comunidades Virtuais: Conversas sobre o veganismo**. Curitiba.2017. Disponível <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0804-1.pdf> > Acesso em 13 mai de 2018.

**Levantamento mostra que apenas 10% dos cachorros e gatos do Brasil são castrados**. 2014.Disponível em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/545910/levantamento-mostra-que-apenas-10-dos-cachorros-e-gatos-no-brasil-sao-castrados> > Acesso em 10 de jun de 2018

LIMA, E, C. **A Era dos Direitos Animais**.Porto Alegre2012 Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67071/000871637.pdf?sequence=1> >Acesso em 10 mai de 2018.

MARTINS, J. **Prefeitura de Porto Alegre é obrigada a recolher cães agressivos e abandonados**. 2015 Disponível em <https://www.conjur.com.br/2015-dez-27/prefeitura-porto-alegre-obrigada-recolher-caes-agressivos> >Acesso em 19 mai 2018.

MEIRELLES, M; MOCELIN, D. G.; RAIZER, L. **Organização Social e Movimentos Sociais**.1<sup>o</sup> ed. Porto Alegre: Cirkula,2015

MELUCCI, A. Movimentos Sociais: **Questões Conceituais**.1989 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451989000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004) >Acesso em 18 nov.2017.

MENEZES, A.S.F **Políticas Públicas de Proteção Animal**.2013. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo3-estadolutassociaisepoliticaspUBLICAS/politicaspUBLICASdeprotecaoaosanimais-formulacaoeimplementacao.pdf> >Acesso em 23 set.2017.

**O que significa a sigla WWF ?**. Disponível em [https://www.wwf.org.br/wwf\\_brasil/wwf\\_mundo/wwf/](https://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_mundo/wwf/) >Acesso em 11 mai de 2018.

**ONG Internacional WSPA**. 2006. Disponível em <http://www.avozdocidadao.com.br/agentesdecidadania/ong-internacional-wspa/> >Acesso em 11 mai 2018.

PABIS, J. C. **Opinião Dos Criadores Sobre Bem Estar Animal: Percepção De Sofrimento Nos Métodos Empregados Para Criação Dos Animais De Produção**.2011.Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/32696/JOSE%20CARLOS%20PABIS.pdf?sequence=1> >Acesso em 06 out.2017.

PINTO, T, C, L. **VEGANISMO E MÍDIA: Entre Representações e Apropriações**. Rio de Janeiro.2008. Disponível em <http://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2106/3/TCLPinto.pdf> Acesso em 13 mai 2018.

Porto Alegre, **Lei Complementar Nº 12, 07 de janeiro de 1975**. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/codigo-de-posturas-porto-alegre-rs> >Acesso em 17 mai 2018.

Porto Alegre, **Lei Ordinária Nº 5933, de 15 de julho de 1987**. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1987/594/5933/lei-ordinaria-n-5933-1987-cria-o-centro-de-controle-de-zoonoses-na-secretaria-municipal-da-saude-e-da-outras-providencias?q=zoonoses%20porto%20alegre> >Acesso em 17 mai 2018.

Porto Alegre, **Lei Complementar Nº 395, de 26 de dezembro de 1996**. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/1996/40/395/lei-complementar-n-395-1996-institui-o-codigo-municipal-de-saude-do-municipio-de-porto-alegre-e-da-outras-providencias?q=zoonoses+porto+alegre> >Acesso em 17 mai 2018.

Porto Alegre, **Lei Nº 9.945, de 27 de janeiro de 2006**. Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000028273.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT> >Acesso em 28 de mai 2018.

Porto Alegre, **Lei Nº 10.531, de 10 de setembro de 2008**. Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000030011.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT> >Acesso em 28 mai 2018.

Porto Alegre, **Decreto Nº 16.295, de 14 de maio de 2009**. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2009/1629/16295/decreto-n-16295-2009-cria-a-coordenadoria-multidisciplinar-de-politicas-publicas-para-os-animais-domesticos-no-municipio-de-porto-alegre> >Acesso em 22 mai 2018.

Porto Alegre, **Lei Nº 11.101, de 25 de julho de 2011**. Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/seda/usu\\_doc/lei\\_municipal\\_11.101-2011.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/seda/usu_doc/lei_municipal_11.101-2011.pdf) > Acesso em 24 set.2017.

Porto Alegre, **Lei Nº 17.190, de 08 de agosto DE 2011**. Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000031871.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahhtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT> > Acesso em 07 mai.2018.

Porto Alegre, **Lei Complementar Nº DE 4 de janeiro de 2017**. Disponível em: [http://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/130181/LC\\_810.pdf](http://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/130181/LC_810.pdf) > Acesso em 29 mai de 2018.

Porto Alegre, **Lei Complementar Nº 696, de 4 DE junho de 2012.** Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000032446.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT> >Acesso em 15 mai 2018.

Porto Alegre, **Lei Complementar Nº 817, de 30 DE agosto de 2017.** Disponível em <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/atos/Lei%20complementar%20817> >Acesso em 14 mai de 2018.

**Projeto adestra cães agressivos para possível doação.**2011. Disponível em [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_estudante/default.php?p\\_noticia=138293](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_estudante/default.php?p_noticia=138293) >Acesso em 29 mai de 2018.

RUA, M.,G.;ROMANINI,R. **Para Aprender Políticas Públicas**,2013. Disponível em [http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para\\_aprender\\_politicas\\_publicas-2013.pdf](http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf) >Acesso em 15 nov. 2017.

São Paulo, **Resolução Nº 62 de 1875 Código de Posturas da Camara Municipal da Imperial Cidade de São Paulo** .Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1875/resolucao-62-31.05.1875.html> >Acesso em 10 mai 2018.

São Paulo, **Lei 390 de 21 DE março DE 1899.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1899/39/390/lei-ordinaria-n-390-1899-autoriza-o-prefeito-a-instituir-um-ou-mais-depositas-de-animaes-veiculos-e-mercadorias-apprehendidos-por-infraccao-de-leis-de-policia-municipal-e-organizar-o-servico-de-estinctcao-de-caes-2005-12-12> >Acesso em 12 mai 2018.

SCOMAZZON, C. **Defensores dos animais e carroceiros não chegam em um acordo.**2006 Disponível em [http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=1858&p\\_secao=56&di=2006-10-31](http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=1858&p_secao=56&di=2006-10-31) >Acesso em 28 de mai de 2018.

SCOMAZZON, C. **Defensores dos animais criticam Centro de Controle de Zoonoses.** 2006.Disponível em <http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/cosmam-defensores-dos-animais-criticam-centro-de-controle-de-zoonoses> >Acesso em 29 mai de 2018 .

SCOMAZZON, C. **Prefeito aceita criar núcleo de defesa do bem-estar animal na Smam.**2006. Disponível em

[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/default.php?reg=767&p\\_scao=56#](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/default.php?reg=767&p_scao=56#) >Acesso em 17 mai 2018.

SCOMAZZON, C. **Fórum defende programa de esterilização de animais de rua animal.2006**. Disponível em <http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/cosmam-forum-defende-programa-de-esterilizacao-de-animais-de-rua> >Acesso em 28 mai 2018.

SCOMAZZON, C. **Fórum discute recursos para a defesa do bem-estar animal.2006** .Disponível em <http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/cosmam-forum-discute-recursos-para-defesa-do-bem-estar-animal> >Acesso em 28 mai 2018.

SCOMAZZON, C. **Fórum propõe mutirão para esterilizar animais abandonados.2006** Disponível em <http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/forum-propoe-mutirao-para-esterilizar-animais-abandonados> >Acesso em 28 mai 2018.

SECCHI, L. Políticas Públicas (Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos). 2º ed. :São Paulo, Cengage Learning.2013.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura.2006**. Disponível em: <file:///C:/Users/claude/Desktop/pp%20referencial.pdf> >Acesso em 12 nov.2017.

TEIXEIRA, E, B. **Análise de Dados na Pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais**. Editora Unijuí.2003 Disponível em [http://www.cdi.uneb.br/observatorio\\_arte\\_movimento/wp-content/uploads/2015/12/Teixeira\\_2003\\_A-analise-de-dados-na-pesquisa\\_20204.pdf](http://www.cdi.uneb.br/observatorio_arte_movimento/wp-content/uploads/2015/12/Teixeira_2003_A-analise-de-dados-na-pesquisa_20204.pdf) >Acesso em 02 jan 2018.

TERENCE, A, C, F; FILHO, E, E. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais**.Fortaleza.2006,n.9 .Disponível em [http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006\\_TR540368\\_8017.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_TR540368_8017.pdf) >Acesso em 25 dez.2017 .

TUDE, J.M; FERRO, D.; SANTANA, F.P. **Gestão de Política Públicas**. Curitiba. 2015 Disponível em [http://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO\\_gestao\\_de\\_politicas\\_publicas.pdf](http://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO_gestao_de_politicas_publicas.pdf) >Acesso em 15 nov. 2017.

**União Internacional Protetora dos Animais**. Disponível em <http://www.uipa.org.br/conquistas/> Acesso em 02 jun 2018.

**Vereadores aprovam a extinção da Secretaria Especial dos Direitos Animais em Porto Alegre (RS).**2017. Disponível em <https://www.anda.jor.br/2017/01/vereadores-aprovam-a-extincao-da-secretaria-especial-dos-direitos-animais-em-porto-alegre-rs/> >Acesso em 11 mai 2018.

VIEIRA,A.;AJUDA ,I ; STIWELL,G. **Bem-Estar dos Ruminantes.**2011.Disponível em: <http://www.animal-welfare-indicators.net/site/images/publicpress/awin-out11-shot-version-Ruminates%20Magazine.pdf> >Acesso em 06 out. 2017.

YIN,R,K, **Estudo de Caso: Planejamento e método.**2ºed.Porto Alegre:Bookman,2001.Disponível em <https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia-da-pesquisa-estudo-de-caso-yin.pdf> >Acesso em 01 jan 2018.

Weissheimer, M. **Base do governo Marchezan extingue Seda e outras pastas, mas rejeita redução de 30% dos CCs.**2017 Disponível em <https://www.sul21.com.br/areazero/2017/01/base-do-governo-marchezan-extingue-seda-e-outras-pastas-mas-rejeita-reducao-de-30-dos-ccs/>> Acesso em 11 mai 2018.

**World Animal Protection.** Disponível em <https://www.worldanimalprotection.org.br/quem-somos/historia>> Acesso em 11 mai 2018





## ANEXO C – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.3



MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS ANIMAIS – SEDA



### 1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria Especial dos Direitos Animais – SEDA foi criada em 25 de julho de 2011, pela Lei Municipal 11.101, e regulamentada pelo Decreto 17.190, de 08/08/11, com o objetivo de estabelecer e executar políticas públicas destinadas à saúde, proteção, defesa e bem-estar animal no âmbito do Município de Porto Alegre, tendo como pressuposto promover também saúde pública.

Em 2016, a Secretaria completou cinco anos de atividade computando ótimos resultados, os quais superaram, em muito, suas metas e planos.

Este Relatório visa registrar as realizações da SEDA no ano de 2016, bem como contar um pouco de sua história, apontando as principais atividades desenvolvidas pela Secretaria ao longo de seus cinco anos de existência.

### 2. ESTRUTURA FÍSICA E ORGANIZACIONAL

A SEDA atua de forma matricial, dispondo da seguinte estrutura para a execução de ações e serviços: Unidade de Medicina Veterinária – UMV, Centro de Projetos Especiais, Centro de Fiscalização e Centro de Apoio Administrativo-Financeiro.

Especificamente com relação ao atendimento médico-veterinário, realizado pela UMV, a SEDA conta com uma pequena estrutura física para atendimento clínico e realização de procedimentos cirúrgicos de baixa e média complexidade em cães e gatos, e duas estruturas volantes, constituídas por ônibus adaptados para atendimento e transporte de animais. Uma delas é adaptada com bloco cirúrgico e funciona como clínica itinerante para atendimento veterinário e procedimentos cirúrgicos de esterilização de cães e gatos. A outra, com capacidade para transportar cerca de 50 animais, é utilizada em ações realizadas em comunidades carentes, para o transporte de cães e gatos até a UMV e vice-versa, para a esterilização dos animais no bloco cirúrgico da Unidade.

Em 2016, além das duas unidades móveis, a SEDA passou a contar com uma nova e moderna estrutura física para o atendimento veterinário. A proposta recebeu apoio privado para a construção e doação de mobiliário e parte dos equipamentos, dando origem ao primeiro hospital público do país. Trata-se da Unidade de Saúde Animal Vitória - USAV, construída junto à Unidade de Medicina Veterinária atual (Estrada Bérício José Bernardes, 3489 - parada 19 da Lomba do Pinheiro), cujas obras foram entregues em 26 de novembro deste ano.

A nova estrutura está apta a ampliar o horizonte do atendimento público veterinário que hoje é executado pela UMV, contando com as seguintes especificações: 2 prédios de alvenaria, o primeiro

## ANEXO D – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.4

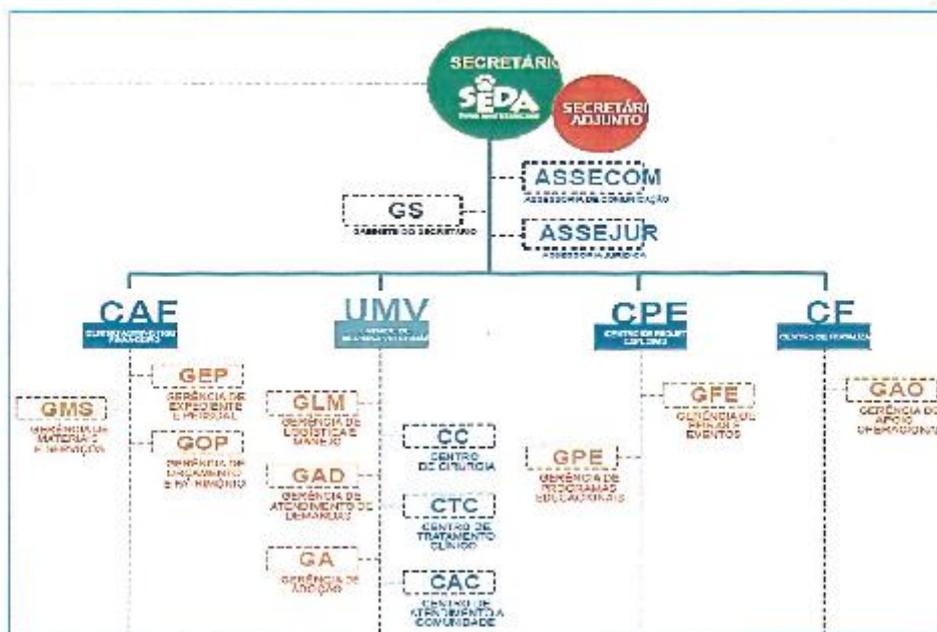


MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS ANIMAIS – SEDA



com 2 pavimentos, subsolo e pavimento térreo, e o segundo com um único pavimento térreo, além de duas guaritas e subestação elétrica. A área total construída é de 1.694,00 m<sup>2</sup>, divididos em salas para triagem, ambulatório, bloco cirúrgico, recuperação, administração, laboratório e estacionamento com capacidade para vinte e oito automóveis e oito motos.

### 2.1 - Organograma



## ANEXO E – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.6



MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS ANIMAIS – SEDA



### 3. MAPA ESTRATÉGICO

O Mapa Estratégico da Secretaria norteia o desenvolvimento de suas atividades, e cada um de seus Objetivos Estratégicos é alcançado por meio da realização de ações, programas e projetos. Seus principais objetivos são o aprimoramento da estrutura de gestão, o atendimento direcionado e a melhoria contínua da prestação de serviços aos animais e à comunidade da cidade de Porto Alegre.



Assegurando a implantação de atividades plenamente embasadas no cumprimento de seus Objetivos Estratégicos, em 2016 a Secretaria deu continuidade às ações já criadas e ao desenvolvimento de novas, resultando na seguinte relação de Ações, Projetos e Programas disponibilizados pela SEDA, os quais compõem a gama de serviços oferecidos:

#### Objetivo Estratégico 1 - Coibir os Maus Tratos

##### Ações, Projetos e Programas em andamento para atender este Objetivo

- Divulgação do Canal de Denúncias – Sistema Fala Porto Alegre 156.
- Fiscalização ostensiva de denúncias de maus tratos pela SEDA e em parceria com o Batalhão Ambiental da Brigada Militar.
- Fiscalização e orientação para estabelecimentos que comercializam animais, em parceria com a SMIC.

## ANEXO F – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.8



MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS ANIMAIS – SEDA



- |   |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Animais de Acumuladores</li> <li>▪ Animais Comunitários</li> <li>▪ Animais que habitam prédios municipais</li> <li>▪ Animais Internados na USA/SEDA</li> <li>▪ Demandas do Centro de Fiscalização</li> </ul> |
|---|

### Objetivo Estratégico 4 – Promover a Adoção

Ações, Projetos e Programas em andamento para atender este Objetivo
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Seu Espaço On Line</li> <li>▪ Programa Me Adota?</li> <li>▪ Autorização de Feiras de Adoção</li> <li>▪ Projeto 'Adote um Cavalo'</li> </ul>

#### 4. INDICADORES E METAS

As ações implementadas pela SEDA obedecem ao cumprimento de seus Objetivos Estratégicos e atendem às Metas e Indicadores estabelecidos anualmente com a Administração superior. Em 2016, a SEDA alcançou resultados plenamente satisfatórios, com acompanhamento realizado através do Portal de Gestão:

##### 4.1 – INDICADORES CONTRATUALIZADOS

**Meta 1** - Atingir 3,2 mil participantes em palestras de educação humanitária voltada ao bem-estar animal

**Meta 2** - Concluir a obra do hospital veterinário de Porto Alegre.

**Meta 3** - Garantir 300 animais adotados por meio do programa "Me Adota?"

**Meta 4** - Realizar 4.500 esterilizações em cães e gatos.

**Meta 5** - Realizar 5,1 mil fiscalizações em defesa dos animais

##### 4.2 – INDICADORES DE GESTÃO

**Meta 1** - Realizar atendimentos clínicos de animais domésticos da comunidade, mediante cadastramento através do 156 e do ônibus "Bicho Amigo", pela Unidade de Medicina Veterinária da SEDA

## ANEXO G – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS ANIMAIS – 2016 PÁG.10



MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS ANIMAIS – SEDA



### 6. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

Desenvolvidos para atender o que determinam seus Objetivos Estratégicos, Metas e Indicadores, os programas e projetos implementados pela SEDA têm correspondido plenamente com os anseios de seus técnicos, entidades protetoras e protetores independentes cadastrados, bem como de seus parceiros e sociedade em geral.

#### 6.1 – CADASTRO DE PROTETORES

Desde dezembro de 2015 a SEDA realiza, anualmente, o cadastramento de protetores e entidades protetoras de animais atuantes no Município de Porto Alegre, residentes ou com sede nesta Capital, que queiram dispor dos serviços da SEDA. Por meio deste cadastramento a SEDA consegue se aproximar mais das pessoas e entidades envolvidas com a causa animal para prestar-lhes atendimento, além de contribuir para o cumprimento de seus Objetivos Estratégicos de **coibir maus tratos e reduzir a população de animais domésticos**.

Em 2016, a SEDA disponibilizou 480 consultas veterinárias e 720 esterilizações aos animais sob a responsabilidade das entidades e protetores cadastrados.

**Como funciona** - O cadastramento se dá por meio da publicação de Edital de Chamamento Público, o qual contém as normas para ingresso no processo e para a habilitação dos interessados, bem como a exigência da entrega de documentação específica em data determinada. Os protetores

## ANEXO H – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.11



MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS ANIMAIS – SEDA



cadastrados podem dispor dos serviços oferecidos pela SEDA por um período de doze meses, através de duas modalidades:

- Modalidade I: Atendimento médico-veterinário para os animais sob a sua responsabilidade.
- Modalidade II: Participação no evento Brechocão.

**Para a Modalidade I**, a SEDA disponibiliza, todas as quartas-feiras, atendimento médico-veterinário a cães e gatos de rua sem proprietários definidos ou resgatados em situação de maus-tratos, que estejam sob a responsabilidade dos protetores cadastrados.

A cada período de 12 meses, são disponibilizados 1.200 atendimentos, sendo: 720 esterilizações cirúrgicas e 480 atendimentos médico-veterinários, dos quais 147 podem resultar em cirurgias não-eletivas de baixa e média complexidade.

As solicitações de atendimento médico-veterinário devem ser feitas exclusivamente pelo telefone 156, e o agendamento obedece à ordem de entrada dos protocolos.

As solicitações de esterilização de animais são liberadas trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, e igualmente obedecem à ordem de entrada dos protocolos.

**Para a Modalidade II** são sorteados até trinta entidades protetoras ou protetores cadastrados para participar do Brechocão, uma feira de produtos e materiais usados, vendidos pelos próprios protetores para cobrir seus gastos com o resgate e manutenção de animais de rua. O sorteio determina, também, o espaço onde os sorteados deverão expor seus materiais.

Os eventos Brechocão são realizados no segundo ou terceiro domingo de cada mês, em espaço disponibilizado pela SEDA na Av. Osvaldo Aranha, junto ao Auditório Araújo Viana.

### 6.2 – EDUCAÇÃO HUMANITÁRIA

#### PROJETO ESTA ESCOLA É O BICHO

O Projeto “Esta Escola é o Bicho” atende ao Objetivo Estratégico que determina a criação de ações que contribuam para **Conscientizar sobre a Guarda Responsável**.

**Em 2016, a SEDA envolveu 3.521 alunos e comunidade escolar em palestras e atividades voltadas à educação humanitária.**

**Como funciona** - Este Projeto desenvolve ações educativas que objetivam sensibilizar e conscientizar alunos e comunidade escolar da cidade de Porto Alegre acerca dos direitos, bem-estar, proteção e guarda responsável dos animais, incentivando e contribuindo para que professores e gestores pensem em propostas pedagógicas sobre estes temas a serem implementadas em suas escolas. O Projeto busca contribuir com ações que estimulem a sociedade a priorizar valores éticos e humanitários que resultem em atitudes de respeito, compaixão, empatia, senso de responsabilidade e dever para com todos os seres vivos.

## ANEXO I – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.18



MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS ANIMAIS – SEDA



### 7. PARCERIA COM ENTIDADES, ESCOLAS E ÓRGÃOS MUNICIPAIS

#### 7.1 - UNIDADE DE SAÚDE ANIMAL VICTÓRIA - USAV

Por meio de negociações com a iniciativa privada, o Município de Porto Alegre recebeu em doação, com encargos, uma nova estrutura física para atendimento público veterinário que hoje é executado pela Unidade de Medicina Veterinária da SEDA. A nova Unidade, que atuará como o primeiro hospital veterinário público do país, conta com 1.694,00 m<sup>2</sup>, ampliando consideravelmente as condições de atendimento da SEDA, pois possui modernas instalações para triagem, ambulatório, bloco cirúrgico, recuperação, administração, laboratório e estacionamento.

Além da construção civil, o Município recebeu também o mobiliário completo e parte dos equipamentos. A implantação desta nova Unidade, contribui para que a SEDA cumpra com o seu Objetivo Estratégico de reduzir a população de animais domésticos (cães e gatos).

#### 7.2 - GT-USA/SEDA, CONSTITUÍDO ATRAVÉS DA PORTARIA 266, DE 08/06/2016

Em face dessa doação foi designado pelo Senhor Prefeito um Grupo de Trabalho denominado GT-USA/SEDA, constituído através da Portaria 266, de 08/06/2016, com o objetivo de realizar estudos sobre a modelagem do atendimento da Unidade, considerando os cenários viáveis para a execução dos serviços nos termos das diretrizes e objetivos estratégicos estabelecidos pela Secretaria.

O estudo considerou o atendimento gratuito para a realização de consultas, internações, medicações, exames complementares (laboratoriais e de imagem) e cirurgias para cães e gatos, de ambos os sexos, com ênfase nos procedimentos de esterilização cirúrgica, para o mesmo público-alvo atual da SEDA: animais de famílias inscritas em programa público de complementação de renda, residentes em Porto Alegre; animais de rua sem tutor ou sob os cuidados de protetores

## ANEXO J- RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.35



MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS ANIMAIS – SEDA



### 10.1.3 Indicadores Contratualizados operacionais

Indicadores Contratualizados Operacionais do Órgão SEDA													
Nome	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Planejamento Integrado no Fórum de Gestão - SEDA	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Processos Físicos Abertos no Sistema GPA - SEDA	-	-	●	-	-	●	-	-	●	-	-	●	●
Redução de Recursos Financeiros para Fomento Recursos de Administração Geral - SEDA	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Implementação de Opcão em Carreira de Gerenciamento de Programas - SEDA	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Execução da Solução da Lei de Acesso à Informação - SEDA	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Taxa de Atualização por Indicadores no Portal de Gestão - SEDA	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Taxa de Atualização nos Projetos do FPM - FINEA	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Atualização da Legislação Penal Federal em - SEDA	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Valor Gasto em Horas Extras - SEDA	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●

## II. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

11.1 Em 2016, a SEDA promoveu em sua Unidade de Medicina Veterinária:

Ações, Programas e Projetos	Números Alcançados entre 01 a 12/2016
Esterilizações	5189
Intervenções Cirúrgicas não eletivas	965
Consultas Clínicas	7386
Atendimentos aos animais de protetores cadastrados	1229
Fiscalização	5877
Programas de Educação Humanitária Projeto "Esta Escola é o Bicho"	3371
Programas de Adoção Projeto "Me Adota?"	306

11.2 Em 2016, a atuação da Unidade Móvel Bicho Amigo, alcançou os seguintes números de atendimento:

- 139 ações (idas do ônibus aos bairros)
- 2.031 atendimentos veterinários (vacinações, vermifugações e avaliações clínicas)
- 1.797 esterilizações de cães e gatos
- 23 bairros da cidade atendidos

## ANEXO L – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.36



**MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS ANIMAIS – SEDA



<b>UNIDADE MÓVEL BICHO AMIGO</b> <b>Esterilizações 2016</b>	
<b>Bairros Atendidos</b>	<b>Nº de Esterilizações realizadas</b>
Agronomia	219
Alto Petropolis	71
Belém Velho	88
Canudos	55
Cristal	64
Floresta	128
Humaita	86
Jardim do Salso	70
Lami	62
Lomba do Pinheiro	13
Nonoai	150
Parthenon	37
Passo das Pedras	50
Protásio Alves	51
Restinga	11
Restinga Nova	27
Rubem Berta	121
Santa Tereza	46
São João	34
Sarandi	17
Serraria	170
Teresópolis	202
Tristeza	25
<b>Total</b>	<b>1797</b>

### 12. RETROSPECTIVA HISTÓRICA

<b>Programas, Projetos e Ações</b>	<b>Números Alcançados entre 08/2011 e 12/2016</b>
Esterilizações	28.816
Intervenções Cirúrgicas	8.507

## ANEXO M – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG.37



MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS ANIMAIS – SEDA



Consultas Clínicas	19.141
Fiscalização	28.618 diligências
Programas de Educação Humanitária Projeto “Esta Escola é o Bicho”	19.935
Programas de Adoção Projeto “Me Adota?”	1.867

### 13. RECURSOS FINANCEIROS FINAL

SEDA

Exercício	Orçado Inicial	Orçado Atual	Empenhado	Liquidado	Pago	Pago/Orç Inicial	Empenhado/Orç Inicial
2011		452.891,00	346.053,81	344.450,87	342.870,81		
2012	3.872.077,00	3.425.177,00	3.089.098,43	2.759.909,88	2.752.794,35	71,09%	80,04%
2013	4.225.341,00	4.137.030,00	4.331.524,29	4.013.703,44	3.813.089,22	90,22%	104,45%
2014	8.508.263,00	5.505.459,05	5.277.294,25	4.633.562,77	4.388.091,44	53,92%	62,02%
2015	6.070.281,00	7.625.870,36	6.946.412,78	6.405.165,17	6.104.003,38	100,56%	112,75%
2016	8.369.407,00	8.007.095,43	6.475.481,32	3.921.040,48	3.241.335,88	62,66%	77,97%
<b>Total Geral</b>	<b>31.045.365,00</b>	<b>29.548.433,86</b>	<b>26.375.764,88</b>	<b>24.090.880,61</b>	<b>22.845.122,18</b>		

Criado pela Lei Municipal 11.161, de 25 de julho de 2011 e regulamentado pelo Decreto 17.190, de 08/05/11, a Secretaria Especial dos Direitos Animais (SEDA) tem por missão estabelecer e executar políticas públicas destinadas a saúde, proteção, defesa e bem-estar animal em Porto Alegre.

Fonte: SMPEO/PMPA.

Ao encerramos 2016, completamos cinco anos de atividades da SEDA, cumprindo e superando metas. Resultados atingidos, principalmente, graças as muitas parcerias estratégicas efetivadas ao longo deste período resultando, por exemplo, na conquista do prêmio de Secretaria Destaque da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Por ser uma pasta de perfil inédito, sem paradigmas a seguir, os números expressivos de atendimento evidenciam o acerto na aproximação da administração pública municipal, com a rede de proteção animal e com os profissionais e empresas que atuam na área veterinária.

Entre erros e acertos, foi possível a definição de um padrão de eficiência satisfatório, para o atendimento de animais vítimas de abandono ou de famílias em situação de extrema pobreza. No total, foram mais de 28 mil esterilizações, cerca de 9 mil intervenções cirúrgicas e superando 19 mil consultas clínicas. Importante marco, no rumo de parcerias, é a pesquisa que reuniu a PUC-RS, o Ministério Público, a EPTC, o DMAP, a Carris, a SMBD e SMAM, para a definição do perfil dos acumuladores de animais e desenvolver métodos no tratamento deste transtorno.

Além disso, para coibir maus-tratos ou atender denúncias sobre animais que apresentam perfil agressivo, estruturamos um Centro de Fiscalização, que além das vistorias, com aplicação de multas administrativas quando necessário, também realiza ações de perfil educativo, orientando o

## ANEXO N – RELATORIO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SECRETARIA ESPECIAL – 2016 PÁG. 38



MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS ANIMAIS – SEDA



cidadão sobre os direitos e deveres em relação aos animais. Em cinco anos realizamos mais de 28.000 vistorias de maus tratos e de comércio irregulares.

Este trabalho foi incrementado a partir de uma atuação conjunta entre a SEDA e a Delegacia de Defesa do Meio Ambiente, buscando punir a prática de maus tratos aos animais, somando-se a parceria já instituída com o Ministério Público Estadual e o Batalhão Ambiental. Mas a redução da violência contra todos os seres vivos também se atinge com educação. Neste sentido, mais de 19 mil estudantes de escolas públicas municipais e estaduais participaram do programa Esta Escola é o Bicho.

Aos alunos, a palestra, sempre apresentada em horário de aula, permitia a interação dos alunos durante a palestra e depois lhes deixava encomendado um trabalho onde, em desenhos ou textos, expressavam tudo o que haviam assimilado sobre os cuidados e a importância de adoção para cães ou gatos abandonados. Nessa linha foi promovido um curso sobre os fundamentos da educação humanitária para o bem estar animal, voltado aos professores da rede municipal.

## **ANEXO O – RELATO DA PARTICIPAÇÃO NA REUNIÃO EM QUE A COORDENADORIA-GERAL DOS ANIMAIS APRESENTA RESULTADOS DA PARCERIA COM PROTETORES**

No dia 3 de abril de 2018 participei como observadora da reunião convocada pela Coordenadoria-geral de Direitos Animais (extinta Secretaria Especial dos Direitos Animais) com entidades protetoras dos animais e protetoras independentes cadastradas junto à Unidade de Saúde Animal Victória (Usav). A reunião tinha como finalidade apresentar o novo sistema de atendimento clínico, assim como demonstrar os resultados das parcerias com a rede de proteção animal. Há algum tempo eu vinha tentando estabelecer contato com a atual coordenadora Viviane Diogo para conhecer os trabalhos que estão sendo realizados na Usav (a estrutura física e de mão-de-obra e obter o detalhamento das políticas públicas oferecidas à população e protetores de animais, entre outras informações), mas não obtive sucesso. Nunca me foi expressamente negado o acesso até a unidade ou até mesmo a possibilidade de realizar uma entrevista, porém as que foram marcadas acabaram posteriormente sendo desmarcadas e não tive e-mails retornados com a solicitação de uma nova marcação. Diante disso, ao tomar conhecimento que haveria esta reunião me dirigi até o local onde ocorreria o encontro. A reunião estava prevista para às 14h na Unidade de Saúde Animal Victoria (Usav) localizado na rua Berico José Bernardes,3489 bairro Planalto em Viamão. Logo que cheguei já haviam 6 pessoas na sala de reuniões conversando entre si e uma delas era a Coordenadora, fui até ela para me apresentar e ver se eu poderia participar da reunião como expectadora. Num primeiro momento fui informada que não haveria problemas em participar como observadora. Então aproveitei este tempo que antecedeu a reunião para conversar com algumas pessoas, já que iniciou com um atraso de 20 minutos. Nesta conversa procurei buscar informações com as pessoas sobre a percepção delas em relação a gestão atual e anterior da extinta secretaria e o que me foi revelado por aquelas que tive a oportunidade de conversar é que não havia muita transparência na maneira de gerir a secretaria em relação a gastos, procedimentos adotados e isonomia no tratamento de pessoas e animais, sendo que pessoas mais próximas a antiga gestão usufruiriam de mais vantagens de serviços prestados pela secretaria. Às 14h20 iniciou

a reunião, primeiramente a coordenadora Viviane Diogo se apresentou explicou o objetivo da reunião e pediu para que um a um dos participantes se apresentasse e informasse se era participante do Brechocão ou protetor cadastrado para atendimentos junto ao Usav, ao me apresentar expliquei que estava ali como expectadora apenas e que estava realizando um trabalho relacionado aos movimentos de proteção animal e as políticas públicas dirigidas aos animais, foi quando a coordenadora questionou aos demais participantes se estavam de acordo com a minha presença no encontro, como não houve manifestações contrárias a minha presença me mantive no local. Concluídas essas formalizadas a coordenadora tomou a palavra e começou a fazer a demonstração dos resultados via software do Power Point. Primeiramente, mencionou o número de protetores cadastrados nos programas da coordenadoria os quais são 25 participantes do Brechocão e 54 participantes cadastrados para procedimentos veterinários na Usav, outra questão mencionada referente a isto é que um novo edital para recadastramento de protetores estava sendo formulado e que se as pessoas tivessem críticas ou sugestões para serem incluídas que poderiam encaminhar por e-mail até sexta-feira dia 06 de abril de 2018. Em seguida, foram demonstradas as metas por procedimentos X procedimentos realizados em 2017, havendo uma discrepância nos números em razão da falta de comprometimento das pessoas em levar os animais agendados para a realização dos atendimentos cirúrgicos. Abaixo segue tabela com os números apresentados:

Esterilizações		Cirurgias		Atendimentos clínicos	
Meta	Realizadas	Meta	Realizadas	Meta	Realizadas
720	646	64	58	480	443

A justificava dada pelas pessoas sobre a ausência dos animais agendados nos procedimentos consistia na dificuldade em capturar os animais e trazê-los até a Usav, já por se tratar de animais em situação de rua na maioria das vezes, estes estão andarilhando pelas ruas. Assim como nos agendamentos aos protetores o mesmo ocorre nos agendamentos a população em geral. Dos 170 agendamentos marcados

para o mês de março, apenas 85 foram realizados, visto que outros 85 animais não compareceram para a realização do atendimento marcado, e conseqüentemente outros animais deixaram de ser atendidos. Então afim de evitar que isso ocorra o haverá uma alteração na forma de proceder, as solicitações de agendamentos não serão mais marcadas através do canal de atendimento da prefeitura 156, mas sim por distribuições de fixas diretamente na Usav. Já em relação aos protetores cadastrados no sistema de atendimento na Usav, nada mudou, continuam com o mesmo sistema, via 156 apenas foi solicitado que se não for possível comparecer no dia que avisem, para que outro animal possa ser encaixado naquele dia. Sobre as esterilizações foi esclarecido que são realizadas 60 por mês e 5 castrações por protetor, sendo que destas 5 a uma cota para se esterilizar fêmeas e machos, ou seja, 3 fêmeas e 2 machos independentemente da espécie canino ou felino e que haveria uma alteração destes números para 4 fêmeas e 1 macho. Finda estas questões, falou-se sobre o Brechocão que no ano de 2017 realizou-se 8 eventos dos quais proporcionou uma arrecadação de R\$ 127.628,65 aos participantes ( 25 pessoas) e discutiu-se a possibilidade de realizar edições extras do evento (atualmente realiza-se um por mês), de aumentar o número de participantes e de possibilitar que os protetores cadastrados participem do Brechocão, pois atualmente quem participa de um programa não pode participar do outro. Com relação ao aumento do número de integrantes do evento foi esclarecido por alguns participantes que o no edital de abertura para o cadastramento de protetores contemplavam 30 espaços para participação no Brechocão, mas houve apenas 25 interessados. O próximo assunto abordado relacionou-se as normas contidas no edital referente a conduta das entidades e protetores cadastrados nos programas e os motivos os quais os levariam a ser excluídos dos programas tais como: desacato a funcionários públicos, não comparecer ao Brechocão, não prestar contas dos valores arrecadados no Brechocão, cancelar o agendamento das consultas por 3x consecutivas, após repassar todas as normas do edital a palavra foi dada a duas veterinárias que trabalham na Usav e falaram um pouco sobre os cuidados que se devem ter com os animais com os animais esterilizados, sobre as cirurgias de tumores e esclareceram aos participantes os tipos de procedimentos cirúrgicos que o Usav está capacitada a realizar os quais são basicamente consultas, esterilizações, retiradas de tumores, sendo que a unidade não possui capacidade para efetuar cirurgias ortopédicas e ter animais internados por não dispor de funcionários

suficientes no seu quadro. Atualmente há 8 veterinários concursados e seria necessários mais 3 funcionários para ocorreresse o acompanhamento aos internados, já em relação a unidade oferecer atendimento 24h a população o que foi comentado é que não existe a menor possibilidade. Por que além de veterinários necessitam-se mais funcionários para a área administrativa e vigias, sendo que a verba atual destinada a unidade não cobriria todas as necessidades. Neste momento os participantes questionam de quanto seria o orçamento necessário para que se pudesse prestar esses serviços se haveria está estimativa, pois conhecendo este valor poderiam cobrar medidas dos vereadores, mas nada foi respondido a este respeito. Outro questionamento realizado pelos participantes foi a respeito de 2 ônibus da empresa de ônibus Carris que era utilizado em comunidades carentes promovendo ações com animais e o que foi respondido pela coordenadora que permanecia envolvidos em ações, findado os questionamentos a reunião encerrou às 16h40.

**Figura 16: Reunião entre protetoras cadastradas e a SEDA**



Foto: Ari Teixeira

**Figura 17: Reunião entre as protetoras cadastradas e a SEDA**



Foto: Ari Teixeira

Seguem as perguntas efetuadas via portal da transparência protocolos números 000238-18-94000273-18-05000274-18-53 e portal da transparência na câmara de vereadores número 212 dos quais mesmo expirando o prazo não obtive retorno sobre as informações solicitadas. As quais eram: a) informações sobre a estrutura organizacional da Coordenadoria dos Direitos Animais (SEDA), informações a respeito das políticas públicas oferecidas à população, número de funcionários da coordenadoria, número de castrações efetuadas por ano, destino das estruturas volantes (ônibus) que realizava o transporte de animais e a outra que realizava cirurgias. b) que tipo de órgão a SEDA se tornou é uma coordenadoria? sobre o fundo municipal de direitos animais é possível saber qual o valor arrecadado até 2016? c) quantos canis há na Seda? Qual o número de animais albergados entre cães e gatos? Qual a área total onde está localizada as instalações da SEDA? d) em que ano foi criado o fórum pelo bem-estar dos animais? quantas reuniões realizou? em que ano deixou de realizar reuniões?